

Tipo documento: **CAPA PROCESSO**

Evento: **abertura**

PROCESSO

Nº 5002846-95.2014.8.21.0019

508

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara de Falências e Concorridas da Comarca de Novo Hamburgo/RS

019/1.14.0013583 1 - Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP

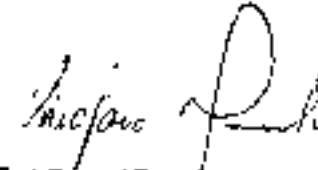
Sul Brasil Produtos para Couros Ltda, CNPJ: 90.284.621/0001-37, C.E., 086/0110230, endereço: R. Miranca n. 103, NH/RS, vem, com o máximo respeito, dizer que:

Solicita a expedição de Carta de Arrematação, referindo a arrematação parcelada e hipoteca judicial sobre o próprio bem arrematado, conforme art. 895, § 1º, CPC, e descrita abaixo

Descrição:

Imóvel Industrial. Um prédio de alvenaria, próprio para indústria, no nº 99 da r. 13 do lotio, suas instalações, pertencimentos, e o respectivo terreno, situado no bairro Industrial, no quarteirão formado pelas ruas André Pinto Rebouças, 13 de Maio, Mariano e Lopes Travão, constituído de parte dos lotes 14 e 15 da quadra E, do Parque Santa Rita, medindo 17 metros de frente ao norte, para rua 13 de Maio, lado par, 21 metros ao leste, onde faz frente para a Rua André Pinto Rebouças, lado ímpar, formando esquina, 17 metros ao sul onde confronta com o lote 16 prometido vender a Calçados Alaska Ltda e 25 metros ao oeste onde confronta com imóvel de Pedro Lotário Alves, antes de EmbraTex - Empresa Brasileira de Construções Ltda. matr. 23.179, área do terreno 291,00m² área construída de 378,60m².

Novo Hamburgo, 17 de fevereiro 2017.


 Luiz Carlos
 Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
 CNPJ 90.284.621/0001-37

27/7
L

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS.

PROCESSO Nº 019/114.0013583-1

FALÊNCIA DE TRESCE IND DE MÁQUINAS LTDA.


Processo 0014182

06 Jun 2017 14:57:01 Recebido

O ADMINISTRADOR JUDICIAL DA MASSA FALIDA DE TRESCE
INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA., vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., a fim de
dizer que, considerando que art. 895, § 1º do NCPC prevê a possibilidade de hipoteca sobre o
próprio bem, nada opõe à expedição da Carta de Arrematação da qual deverá constar o gravame
legal, observando-se que a que a arrematação será desfeita em caso de atraso no pagamento das
parcelas ou inadimplemento, com o perdimento das parcelas pagas em favor da Massa.

TERMOS EM QUEL PEDE DEFERIMENTO.

NOVO HAMBURGO, 06 DE JUNHO DE 2017.


JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES

OAB/RS 33037



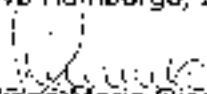
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

COMARCA DE NOVO HAMBURGO
VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
PROCESSO nº 019/ 1.14.0013583- 1
PROMOÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Meritíssimo(a) Juiz(a):

Tendo em vista a manifestação do Sr. Administrador Judicial de fls. 388, o Ministério Público opina pelo prosseguimento do feito nos termos da referida manifestação.

Novo Hamburgo, 22 de junho de 2017.


Juliana Maria Giorno,
2ª Promotora de Justiça Cível

019/1.14.0013583-1 - Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP

Sul Brasil Produtos para Couros Ltda, CNPJ: 90.284.621/0001-37, I.E.: 086/0110230, endereço: R. Miranda n. 103, NH/RS, vem, com o máximo respeito, **solicitar a expedição de ofício ao Registro de Imóveis de Novo Hamburgo** informando quanto à arrematação parcelada do imóvel matriculado sob o nº 23.179, ocorrida em 22/11/2016.

Novo Hamburgo, 04 de julho 2017.

Arrematante
 [Assinatura]
 Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
 CNPJ 90.284.621/0001-37



BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS E
CONCORDATAS DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS

PROCESSO Nº 019.114.0013583-1

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A,
devidamente qualificado, por seu advogado, no presente processo da MASSA FALIDA
TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA, vem diante de Vossa Excelência dizer e
requerer

Realizado leilão do imóvel objeto de pedido de restituição, processo
nº 019/115.0006515-0, foi arrematado pelo valor de R\$ 196.000,00, sendo pago R\$ 49.000,00
à vista e o restante em 18 parcelas mensais corrigidas pelo IGPM.

O administrado judicial apresentou a prestação de contas, fl. 379,
sendo realizado depósito judicial no Banrisul do valor líquido de R\$ 45.566,25

Considerando tratar-se de pedido de restituição o referido valor
deve ser levantado em favor do Banrisul com a expedição de alvará judicial automatizado para
crédito na conta 0160.07 101000.0-9, banco nº 041,

Requer também, que os créditos futuros devidamente corrigidos,
até o integral pagamento da dívida sejam creditados na mesma conta retro informada, em
favor do Banrisul.

Considerando o trânsito em julgado da ação de restituição processo
nº 019/115.0006515-0 onde a massa falida restou condenada ao pagamento de honorários
no valor de R\$ 2.000,00, requer a expedição de alvará judicial automatizado em favor do
patrono da causa, devidamente corrigidos conforme sentença.

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Alegre, 14 de julho de 2017.

NP 20140209940-020
PASTA INTERNA 906153382

FERREIRA & CHAGAS
ADVOCADOS

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DO(A) 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO / RS.

Ref. ao processo n.º 01911400135831

BANCO DO BRASIL S/A, devidamente qualificado nos autos do processo acima identificada, por seus procuradores infra-assinados, vem a V.Exa. requerer o cadastramento da sociedade de advogados **FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS**, inscrita na OAB/MG 1118, OAB/SP 13.710, OAB/SC 2582 e OAB/RS 4383, OAB/PR 15.423, OAB/ES 11.169280-0847, OAB/DF 2024/12 conforme mandato em anexo para que produza seus efeitos legais.

Requer, ainda, o cadastramento de todos os advogados anteriormente constituídos e nos termos da norma do §2º do artigo 272 do Código de Processo Civil, que todas as publicações sejam feitas **exclusivamente** em seu nome, sob pena de nulidade absoluta.

Por derradeiro, em cumprimento à norma do inciso II do artigo 106 do Código de Processo Civil, informa o autor o endereço de seu patrono para eventuais intimações, a saber: Rua Bernardo Guimarães, 1986 - bairro Lourdes, Be e Horizontes/MG - CEP 30.140-082

Termos em que, pede deferimento

Be e Horizontes/ MG, 21 de setembro de 2017

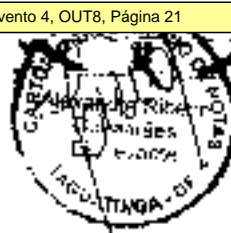
P/p. MARCOS CALDAS M. CHAGAS
FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS
OAB/MG 1118
OAB/SP 13.710
OAB/SC 2582
OAB/RS 4383
OAB/PR 15.423
OAB/ES 11.169280-0847
OAB/DF 2024/12



PROCURAÇÃO bastante que faz(em) **BANCO DO BRASIL S/A**

39.3

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze (14/12/2015), nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que comparece(m) como outorgante(s), **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre I, 8º Andar, Edifício Banco de Brasil, em Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.000.000/0001-91, com seus atos constitutivos registrados e arquivados no Departamento Nacional do Registro do Comércio sob o número 83, neste ato representado, na forma prevista no artigo 27 do Estatuto, por seu Diretor Jurídico, **ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB-DF sob nº 1.39-A e OAB-SC 7.459, portador da carteira de identidade nº 2.594.785-SSP/DF e do CPF nº 239.664.400-91, residente nesta Capital e domiciliado na Sede da Empresa, investida na função conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. em reunião em 16 de setembro de 2013, cuja ata foi registrada sob o nº 20130880639 na Junta Comercial do Distrito Federal em 08 de outubro de 2013; identificado(a)(s) como o(s) próprio(a)(s) em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ele(a)(s) me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia(m) e constitui(em) seu(sua)(s) procurador(es)(as), **FERNANDO ANTONIO PRAGA FERREIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob o nº 83.281-A e no CPF/MF sob o nº 366.968.176-20, **MARCUS CALDAS MARTINS CHAGAS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS sob o nº 83.640-A e no CPF/MF sob o nº 721.540.986-49, **DANIELA MARQUES BATISTA SANTOS ALMEIDA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RS sob o nº 92.587-A e no CPF/MF sob o nº 063.968.416-07 e **ALEXANDRE SCHMITT DA SILVA MELLO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS sob o nº 43.038 e no CPF/MF sob o nº 652.161.720-68, sócios da sociedade de advogados **FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS**, registrada na OAB/RS sob o nº 4283, inscrita no CNPJ/MF nº 04.032.380/0009-54, sediada na Avenida Carlos Gomes, nº 1.000, conjunto 302, Bairro Auxiliadora, Porto Alegre-RS (dados fornecidos por declaração, ficando o Outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção) que foi credenciada e contratada ao amparo do Edital de Licitação nº 2013/016655 (7421) SL, para prestar serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Outorgante, no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo e nos limites do(s) contrato(s) administrativo(s) celebrado(s) com o Banco do Brasil. Ficam conferidos aos procuradores os poderes necessários à defesa dos interesses do Outorgante nas esferas administrativa e extrajudicial, além dos poderes da cláusula *ad judicium*, para a prática de atos em processos no âmbito cível, fiscal, administrativo, previdenciário, trabalhista e penal, para: atuar em primeiro e segundo graus de jurisdição, nos juizados especiais, colégios e turmas recursais, compreendendo inclusive interpor recursos e apresentar contrarrazões a recursos interpostos aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, apenas ressalvando que o acompanhamento de processos e a atuação nesses tribunais ficarão exclusivamente a cargo dos advogados empregados do Outorgante, propor e contestar ações, reconvir, nomear e impugnar peritos, prestar informações e usar de todos os recursos em direito permitidos, requerer falências, declarar ou impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial ou extrajudicial, inclusive em assembleias de credores, representar o Outorgante perante órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora outorgados, e ainda os **poderes especiais**, quando autorizados pelo Outorgante, do: reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação em atos de processo judicial, com recebimento de créditos do Outorgante somente mediante depósito judicial em favor do Outorgante, firmar compromisso, apresentar reclamação e representação correicional e ingressar em recinto, repartição ou outro local no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que tenha interesse, participar ou possa participar o Outorgante, ou perante a qual este deva ou tenha interesse em comparecer, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos judiciais ou administrativos, inclusive de recuperação judicial ou extrajudicial, defender os direitos e interesses do Outorgante, podendo impetrar mandados de segurança, propor ações rescisórias, opor exceção de qualquer natureza, solicitar abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crime com observância ao artigo 44 do Código de Processo Penal, apresentar representação, ajuizar medidas cautelares, preventivas ou assecuratórias, bem como incidente de falsidade na esfera penal; receber intimações para ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas unicamente ao Outorgante. Fica vedado ao(s) outorgado(s) o levantamento do valor depositado em favor do Outorgante, podendo o(s) Outorgado(s), no entanto, requerer a expedição de alvará de levantamento apenas em nome do Outorgante e retirá-lo em cartório ou serventia judicial para entrega ao Outorgante. Deste modo, ao(s) Outorgado(s) fica vedada a retirada de alvará de levantamento de valores a favor do Outorgante, ainda que o alvará tenha sido expedido indevidamente ou equivocadamente em nome do(s) Outorgado(s), bem como requerer que os alvarás cujos valores sejam destinados ao Outorgante sejam expedidos em nome do(s) Outorgado(s) ou poderes ora outorgados, podendo



PROCURAÇÃO bastante que faz(em): BANCO DO BRASIL S/A

393

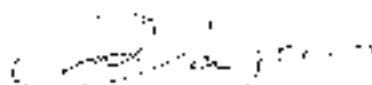
Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze (14/12/2015), nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s), **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre I, 8º Andar, Edifício Banen do Brasil, em Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.000.000/0001-91, com seus atos constitutivos registrados e arquivados no Departamento Nacional do Registro do Comércio sob o número 83, neste ato representado, na forma prevista no artigo 27 do Estatuto, por seu Diretor Jurídico, **ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB-DF sob nº 1.139-A e OAB-SC 7.459, portador da carteira de identidade nº 2.594.785-SSP/DF e do CPF nº 239.664.400-91, residente nesta Capital e domiciliado na Sede da Empresa, investido na função conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. em reunião em 16 de setembro de 2013, cuja ata foi registrada sob o nº 20130880639 na Junta Comercial do Distrito Federal em 08 de outubro de 2013; identificado(a)(s) como o(a)(s) próprio(a)(s) em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ele(a)(s) me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia(n) e constituí(em) seu(su)(s) procurador(a)(es)(as), **FERNANDO ANTONIO FRAGA FERREIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob o nº 83.281-A e no CPF/MF sob o nº 566.968.176-20, **MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS sob o nº 83.646-A e no CPF/MF sob o nº 721.340.986-49, **DANIELA MARQUES BATISTA SANTOS ALMEIDA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RS sob o nº 92.587-A e no CPF/MF sob o nº 061.968.416-07 e **ALEXANDRE SCHMITT DA SILVA MELLO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS sob o nº 43.038 e no CPF/MF sob o nº 652.161.720-68, sócios da sociedade de advogados **FERREIRA E CHAGAS ADVOCADOS**, registrada na OAB/RS sob o nº 4383, inscrita no CNPJ/MF nº 04.032.380/0009-54, sediada na Avenida Carlos Gomes, nº 1.000, conjunto 302, Bairro Auxiliadora, Porto Alegre-RS (dados fornecidos por declaração, ficando o Outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção) que foi credenciada e contratada ao amparo do Edital de Licitação nº 2013/016655 (7421) SL, para prestar serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Outorgante, no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo e nos limites do(s) contrato(s) administrativo(s) entabulado(s) com o Banco do Brasil. Ficam conferidos aos procuradores os poderes necessários à defesa dos interesses do Outorgante nas esferas administrativa e extrajudicial, além dos poderes da cláusula *ad judicium*, para a prática de atos em processos no âmbito cível, fiscal, administrativo, previdenciário, trabalhista e penal, para: atuar em primeiro e segundo graus de jurisdição, nos juzizados especiais, colégios e turmas recursais, compreendendo inclusive interpor recursos e apresentar contrarrazões a recursos interpostos aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, apenas ressalvado que o acompanhamento de processos e a atuação nesses tribunais ficarão exclusivamente a cargo dos advogados empregados do Outorgante, propor e contestar ações, reconvir, nomear e impugnar peritos, prestar informações e usar de todos os recursos em direito permitidos, requerer falências, declarar ou impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial ou extrajudicial, inclusive em assembleias de credores, representar o Outorgante perante órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora outorgados, e ainda os **poderes especiais**, quando autorizados pelo Outorgante, de: reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação em autos de processo judicial, com recebimento de créditos do Outorgante somente mediante depósito judicial em favor do Outorgante, firmar compromisso, apresentar reclamação e representação correicional e ingressar em recinto, repartição ou outro local no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que tenha interesse, participar ou possa participar o Outorgante, ou perante a qual este deva ou tenha interesse em comparecer, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos judiciais ou administrativos, inclusive de recuperação judicial ou extrajudicial, defender os direitos e interesses do Outorgante, podendo impetrar mandados de segurança, propor ações rescisórias, opor exceção de qualquer natureza, solicitar abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crime com observância ao artigo 44 do Código de Processo Penal, apresentar representação, ajuizar medidas cautelares, preventivas ou assecuratórias, bem como incidente de falsidade na esfera penal; receber intimações para ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas unicamente ao Outorgante. Fica vedado ao(s) outorgado(s) o levantamento do valor depositado em favor do Outorgante, podendo o(s) Outorgado(s), no entanto, requerer a expedição do alvará de levantamento apenas em nome do Outorgante e retirá-lo em cartório ou serventia judicial para entrega ao Outorgante. Deste modo, ao(s) Outorgado(s) fica vedada a retirada de alvará de levantamento de valores a favor do Outorgante, ainda que o alvará tenha sido expedido indevida ou equivocadamente em nome do(s) Outorgado(s), bem como requerer que os alvarás cujos valores sejam destinados ao Outorgante sejam expedidos em nome do(s) Outorgado(s). Os poderes ora outorgados poderão



FERREIRA & CHAGAS ADVOCADOS

inscrita na OAB/RS 105.952 e no CPF 0'8.410.380-08; MELISSA MACEDO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RS 68.675 e no CPI 984 712.370-20, todas com escritório profissional sito à avenida Carlos Gomes, n. 1000, conj. 302, Porto Alegre/RS.

Porto Alegre, 19 de setembro de 2017.



MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS

OAB/MG 56.526

OAB/PE 1930-A

OAB/RJ 164.734

OAB/BA 47.104

OAB/TR 77.458

OAB/DF 35.879

OAB/SP 303.021

OAB/ES 18.353

OAB/RS 83.640-A

OAB/SC 42.979-A



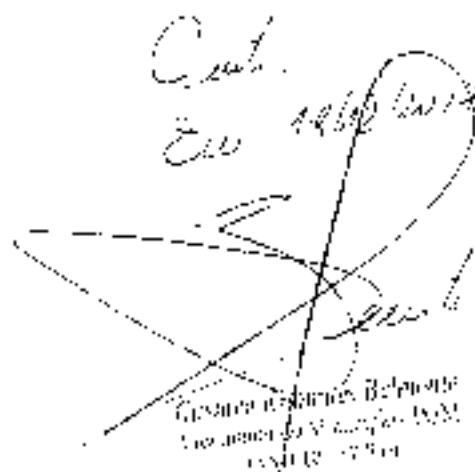
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

396

[Handwritten notes:]

Begonnen die ...
die ...
18 ... 22
(A large circular stamp is drawn over the handwritten notes.)

Cont.
Em 14/08/2014



A handwritten signature is written over a circular stamp. The signature is written in a cursive style. The stamp is partially obscured by the signature.

Gerente de Recursos Humanos
Luzinete de Almeida
14/08/2014



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



019/1.14.0013583-1 (CNPJ:0026483-63.2014.8.21.0019)

Vistos

Quanto ao pleito da Arrematante à fl. 387, a expedição da carta de arrematação depende da quitação integral do preço da comprovação do recolhimento do ITBI em se tratando de imóvel, o que aliás, constou expressamente da decisão das fls. 377 e verso.

Expeça-se, no entanto, o ofício ao Registro de Imóveis local, tal qual solicitado à fl. 390 pela Arrematante.

Quanto ao requerimento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., formulado à fl. 391, dê-se prévia vista ao Administrador Judicial e ao Ministério Público, pela ordem,

Diligências legais.

Novo Hamburgo, 08/02/2018.

Alexandre Kosby Boeira,
Juiz de Direito.

confere original
eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por
o signatário ALEXANDRE KOSBY BOEIRA
MP do Estado do Rio Grande do Sul (CPF 0026483-63/2014.8.21.0019)
Assinatura eletrônica nº 10420217344613

Para conferir o conteúdo do documento assinado, no Internet, acesse o link: <http://www.tjrs.jus.br/hamburgo>
e copie o seguinte código de acesso: 019/1.14.0013583-1/2014.8.21.0019



De: Alexandre Kosby Boeira, Juiz de Direito
Assinatura eletrônica nº 10420217344613

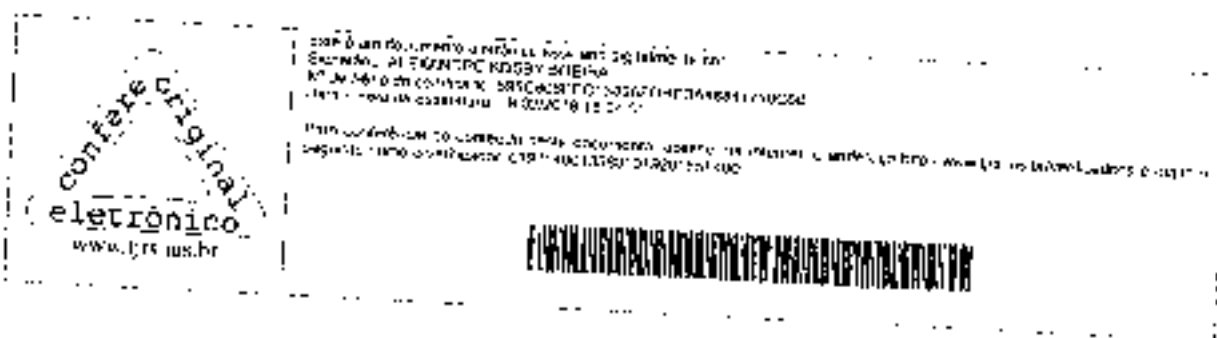
De: Alexandre Kosby Boeira, Juiz de Direito
Assinatura eletrônica nº 10420217344613

OFICIO

Senhor(a) Oficial(a) :

Atenciosamente,

Ilmo(a) Sr(a) Oficial(a)
REGISTRO DE IMÓVEIS
Novo Hamburgo-RS



399
R. 4
R.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS,

PROCESSO Nº 019/114.0013583-1
FALÊNCIA DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA.

O ADMINISTRADOR JUDICIAL DA MASSA FALIDA DE TRESCE
INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA., vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., a fim de
dizer e requerer o que segue:

1 - O autor do Pedido de Restituição nº 019/1.15.0006515-0, Banco Bradesul
S/A, julgado procedente, postula a expedição de alvará judicial para levantamento do valor a ser
restituído (R\$ 162.652,66 em 24/04/2015) e honorários.

2 - Os honorários de sucumbência (R\$ 2.080,00) não possuem a mesma
garantia do principal e devem ser habilitados e pagos na forma da LE.

3 - O imóvel foi vendido em leilão para pagamento em 18 parcelas, prazo já
decorrido, assim, impõe-se a apuração do valor a ser restituído, razão pela qual requer a
atualização do débito pela Comadoria Judicial, pelos índices dos débitos judiciais.

4 - Requer seja determinado ao Cartório o juntada de extrato da conta da Massa
de dezembro/2016 até esta data.

5 - Por final, requer nova vista para fins de direito.

TERMOS EM QUE, PEDE DEFERIMENTO.
NOVO HAMBURGO, 26 DE SETEMBRO DE 2018.

JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES
ADMINISTRADOR JUDICIAL

FERREIRA & CHAGAS
ADVOGADOS

EXMO (A). SR (A). JUIZ (A) DE DIREITO DA 1 VARA DE DIREITO EMPRESARIAL DA
COMARCA DE NOVO HAMBURGO/RS

Ref. qos autos de processo n.º 0026483-63.2014.8.21.0019

BANCO DO BRASIL S/A devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seus procuradores infra assinados, vem a V.Exa. requerer o cadastramento do **DR. MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MG 56.526 e OAB/RS 83.640-A**, conforme mostrado em anexo, para que produza seus efeitos legais.

Requer, ainda, o descredenciamento de todos os advogados anteriormente constituídos e nos termos da norma do §2º do artigo 272 do Código de Processo Civil que todas as publicações sejam feitas exclusivamente em seu nome, sob pena de nulidade absoluta.

Por derradeira, em cumprimento à norma do inciso II do artigo 106 do Código de Processo Civil, informa o autor o endereço de seu patrono para eventuais intimações, a saber, Rua Bernardo Guimarães, 1986 - Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG - CEP 30.140-082.

termos em que pode diferimento.

Porto Alegre/RS, 26 de fevereiro de 2019.

MARCOS CALDAS M. CHAGAS FELIPE ESTORIL DE CASTRO
OAB/MG 56.526 OAB/RJ 63.640-A OAB/RJ 64.054

DIEGO PACHECO CHAVES
OAB/RS99.400

2016年12月31日



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CAMPEIRO DO EXERCÍCIO DE NOTAS
DE TAGUATINCA DE
Rosa do Rincão de Loma - Taguatinca

Livros 2643

FLS : 072

Prod. 707670

ser exercidas conjunta ou individualmente. O presente mandado ratifica todos os atos praticados. Os poderes ora conferidos aos Outorgados podem ser substabelecidos, com reserva Esclareço an(s) nutryngute(s) o significado deste ato após o que the(s) li em voz alta e passada o presente instrumento que aceitouraram) e assinu(arat). **DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI DOUFÉ Em ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizara, a lavrei, conferi, li e encerto o presente ato coihendo as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fê. assino e subscrevo, (au.)MARCELO DE FARIA COSTA, Tabelião Substituto, ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO, nada mais. Traslada da em seguida. E eu, 41, subscrevo, dou fê. e assino em público e raso. Guia de recolhimento nº 00175982, no valor de R\$ 31,55, referente aos emolumentos cartorários. Selo Digital nº TJDFT20150100855612UIMS. Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br**

EM TESTEMUNHO (Assinatura) DA VERDADE.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CATIONIC POLYMERIZATION OF 1,3-BIS(4-CHLOROPHENYL)BENZENE

DE TAGLIANDO IL

Розвідка: Губергове Марія Іванівна

Livru : 2643

FLS - 072

Prot : 707670

ser exercidos conjunta ou individualmente. O presente mandado ratifica todos os atos praticados. Os poderes ora conferidos aos Outorgados podem ser subdelegados, com reserva de alçada ao(s) outorgante(s) o significado deste ato após o que lhe(s) li em voz alta e passou o presente instrumento que aconteceu em e assinou(aram) DISPENSADAS AS TESTIMUNHAS DE ACORDO COM A LEI DOI FE. Eu, ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, a lavrei, confeti. li e encartei o presente ato colhendo as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fé, assino e subscrevo. (ss.) MARCELO DE FARIA COSTA, Tabelião Substituto, ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO, nada mais. Traslada em seguida. E eu, , subscrevo, dou fé, e assino em público e rasgo. Guia de recolhimento nº 00175982, no valor de R\$ 31,55, referente aos emolumentos cartorários. Selo Digital nº TJDFT20150100855612UJMS. Para consultar o selo, acesse www.tjdft.jus.br

EM TESTEMUNHO (Assinatura) DA VERDADE.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CIVIL DO PRAÇA DE NOVO HAMBURGO
CLARI BARRETA BRENNER - Oficiala
Rua Camp. 69 - 9120 - Centro - 95 910-380 - Fone - 311 1995-4475

Ofício n.º 318/2018

Novo Hamburgo, 09 de março de 2018

Excelência:

Em atenção ao Ofício n.º 69/2018, processo n.º 019/1.14.0013583-1, informo Vossa Excelência que foi cumprida a ordem determinada, conforme AV18 - 23.179, do livro n.º 2.

Reiterando minha consideração e respeito, firmo muito

Atenciosamente,

Clari Barreta Brenner
Oficiala

Exmo. Sr. Dr.
Alexandre Koshy Boeira
Juiz de Direito
Vara de Falências e Concordatas
Novo Hamburgo - RS

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara de Falências e Concordatas da Comarca de Novo Hamburgo/RS

019/1.14.0013583-1 - Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP

Sul Brasil Produtos para Couros Ltda, CNPJ: 90.284.621/0001-37, IE.: 086/0110230, endereço R. Miranda n. 103, NH/RS, vem, com o máximo respeito, dizer que:

Solicita a expedição de Carta de Arrematação, referindo a arrematação parcelada e hipoteca judicial sobre o próprio bem arrematado, conforme art. 895, § 1º, CPC, e descrito abaixo:

Descrição:

Imóvel industrial. Um prédio de alvenaria, próprio para indústria, no nº 90 da r. 13 de Maio, suas instalações, benfeitorias, e o respectivo terreno, situado no bairro industrial, no quarteirão formado pelas ruas André Pinto Rebouças, 13 de Maio, Minuano e Lopes Trovão, constituído de parte dos lotes 14 e 15 da quadra E, do Parque Santa Rita, medindo 17 metros de frente ao norte, para rua 13 de Maio, lado par, 21 metros ao leste, onde faz frente para a Rua André Pinto Rebouças, lado ímpar, formando esquina, 17 metros ao sul onde confronta com o lote 16 prometido vender a Calçados Alaska Ltda e 25 metros ao oeste onde confronta com imóvel de Pedro Lotário Alles, antes de Embradec - Empresa Brasileira de Construções Ltda. matr. 23.179, área do terreno 391,00m2 área construída de 378,00m2.

Novo Hamburgo, 19 de Setembro 2018.

Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Arrematante

1958

Receita do Estado do Rio Grande do Sul

Receita do Estado do Rio Grande do Sul

1958

Receita do Estado do Rio Grande do Sul



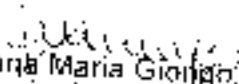
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

COMARCA DE NOVO HAMBURGO
VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
PROCESSO nº 019/14 0013583-1
PROMOÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

MM Juiz(a)

O Ministério Público opina pelo prosseguimento do
feito nos termos da manifestação do administrador judicial à fl. 399.

Novo Hamburgo, 22 de outubro de 2018.


Juliana Maria Giordani
2ª Promotora de Justiça Cível.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

[Assinatura]

019/1.14.0013583-1 (CNPJ: 0026483-63.2014.8.21.0019)

Vistos.

Primeiramente, expeça-se alvará em favor do Perito Judicial da Massa Falida, pelo montante postulado à fl. 397.

Diante da manifestação do Administrador Judicial (fl. 399), remetam-se os autos à Contadoria Judicial para verificar se o valor da arrematação da fl. 378 foi integralmente pago, na forma disposta na ata de arrematação, intimando-se a Arrematante para efetuar o depósito de eventual diferença.

Sancionando que o valor pertinente a tal venda judicial, deverá ser restituída integralmente ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., credor por restituição da Falida, por conta do imóvel alienado, objeto da ação nº 019/1.15.0006515-5.

Solicite-se, após, extratos atualizados das contas da Massa Falida vinculadas ao processo, via ofício ao Banrisul S.A., Posto do Foro.

Quanto ao pleito da Arrematante (fl. 404), reporto-me ao despacho da fl. 396, primeira parte, do que deverá ser-lhe dado ciência. Omitências legais.

Novo Hamburgo, 25/10/2018.

Alexandre Kosby Boeira,
Juiz de Direito

Este documento foi produzido automaticamente pelo
Sistema de Processamento de Documentos
do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul
Data: 25/10/2018 15:04:05

Para conferir a autenticidade dos documentos, acesse, na Internet, o endereço: <http://www.tjrs.jus.br/verificadoc>
e digite o número do documento: 019/1.14.0013583-1.0001.0026483-63.2014.8.21.0019

Confere o Juiz de Direito
Eletrônico
www.tjrs.jus.br



Número Verificador: 019/1.14.0013583-1.0001.0026483-63.2014.8.21.0019
019/1.14.0013583-1.0001.0026483-63.2014.8.21.0019

Banrisul

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FALÊNCIA E
CONCORDATA DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS**

407
C

Processo nº: 019/115.0013583-1

4

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL, já qualificado nos autos da **MASSA FALIDA DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA**, vem, perante Vossa Excelência nos termos da NE 74/2018, do incidente processual de pedido de restituição Nº 019/115.0006515-0, dizer requerer:

O credor ingressou com pedido de restituição de crédito tombado sob nº 019/115.0006515-0, tramitando na Vara Falência e Concordada dessa comarca, tendo sido julgada procedente a fim de restituir ao Banrisul o Valor de R\$ 162.652,66 e condenando a Massa ao pagamento de honorários no valor de R\$ 2.000,00.

Assim, requer a Vossa Excelência digno-se determinar ao administrador judicial **efetuar a restituição do valor de R\$ 162.652,66, devidamente corrigido** desde o trânsito em julgado da sentença, expedindo alvará automatizado para crédito do Banrisul na conta/agência 0100.07.101000.0-9, CNPJ nº: 92.702.067/0001-96.

Requer também, a **expedição de alvará automatizado dos honorários sucumbenciais no valor de R\$ 2.000,00, devidamente atualizado** desde a sentença, para conta/agência nº 0100.06.255493.0-4, em nome da Associação dos Advogados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 03 736 430/0001-64.

Nestes termos pede deferimento

Porto Alegre, 18 de outubro de 2018.

LUIS ANTONIO COLOMBO
Advogado OAB/RS 12.773

CPF: 356.933.940-02
Cep. Moradia: 177 - 6ª andar
CEP 95072-300 - Porto Alegre, RS

122 901503



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Novo Hamburgo

Vara de Falências e Concordatas da Comarca de Novo Hamburgo

COMPROVANTE DE EXPEDIÇÃO
ALVARÁ AUTOMATIZADO

Alvará de Autorização Nº: 019.18/000007084

Valor do Alvará: R\$ 1.564,50 ; Um Mil, Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos)

Despesa Bancária: R\$ 0,00

Valor Imp. Renda: R\$ 0,00

Processo: 019/1.14/0013583-1

Natureza: Autotalência

Assinante: Dr. Alexandre Kosby Boeira

Beneficiário: Emerson Coelho Buchmann

Pessoa Física

CPF: 961.388.390/34

Autorizado: Emerson Coelho Buchmann - CPF: 961.388.390/34

Tipo de Resgate: CONTA BANRISUL

Creditado em 06/11/2018 na conta 3510504105, agência 0697 do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Observação:

Do valor do Alvará serão descontados os valores referentes a despesa bancária e Imposto de Renda Retido na Fonte, quando houver.

Novo Hamburgo, RS , 06 de novembro de 2018.

Excmo. Sr. Juiz de Direito
Gostaria de estar ciente
de alguns aspectos

de 14

de 14

2018
Excmo. Sr. Juiz de Direito
Gostaria de estar ciente
de alguns aspectos

Excmo. Sr. Juiz de Direito

Gostaria de estar ciente

de alguns aspectos

de 14

de 14

de 14

2018
Excmo. Sr. Juiz de Direito
Gostaria de estar ciente
de alguns aspectos

Consulta de 1º Grau
 Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul
 Número do Processo: 1.14 0013683-1
 Comarca: NOVO HAMBURGO
 Órgão Julgador: Vara de Falências e Concorridas 1 / 1

Variação para emissão

Nova pesquisa

Depósitos Judiciais:

Data da Emissão:	03/06/2015
Número da Guia:	150004265
Valor:	36.185,00
Data do Depósito:	03/06/2015
Nome do Depositante:	Norton Jochims Fernandes
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	19/12/2016
Número da Guia:	162011385
Valor:	46066,25
Data do Depósito:	19/12/2016
Nome do Depositante:	Norton Jochims Fernandes
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	23/01/2017
Número da Guia:	170000451
Valor:	8210,76
Data do Depósito:	27/01/2017
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	23/02/2017
Número da Guia:	170001242
Valor:	8210,76
Data do Depósito:	23/02/2017
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	23/03/2017
Número da Guia:	170002352
Valor:	8269,92
Data do Depósito:	27/03/2017
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	19/04/2017
Número da Guia:	170003101
Valor:	8270,76
Data do Depósito:	27/04/2017
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	11/05/2017
Número da Guia:	170003636
Valor:	

Raulo G. Sampaio
 Diretor Administrativo
 16/05/2017

Data do Depósito:	8270,75
Nome do Depositante:	30/05/2017
Origem:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
	Depósito Normal
Data da Emissão:	20/06/2017
Número da Guia:	170004682
Valor:	8270,75
Data do Depósito:	28/06/2017
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	26/07/2017
Número da Guia:	170005086
Valor:	8270,75
Data do Depósito:	28/07/2017
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	25/08/2017
Número da Guia:	170006510
Valor:	8270,75
Data do Depósito:	31/08/2017
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	28/09/2017
Número da Guia:	170007388
Valor:	9097,65
Data do Depósito:	28/09/2017
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	18/10/2017
Número da Guia:	170007991
Valor:	9140,6
Data do Depósito:	27/10/2017
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	27/11/2017
Número da Guia:	170008890
Valor:	9158,88
Data do Depósito:	30/11/2017
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	09/01/2018
Número da Guia:	180000100
Valor:	9200,5
Data do Depósito:	12/01/2018

415

Paulo G. Saporiti
 09/01/2018
 18/01/2018

Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	15/01/2018
Número da Guia:	180000214
Valor:	9285,43
Data do Depósito:	25/01/2018
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Deposito Normal
Data da Emissão:	15/02/2018
Número da Guia:	180001068
Valor:	9.389,00
Data do Depósito:	23/02/2018
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Deposito Normal
Data da Emissão:	26/03/2018
Número da Guia:	180002144
Valor:	9365,55
Data do Depósito:	29/03/2018
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Deposito Normal
Data da Emissão:	26/04/2018
Número da Guia:	180003231
Valor:	9425,5
Data do Depósito:	30/04/2018
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	29/05/2018
Número da Guia:	180004274
Valor:	9479,25
Data do Depósito:	30/05/2018
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Depósito Normal
Data da Emissão:	29/06/2018
Número da Guia:	180005293
Valor:	9610,1
Data do Depósito:	29/06/2018
Nome do Depositante:	Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
Origem:	Deposito Normal

411
18/06/2018

Paulo G. Saporiti
Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
18/06/2018

Data da consulta: 10/11/2018

Hora da consulta: 10:42:03

[Voltar](#)

pjmelo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO

Página 1/1

Data 10/11/2018

Hora: 11:02

Processo: 11400195831

Descrição: ARREMATANTE SUL BRASIL PRODUTOS PARA COURO LTDA

Comentário: ATA DO LEILÃO FL. 373 - HOMOLOGAÇÃO FL. 377 (fora da ordem)

Índice de Correção: IGP-M/FORU

Taxa de Juros: Sem aplicação de juros

Valores corrigidos até: 10/11/2018

Data	Descrição	Valor	Data Juros	Correção (R\$)	Juros (R\$)	Atualizado (R\$)
Valor Principal						
1. 01/01/2014	Valor Principal	105.000,00		213.142,45		213.142,45
Abatimentos						
2. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	145.000,00		153.545,87		153.545,87
3. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	19.110,74		10.315,25		10.315,25
4. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	10.210,76		10.867,31		10.867,31
5. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	14.249,54		14.922,49		14.922,49
6. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	10.270,15		10.700,16		10.700,16
7. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	11.240,75		12.127,00		12.127,00
8. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	28.170,73		19.112,62		19.112,62
9. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	10.270,15		10.226,14		10.226,14
10. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	18.270,75		15.226,39		15.226,39
11. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	15.270,75		110.106,70		110.106,70
12. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	19.110,74		120.131,14		120.131,14
13. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	14.154,89		120.091,91		120.091,91
14. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	19.204,50		110.127,10		110.127,10
15. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	10.200,15		110.089,44		110.089,44
16. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	14.302,90		110.141,17		110.141,17
17. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	10.305,70		110.750,90		110.750,90
18. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	10.425,20		110.665,05		110.665,05
19. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	14.419,25		110.215,12		110.215,12
20. 01/01/2014	Despesa com honorários advocatícios	12.810,10		10.970,24		10.970,24
Subtotal Referente a Abatimentos				1226.735,31	0,00	1226.735,31
Total Geral do Cálculo em 10/11/2018				R\$ (12.562,48)		

Obs: O valor de R\$ 12.562,48 é o valor devido pelo devedor ao credor.

Paulo G. Sapori
OAB/RS 15749/2010
10/11/2018

Rosita Helena Chequer da Silva
Contadora Designada

VISTA
FACILITADO PARA O JUIZ DE DIREITO
Abaixo assinado o Juiz de Direito

Em _____
C. Escrivão _____

Impressão - Banrisul [J550518652735]

Página 1 de 1

14/02/2019



Banrisul

Recibo de Pagamento

Número: 00821035363/0000000736694/870473

Data: 18/02/2019

Hora: 16:37:16

Canal:	Office Banking
Tipo Pagamento:	Títulos Banrisul / Outros Bancos
Cód. Barra:	1049818097.62000100040.00060442593.1.783900003448596
Fim snr:	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Ag./Conta Débito:	0607-06.000143.0-2-SUL BRASIL PROD P COUROS LTDA
Valor:	R\$ 4.485,96
Data Débito:	18/02/2019
Data Vencimento:	14/03/2019
Pagador Final:	SUL BRASIL PROD P COUROS LTDA
CNPJ/CNPJ Pagador Final:	90.294.621/0001-37
Pagador:	SUL BRASIL PRODUTOS PARA COURO
CNPJ/CNPJ Pagador:	90.284.621/0001-37
Beneficiário Original:	MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO
CNPJ/CNPJ Beneficiário Original:	88.254.875/0001-60
Pagador Social Beneficiário Original:	MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO

Aterciolamento

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
 0.456655640731563CFAAS20701E55AF64C64
 SAC: 0800 6461515 OUVIDORIA: 0800 6442200

[Handwritten signature]

224

CAIXA

RECEIBO DO SACADADO

MUNICÍPIO DE NOVO
HAMBURGO

EXERCÍCIO

[illegible]

CAIXA 104-01

10498.18097 62000.100040

LOCAL 27 PHOENIX

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

1200 mg/kg

ИЗДАТЕЛЬСТВО «НАУКА» МОСКВА

[illegible]

61020251

Prüfung

WEST J.

Prizma

Elm 006

Number 200

—

CO₂ = 0.001

1993-0000-0001


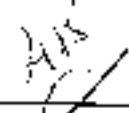
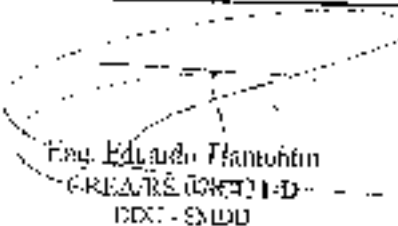
Library:


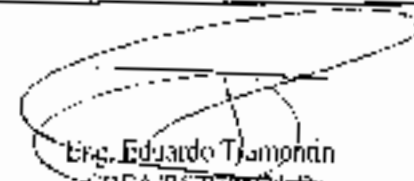
1895

— 1991

1

[illegible]

		PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA GUIA DA ARRECAÇÃO - ITBI																																																																			
ITBI																																																																					
Número Guia	560/2019	Protocolo	1535/21	Emissão	13/02/2019																																																																
Inscrição	11.013.00191.001			Débito	Não																																																																
Adquirente(s)	96450 - SUL BRASIL PRODUTOS PARA COUROS LTDA - CPF/CNPJ: 90284621009137																																																																				
Transmissor(es)	31837 - TRESCF INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA - CPF/CNPJ: 92069412000102																																																																				
Endereço Imóvel	RUA TREZE DE MAIO 90 - Bairro INDUSTRIAL - CEP 91320-510																																																																				
Transmissão / Fato ARREMATACÃO - ATO GERADOR APLICADO INCISO IV DO CTM - LM 1031/2003 PROCESSO Nº 015/14.0013583-1. IMÓVEL: RUA TREZE DE MAIO, Nº 90, BAIRRO INDUSTRIAL																																																																					
Observação Valor corrigido monetariamente conforme Artigo 97, Inciso I do CTM - LM 1031/2003																																																																					
Descrição do Imóvel		DIC	218,34	Malha da Rf	29175																																																																
		Situação: AVALIADO																																																																			
Tabela																																																																					
ÁREA TOTAL	391,00 m²	ÁREA TRANSMITIDA: 391,00 m²																																																																			
Banheiros / Edificações																																																																					
Nº	Área Total	Área Transmiteda	Ano	Espécie	Tipo Construção	Classificação																																																															
1	244,80	244,80	1962	1 - PRÉDIO	1 - ALVENARIA	1 - SIMPLES																																																															
<table border="1"> <tr> <td>Valor Declarado</td> <td>R\$</td> <td>105.000,00</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor Avaliado</td> <td>R\$</td> <td>224.297,83</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor Financiado</td> <td>R\$</td> <td></td> <td>Aliq</td> <td>0,50 %</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor Não Financiado</td> <td>R\$</td> <td>224.297,83</td> <td>Aliq</td> <td>2,00 %</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor FGTS</td> <td>R\$</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor Subsidio</td> <td>R\$</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Agente Financiador</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>TOTAL A PAGAR</td> <td>R\$</td> <td>4.485,96</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td>ITBI</td> <td></td> <td></td> <td colspan="4"></td> </tr> </table>							Valor Declarado	R\$	105.000,00					Valor Avaliado	R\$	224.297,83					Valor Financiado	R\$		Aliq	0,50 %			Valor Não Financiado	R\$	224.297,83	Aliq	2,00 %			Valor FGTS	R\$						Valor Subsidio	R\$						Agente Financiador							TOTAL A PAGAR	R\$	4.485,96					ITBI						
Valor Declarado	R\$	105.000,00																																																																			
Valor Avaliado	R\$	224.297,83																																																																			
Valor Financiado	R\$		Aliq	0,50 %																																																																	
Valor Não Financiado	R\$	224.297,83	Aliq	2,00 %																																																																	
Valor FGTS	R\$																																																																				
Valor Subsidio	R\$																																																																				
Agente Financiador																																																																					
TOTAL A PAGAR	R\$	4.485,96																																																																			
ITBI																																																																					
 <p>Eng. Eduardo Planchón CREA-RS (067) 1-D- DEXT - ENDD</p>																																																																					
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA																																																																					

		PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO ESTÁDIO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA GUIA DA ARRECAÇÃO - ITBI		<h1>ITBI</h1>																																																			
Número Guia	5602019	Protocolo	153521	Emissão	12/02/2019																																																		
Inscrição	11.013.001-91.001			Débito	Não																																																		
Adquirente(s)	98453 - SUL BRASIL PRODUTOS PARA COZINHAS LTDA - CPF/CNPJ: 00284621.000137																																																						
Transmissor(es)	31837 - FRESF INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA - CPF/CNPJ: 02089442000102																																																						
Endereço Imóvel	RUA TREZE DE MAIO, 90, 0 - Bairro INDUSTRIAL - CEP: 93320-510																																																						
Transmissão Fato ARREMATACAO FATO GERADOR ARTIGO 80 INCISO IV, DO CTM - LM 1031/2003. PROCESSO Nº 015/1.14 0013583-1 IMÓVEL: RUA TREZE DE MAIO, Nº 90, BAIRRO INDUSTRIAL																																																							
Observação Valor corrigido monetariamente conforme Artigo 87, Inciso I do CTM - LM 1031/2003																																																							
Descrição do Imóvel		DIC: 21834	Matrícula RI: 23178		Situação: AVALIADO																																																		
Terreno																																																							
AREA TOTAL	391,00 m²	AREA TRANSMITIDA: 391,00 m²																																																					
Benefícios / Edificações																																																							
Item	Area Total	Area Transmiteda	Ano	Espécies	Tipo Construção	Classificação																																																	
1	244,90	244,90	1982	1 - PRÉDIO	1 - ALVENARIA	1 - SIMPLES																																																	
<table border="1"> <tr> <td>Valor Deixado</td> <td>R\$</td> <td>166.000,00</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor Avaliado</td> <td>R\$</td> <td>224.297,83</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor Financiado</td> <td>R\$</td> <td></td> <td>Aliq.</td> <td>0,50 %</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor Não Financiado</td> <td>R\$</td> <td>224.297,83</td> <td>Aliq.</td> <td>2,00 %</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor FGTS</td> <td>R\$</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor Subsidio</td> <td>R\$</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Agente Financiador</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>							Valor Deixado	R\$	166.000,00					Valor Avaliado	R\$	224.297,83					Valor Financiado	R\$		Aliq.	0,50 %			Valor Não Financiado	R\$	224.297,83	Aliq.	2,00 %			Valor FGTS	R\$						Valor Subsidio	R\$						Agente Financiador						
Valor Deixado	R\$	166.000,00																																																					
Valor Avaliado	R\$	224.297,83																																																					
Valor Financiado	R\$		Aliq.	0,50 %																																																			
Valor Não Financiado	R\$	224.297,83	Aliq.	2,00 %																																																			
Valor FGTS	R\$																																																						
Valor Subsidio	R\$																																																						
Agente Financiador																																																							
TOTAL A PAGAR ITBI		R\$	4.485,96																																																				
			 Eng. Eduardo Tamonhin CREA/RST 00001-0 DDU - SMDU																																																				
			SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA																																																				

CAIYA

RECIBO DO SACADO

carra|104-0|

10498.18097 62000.100040 00060.442993 1 78890000044859K

MUNICIPIO DE NOVO
HAMBURGO

EXERCÍCIO

DATA DE PAGAMENTO

PROPRIETÁRIO

MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO - ESTADO DE SÃO PAULO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO



VI RECEBIMENTO

DATA DE RECEBIMENTO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO

VALOR DO SACADO



Recibo de Pagamento

Número: 00821035383/004100000736694/870473

Data: 18/02/2019

Hora: 16:37:16

Bantissul

Canal:

Office Banking

Tipo Pagamento:

Cód. Barras:

Títulos Bantissul / Outros Bancos

Emissor:

1049818097.62100100040.00060442993.1.78890000418596
CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Ag /Conta Debito:

0607-06.000143-0-2-SUL BRASIL PROD P COUROS LTDA
R\$ 4.485,96

Valor:

R\$ 4.485,96

Data Debito:

18/02/2019

Data Vencimento:

14/05/2019

Pagador Final:

SUL BRASIL PROD P COUROS LTDA
90.204.621/0001-37

Pagador:

SUL BRASIL PRODUTOS PARA COURO
90.284.621/0001-37

CPF/CNPJ Pagador:

MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO

Beneficiário Original:

88.254.875/0001-60

CPF/CNPJ Beneficiário Original:

88.254.875/0001-60


Razão Social Beneficiário Original: MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO

Atenciosamente

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

03659858A9731963CEAA520701E55AF64C64

SAC: 0800 6461515 OUVIDORIA: 0800 6442209

		PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA GUIA DA ARRECAÇÃO - ITBI		ITBI		
Número Guia	550/2019	Protocolo	153521	Emissão	13/07/2019	
Inscrição	11.313.00151001			Débito	Na	
Adquirente(s)	96450 - SUL BRASIL PRODUTOR PARA COUROS LTDA - CPF/CNPJ 90284921000137					
Transmissor(es)	31837 - TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA - CPF/CNPJ 92055442000102					
Endereço Imóvel	RUA TREZE DE MAIO S/N - Bairro INDUSTRIAL - CEP 93323-510					
Transmissão / Fato ARREMATACAO FATO GERADOR ARTIGO 85, INCISO IV, DO CTM - LM 1031/2003 PROCESSO Nº 019/14 0013583 1 IMÓVEL: RUA TREZE DE MAIO, Nº 30, BAIRRO INDUSTRIAL						
Observação Valor corrigido monetariamente conforme Artigo 87, Inciso I da CTM - LM 1031/2003						
Descrição do Imóvel		DIC 21834	Matrícula RI 23179	Situação AVALIADO		
Térreno						
ÁREA TOTAL	391,00 m²	ÁREA TRANSMITIDA 391,00 m²				
Benefícios / Edificações						
Item	Área Total	Área Transmida	Ano	Espécie	Tipo Construção	Classificação
1	244,80	244,80	1982	1 - PRÉDIO	1 - ALVENARIA	1 - SIMPLES
Valor Declarado R\$ 196.070,00 Valor Avaliado R\$ 224.297,83 Valor Financiado R\$ 0,00 Valor Não Financiado R\$ 224.297,83 Aliq 2,00 % Valor FGTs R\$ 0,00 Valor Subjeto R\$ 0,00 Agência Financiadora						
TOTAL A PAGAR		R\$	4.485,96			
ITBI						
Eng. Eduardo Tramonin CRE 30.950/RS-078331-D DUU - SMDU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA						

45

CERTIFICO e DOU FÉ que a _____

Em, _____ de _____ de 2014.

O Escrivão: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



COMARCA DE NOVO HAMBURGO
VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDÁCIAS

Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 66 - CEP: 93548011

Fone: 51-3553-

Processo nº: 019/1.14.0013583-1 (CNJ: 0026483-63.2014.8.21.0019)
Natureza: Autofalência
Valor da Ação: R 945.996,59 A/G
Autor: Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP
Réu: Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP

Nome e Qualificação do Arrematante:
SUL BRASIL PRODUTOS PARA COUROS LTDA, CNPJ 90.284.621/0001-37,
Rua Miranda, nº 102, Novo Hamburgo.

Rol de Peças:
ata de leilão, homologação da arrematação, ordem de expedição de
carta, ITBI, certidão de não impugnação.

Descrição do imóvel: "um imóvel industrial. Um prédio de alvenaria,
próprio para indústria, no nº 90 da Rua 13 de maio, no Bairro Industrial,
matriculado sob nº 23.179"

CARTA DE ARREMATAÇÃO:

O(A) Doutor(a) Juiz(a) do Direito, deste Juízo, FAZ SABER que
tramitou neste juízo o processo supramencionado na forma da lei, com
alienação, de acordo com a ata de leilão. A presente servirá como título
de conservação dos direitos do(a)s arrematante(s), devendo ser
cancelados todos os gravames que sejam contraditórios à transferência
plena da propriedade, conforme as peças anexas: "NOTA AO(A)
REGISTRADORIA": Na forma do provimento 05/95 da Corregedoria-Geral da Justiça o
artigo 1.498, inciso VI, do Código Civil Brasileiro, todas as penhoras e hipotecas
existentes sobre o(s) imóvel(ais) arrematado(s), assim como todas as
demais averbações que sejam contraditórias à transferência plena da propriedade ao
ora arrematante (artigo 645, § 1º, da Consolidação Normativa Judicial), deverão ser
canceladas com o registro da presente carta de arrematação "

junfebr
62-13 019/2019/112293 019/1.14.0013583-1 (CNJ: 0026483-
63.2014.8.21.0019)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



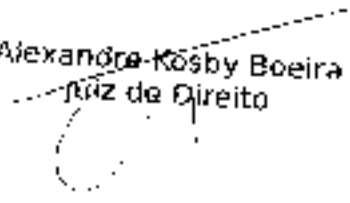
Processo nº: 019/1.14.0013583-1 (CN): 0026483-63.2014.8.21.0019)
Natureza: Autofalência
Valor da Ação: R\$ 945.996,59
Autor: AJG
Réu: Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP
Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP

ENCERRAMENTO

ARREMATANTE: acima, toma posse do(s) bem(ns) arrolado(s) nesta CARTA DE ARREMATACÃO, extraída dos autos supramencionados. Passados neste Juízo.

CUMPRE-SE.

Novo Hamburgo, 26 de março de 2019.


Alexandre Kosby Boeira
Juiz de Direito

COTA:

Valor por folha - 0,2 URC R\$ _____
Total de folhas () _____
Total de Custas () URC R\$ _____

lanfabi

62-13-0 (9/2019/11279) - 019/1.14.0013583-1 (CN): 0026483-63.2014.8.21.0019)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Juízo: Vara de Falências e Concordatas da Comarca de Novo Hamburgo
Processo nº: 019/1.14.0013583-1 (CN): 0026483-63 2014.8.21.0019
Tipo de Ação: Autofalência
Autor: Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP (AJG)
Réu: Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP (AJG)
Local e data: Novo Hamburgo, 26 de março de 2019.

OFÍCIO

Ofício nº: 214/2019 (Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

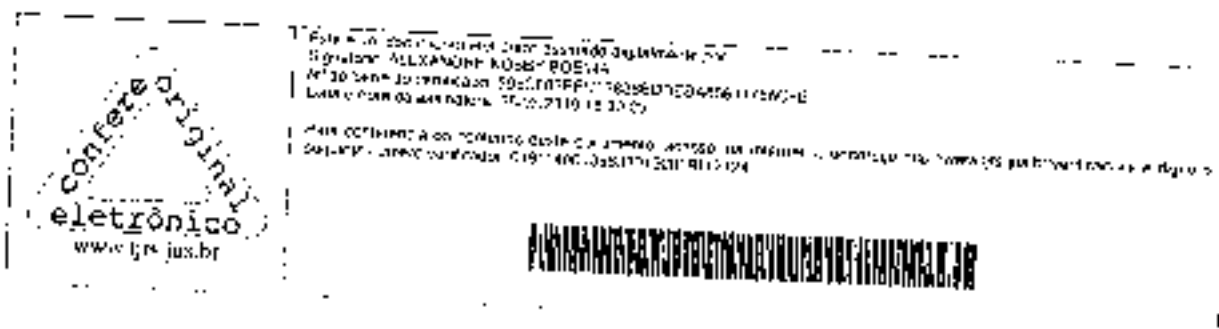
Senhor(a) Gerente:

Em cumprimento ao processo supra, solicita a Vossa Senhoria, as providências necessárias para o fornecimento de extratos atualizados das contas da Massa Falida vinculadas ao processo, com a maior brevidade possível.

Atenciosamente,

Alexandre Kosby Boeira
juiz de Direito

Imo, Sr.
Gerente
Ag. Posto Fórum
Novo Hamburgo - RS



Endereço: Rua Dr. Ezequiel de Souza Moura, 50 - Bairro Centro - Novo Hamburgo - RS - CEP: 91540-001 - Fone: (51) 3553-4500 - Fax: (51) 3553-4501 - E-mail: contato@tjrs.jus.br
Número de protocolo: 019/1.14.0013583-1 (CN): 0026483-63 2014.8.21.0019
Data: 2019.03.27 15:05:00 (UTC-03:00) - 2019.03.27 15:05:00

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA
COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS.

PROCESSO Nº 019/114.0013583-1
FALÊNCIA DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA.

O ADMINISTRADOR JUDICIAL DA MASSA FALIDA DE TRESCE
INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA, EPI*, vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., a
fim de dizer e requerer o que segue:

1 - O Baurisul pleiteia a liberação do valor obtido com a venda do imóvel no
leilão através de alvará judicial.

2 - Conforme pode ser visto da Ata de Leilão de fls. 373, o imóvel foi vendido
pelo valor de R\$ 196.000,00 em 22.11.2016.

Por outro lado, o valor a ser restituído ao Baurisul é de R\$ R\$162.652,66
conforme pode ser visto da sentença transitada em julgado nos autos da Restituição nº
019/1.15.0006515-0.

Assim, o valor da dívida deverá ser atualizado e liberado integralmente ao
credor, evitando-se eventual enriquecimento sem causa de uma das partes.

3 - Doutra banda, considerando que o ativo da Massa foi totalmente realizado e
a seguir será iniciada a liquidação do passivo, requer seja fixada a comissão do administrador em
5% do valor do ativo, observado o mínimo previsto na tabela de honorários da OAB/RS,
item 5.8 (Representação do Administrador Judicial na Falência ou na Recuperação Judicial), ou,
se diverso entendimento, que seja fixado em valor não irrisório, e a imediata liberação de
50% do valor que for fixado.

4 - ISTO POSTO, requer seja determinada a atualização do valor devido ao
Baurisul, expedindo-se alvará até o limite do valor do débito ao credor.

Requer a fixação da comissão do administrador e a expedição de alvará para
saque de 50% desse valor, reservando-se o saldo em conta apartada para liberação oportuna.

Após, requer nova vista, para prosseguimento.

TERMOS EM QUE, PEDE DEFERIMENTO,
NOVO HAMBURGO, 08 DE MAIO DE 2019.

JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES
ADMINISTRADOR JUDICIAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL 4ª REGIÃO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM NOVO HAMBURGORS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(IZA) DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS E
CONCORDATAS DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS

Processo Judicial nº: 019/1.14.0013583-1

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por sua Procuradora signatária, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, visando subsidiar manifestação na execução fiscal nº 5006792-19.2018.4 04.7108 que tramita no d. juízo da 2ª Vara Federal de Novo Hamburgo/RS, requerer VISTA do presente feito falimentar, com a carga dos autos.

Nestes termos, pede e espera o deferimento.

Novo Hamburgo, 07 de maio de 2019.


ÉRICA FERREIRA TRAVASSOS VIANNA DA SILVA
Procuradora da Fazenda Nacional
Matricula 2109667



422

019/1.14.0013583-1 (CNJ:0026483-63.2014.8.21.0019)

Vistos.

Diante do teor da manifestação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. à fl. 407, e ante as considerações do Administrador Judicial (fl. 420 - itens "1" e "2"), atualize-se o valor a ser restituído à referida Instituição Financeira no âmbito do Pedido de Restituição (processo nº 019/1.15.0006515-0), e, após, expeça(m)-se o(s) respectivo(s) alvará(s) pertinente(s) ao valor principal e aos honorários advocatícios de sucumbência ficados naqueles autos, corrigidos desde o trânsito em julgado da sentença lá proferida, certificando-se o ocorrido naqueles autos.

No mais, restitua-se à Arrematante SUL BRASIL PRODUTOS PARA COUROS LTDA., via alvará, o valor da diferença apurada pela Contadoria Judicial à fl. 412, quantia a ser devidamente corrigida quando da efetiva devolução.

Quanto ao pleito de majoração da remuneração, igualmente postulada pelo Administrador Judicial em sua manifestação da fl. 420 (item "3"), acolho o pleito desde logo, e fixo os honorários no patamar de 5% (cinco por cento) do ativo realizado, ficando, desde já, autorizado o levantamento de 60% do montante apurado, reservando-se o saldo restante (40%) em conta a ser aberta em nome do profissional, para levantamento quando do encerramento da falência, nos termos do artigo 24, §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.101/05.

Efetue-se referido cálculo previamente pela Contadoria Judicial da comarca, expedindo-se, após, alvará em favor do Administrador Judicial e ofício ao Banco depositário para a abertura de conta reserva.

Por fim, quanto ao pleito da União Federal, formulado à fl. 421, indefiro o requerimento, pois, em razão da natureza da ação falimentar, com pluralidade de credores e a necessidade de realizar várias diligências, inclusive para o impulsionamento de ofício do processo, não há como autorizar a carga dos autos, facultado ao interessado, no entanto, o seu exame, em Cartório, podendo, inclusive, extrair cópias de peças processuais, se assim o desejar.

Número Verificador: 0191140013583-0192019239036

019/1.14.0013583-1 (CNJ:0026483-63.2014.8.21.0019)

Saliente, outrossim, que eventuais informações, como, v.g., quanto ao ativo já arrecadado, bem como quanto à possibilidade de realização de pagamentos dos créditos fiscais, podem, também, serem obtidas diretamente com o Administrador Judicial da Massa.

Intimem-se, inclusive o(a) ilustre Representante do Ministério Público.

Diligências legais.

Novo Hamburgo, 19/06/2019.

Alexandre Kosoy Boeira,
Juiz de Direito.

Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por:
 Signature: AL EXAMINAR MOYER BOEVE
 Nº de Série do Certificado: 33660BCE4A000A174F7F0
 Data e hora da assinatura: 2006/03/15 14:40:27

Para obter o endereço de conexão de dados atualizado, acesse no navegador o endereço <http://www.igmpa.br/interconexao> e digite o seguinte número verificador: 019714101150110190140300399

Confere Original
Eletronico
www.tjrs.jus.br



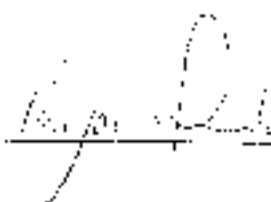
023
8

DADOS PARA DEVOLUÇÃO VALOR

Segue abaixo dados bancários da empresa Sul Brasil Produtos para Couros Ltda, CNPJ 90.284.621/0001-37, anematanie de Um Prédio na Rua Treze de Maio nº 90, Bairro Industrial, na cidade de Novo Hamburgo, conforme processo nº 019/11400135831, pagamos um valor a mais que o devido e o mesmo deve ser nos ressarcido em nossa conta bancária.

Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
CNPJ 90.284.621/0001-37
Nº do Banco: 041
Nome do Banco: Banrisul
Nº da Agência: 0607
Nº da Conta: 06 0001430-2

Novo Hamburgo, 15 de Julho de 2019,



Sul Brasil Produtos para Couros Ltda
CNPJ 90.284.621/0001-37



ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Sul Brasil Produtos para Couros Ltda - EPP

Partes:

FERNANDA ISABEL DA SILVA, brasileira, empresária, casada pelo regime da separação de bens, nascida em São Leopoldo/RS em 15/04/1977, residente e domiciliada na Rua Germano Fehse nº 97 - Bairro Rondônia - CEP: 93415.250 - Novo Hamburgo/RS, portadora do CPF: 938.334.400/82 e da Carteira de Identidade da SSP/RS nº 2064746254 de 20/07/2008; e

UBIRAJARA MACHADO, brasileiro, empresário, casado pelo regime da separação de bens, nascido em Novo Hamburgo/RS aos 09/09/1957, residente e domiciliado na Rua Germano Fehse nº 97 - Bairro Rondônia - CEP: 93415.250 - Novo Hamburgo/RS, portador do CPF: 204.665.010/72 e da Carteira de Identidade da SSP/RS nº 5005337356 de 23/07/1997.

Pelo presente instrumento particular os acima qualificados, únicos sócios componentes da empresa:

SUL BRASIL PRODUTOS PARA COUROS LTDA - EPP, Sociedade Empresária Limitada, com sede na Rua Miranda nº 103 - Bairro Liberdade - CEP: 93330.390 em Novo Hamburgo/RS, inscrição no CNPJ nº 90.284.621/0001-37, conforme Contrato Social arquivado na MM. Junta Comercial do RS sob nº 43200865850 em 01.04.1985 e última alteração sob nº 3842164 em 28.08.2013, resolvem de pleno e comum acordo alterar e consolidar o mencionado contrato e alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições.

I
Por comum acordo entre os sócios, o Sr. **UBIRAJARA MACHADO**, acima qualificado, que possui 66,66% (Sessenta e seis virgula sessenta e seis por cento), do capital social, ou seja de R\$ 593.363,00 (Quinhentos e noventa e três mil, trezentos e sessenta e três reais), resolve vender por sua livre e espontânea vontade, o equivalente a 26,66% (Vinte e seis virgula sessenta e seis por cento) do capital social para a sócia Srª. **FERNANDA ISABEL DA SILVA**, acima qualificada, de quem recebe neste ato, em moeda corrente nacional, o valor total de R\$ 237.363,00 (Duzentos e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e três reais), pelo que dá pena e geral quitação.

II
Em função das alterações mencionadas na cláusula anterior, o capital social de R\$ 890.000,00 (Oitocentos e noventa mil reais), permaneça inalterado mas passa a obedecer a seguinte distribuição:

FERNANDA ISABEL DA SILVA , passa a possuir uma quota de	R\$ 534.000,00	60%
UBIRAJARA MACHADO , passa a possuir uma quota de	R\$ 356.000,00	40%

III
A Administração da sociedade será exercida em conjunto ou individualmente, por ambos os sócios, cada um como "Sócio Administrador", com amplos e gerais poderes apondo à denominação social sua assinatura individual.



1ª Tabelionato de Notas
2ª Tabelionato de Notas
de Novo Hamburgo



425
18



9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Sul Brasil Produtos para Couros Ltda - EPP

IV

A sociedade doravante passa a reger-se única e exclusivamente pelas disposições da presente alteração e CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL, passando a ter a seguinte redação consagrada:

CAPÍTULO 1

DENOMINAÇÃO, INÍCIO DE ATIVIDADES, DURAÇÃO DA SOCIEDADE, SEDE e OBJETIVO.

- 1 A denominação social da empresa é **SUL BRASIL PRODUTOS PARA COUROS LTDA - EPP**, Sociedade Empresária Limitada.
- 2 A sede da sociedade é na Rua Miranda nº 103 - Bairro Liberdade - CEP: 93330-390 - Novo Hamburgo/RS.
- 3 O objetivo social é o ramo de:
Comércio, Importação e Exportação de Produtos usados na preparação e acabamento de couros, lixas, rebolos, tintas, colas, lubrificantes, Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados e Indústria e comércio atacadista de malhas para embalagens.
- 4 O início das atividades foi em 05 DE MARÇO DE 1985 e a duração da sociedade será por TEMPO INDETERMINADO.

CAPÍTULO 2

CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

- 1 O capital social é de R\$ 890.000,00 (Oitocentos e noventa mil reais), totalmente integralizados em moeda corrente nacional com a seguinte distribuição:

FERNANDA ISABEL DA SILVA, possui uma quota de	R\$ 534.000,00	60%
UBIRAJARA MACHADO, possui uma quota de	R\$ 356.000,00	40%
- 2 A responsabilidade dos sócios é, na forma da Lei, restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. As quotas da sociedade não poderão ser vendidas no todo ou em partes sem o expresso consentimento do outro sócio que possui a preferência na aquisição das mesmas.

CAPÍTULO 3

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E ATIVIDADE DOS SÓCIOS

- 1 A Administração da sociedade será exercida em conjunto ou individualmente por ambos os sócios, cada um como "Sócio Administrador", com amplos e gerais poderes, apondo à denominação social sua assinatura individual. Por outro lado, os sócios declaram que não estão impedidos por lei especial, nem condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, em função de: crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.
- 2 Fica proibido o uso da denominação social em fianças, avais ou endossos de favor sempre que estranhos aos interesses da sociedade e no caso da compra ou venda de bens imóveis da sociedade a mesma deverá necessariamente ser representada por ambos os sócios.
- 3 Todos os sócios, a critério das partes, poderão exercer suas atividades na sociedade e quando o fizerem terão direito a uma retrada mensal a título de PRÓ-LABORE, cujo valor será fixado por comum acordo.

420
8

1ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Sul Brasil Produtos para Couros Ltda - EPP - CNPJ 09.282.621/0001-07

entre as partes, mas, obedecendo sempre os limites mínimos e máximos determinados pela legislação em vigor.

CAPÍTULO III

EXERCÍCIO SOCIAL, DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS, DISSOLUÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

1º O Exercício social da sociedade encerra-se anualmente no dia 31 de dezembro, ou trimestralmente no último dia de cada trimestre ou ainda de acordo com o que estabelecer a Lei, sempre mediante a realização de um Balanço Geral.

2º O Lucro líquido apurado em balanço será distribuído entre os sócios em percentuais estabelecidos por deliberação entre as partes ou na proporção das quotas do capital social, podendo também ser contabilizado em conta própria para destinação futura. Mediante acordo entre os sócios poderão ser feitas distribuições de Lucros, nas proporções acima mencionadas, com base em resultados apurados através de balancetes mensais ou trimestrais.

3º Os prejuízos eventualmente apurados em Balanço serão contabilizados em conta própria para compensação com os lucros futuros e uma vez não compensados serão suportados pelos sócios na proporção da cota capital de cada um.

4º Em caso de retirada de um dos sócios, para o que deverá ter dado aviso por escrito com antecedência mínima de 30 dias, ou no caso de falecimento de um dos sócios, o destino da sociedade será aquele que melhor convier aos demais sócios que poderão dissolvê-la, assumi-la integralmente ou admitir um ou mais de um novo sócio.

5º Os haveres do sócio retirante ou falecido serão apurados com base no último Balanço Geral, sendo que o valor apurado será pago ao sócio rebrante ou aos herdeiros do sócio falecido em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pela variação do IGP-MF/GV ou em caso de sua extinção, pelo Índice de correção que vier a substituí-lo e não havendo este por outro Índice oficial de correção que apure a variação de valorização da moeda nacional no período, vencendo-se a primeira no último dia do mês que se seguir ao evento e às demais parcelas de trinta em trinta dias a contar desta.

6º Ocorrendo a dissolução da sociedade, por deliberação de no mínimo 2/3 do capital social, seu patrimônio será partilhado na proporção das cotas sociais, de acordo com a Lei 6.015/73, Art. 120, inciso V.

7º O foro da sociedade é o de Novo Hamburgo/RS, quer na relação entre os sócios ou na relação com terceiros.

8º As deliberações dos sócios serão tomadas por votos correspondentes, no mínimo, a dois terços do capital social nos casos previstos no inciso V e VI do Art. 1071, ou seja, a modificação do contrato social, a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação, e pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV e VII do Art. 1071.

E, por estarem todos de pleno e comum acordo, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que depois de registrado produza seus jurídicos e legais efeitos.

Novo Hamburgo, 14 de Abril de 2016.

 Fernando D. da Silva
 Fernanda Isabel da Silva

 Ubirajara Machado
 Ubirajara Machado

2º Tabelionato de Notas de Novo Hamburgo

 Rua Parafita, 140 - Cep 93400-130 - Novo Hamburgo/RS - (51) 3275-8011
 Rua Parafita, 140 - Cep 93400-130 - Novo Hamburgo/RS - (51) 3275-8011

 Retenções e AUTENTICAÇÃO das assinaturas: FERNANDA ISABEL DA SILVA e
 UBIRAJARA MACHADO.

 Em 14 de abril de 2016
 Marcelle Oliveira
 Escrivã

Empl: RS 12,10

 Marcelle Oliveira
 Escrivã

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICADO DE REGISTRO EM 29/04/2016 BOB Nº: 4269315

Protocolo: 16/117003-0, DE 12/04/2016

 Impresso: 13 2 0086585 0
 SUL BRASIL PRODUTOS PARA
 CUIROS LTDA - EPP

 CLEVERTON SIGNOR
 SE CRETÁRIO GERAL

Rua Parafita, 140 - Cep 93400-130 - Novo Hamburgo/RS - (51) 3275-8011

Declaro certa de
ocorrência em 15/07/19

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping, fluid strokes that form a cursive, somewhat abstract shape.

127



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DA CONTADORIA NOVO HAMBURGO

PROCESSO 019/1.14.0013583-1

Com a devida vênia, informamos a Vossa Excelência que em atenção ao despacho de fl. 422, que foram elaborados cálculos conforme os esclarecimentos que se seguem:

1 - ANEXO 01 - CÁLCULO DE FL. 412 PARA FINS DE APURAÇÃO DOS VALORES A SEREM RESTITUÍDOS À INSTITUIÇÃO ARREMATANTE.

***Atualização do cálculo de fl. 412, com a alteração da data final, para a data do último depósito realizado, no caso, atualização do valor devido em decorrência do vencimento integral, salientando que os parâmetros da arrematação foram atualizados conforme o estipulado na ata de arrematação (IGM SEM JUROS).

2 - ANEXO 02 - CÁLCULO DE ATUALIZAÇÃO DOS VALORES A SEREM REVOLV. QUANTO ARREMATANTE.

***Em vista dos valores estarem em depósito judicial, o banco atualiza os valores pelos índices de poupança, por esse razão, elaboramos esse cálculo, da data final em ANEXO 01, até a presente data pelos índices da poupança, ou seja, TR + juros de poupança, com o fim de evitar restituições atualizadas diferentes da utilizada pelo sistema bancário, salientando que o valor já está atualizado até a data de hoje.

3 - ANEXO 03 - CÁLCULO DA REALIZAÇÃO DO ATIVO COM O FIM DE CALCULAR A REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR, CONFORME DISPOSIÇÃO DE FL. 422.

***Esse cálculo, foi lançado nos abalances do valor a ser restituído ao arrematante, em vista de serem valores pagos e maior o que não vão integrar o ativo da falência.

4 - SEQUE QUADRO DETALHANDO O VALOR DA REMUNERAÇÃO DO SR. ADMINISTRADOR:

SALDO BANCÁRIO DIÁRIO E ALVARÁS INSTITUIÇÃO ARREMATANTE	R\$ 273.350,00
ARREMATANTE DO VALOR A SER RESTITUÍDO AO ARREMATANTE	R\$ 17.675,00
TOTAL = ATIVO REALIZADO	R\$ 260.675,00

REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

R\$ 13.033,78

60% DA REMUNERAÇÃO PARA LEVANTAMENTO (FL. 422)

R\$ 7.820,27

40% DA REMUNERAÇÃO PARA RESERVA

R\$ 5.213,51

TOTAL = 100%

R\$ 13.033,78

5 - ANEXO 04 - CÁLCULO DE ATUALIZAÇÃO DOS VALORES A SEREM RESTITUÍDOS À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (1ª PARAGUATO DO DESPACHO DE FL. 422).

***O total do valor principal do "ANEXO 01" ignorando em anexo o valor a ser restituído à instituição financeira, salientamos que do Anexo 01 foi atualizado pelo IGPV, por ser o estipulado na ata de licitação até a data do pagamento total da arrematação. Já na data do Anexo 01 não houve Anexo 04; os valores foram atualizados pelos índices bancários, por serem valores constantes em depósito judicial (TR + JUROS DE POUPEANÇA).

Caso Vossa Excelência entenda que os critérios utilizados no cálculo estão equivocados, solicitamos a entação a esta contadoria sobre os procedimentos devendo ser adotados.

Novo Hamburgo, 23 de julho de 2019.

Ronita Ching hem da Silva
Oficial Escrevente
ID 5395903

728

Extrato de Depósitos**Processo:** UN00000 00.1140.0.13.5831**Data:** 22/07/2019**Nome:** IRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA E

Depósito	Data Aplicação	Valor Aplicação	Saldo Atual
0290.574151.74	29/05/2018	R\$ 9.610,10	R\$ 10.075,81
0290.506850.45	30/05/2018	R\$ 9.479,25	R\$ 9.975,54
0290.491150.65	30/04/2018	R\$ 9.425,50	R\$ 9.955,82
0290.475686.90	29/03/2018	R\$ 9.365,55	R\$ 9.029,25
0290.459045.88	23/02/2018	R\$ 9.355,00	R\$ 9.960,10
0290.446109.98	25/01/2018	R\$ 9.288,43	R\$ 9.932,59
0290.441229.93	10/01/2018	R\$ 9.205,50	R\$ 9.865,56
0290.418874.17	30/11/2017	R\$ 9.153,68	R\$ 8.251,04
0290.404619.63	27/10/2017	R\$ 9.140,60	R\$ 9.844,24
0290.392216.57	28/09/2017	R\$ 9.097,85	R\$ 9.892,54
0290.378004.39	31/08/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.036,45
0290.361900.17	28/07/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.008,76
0290.347920.87	28/06/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.147,24
0290.323235.94	27/04/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.242,99
0290.310142.29	27/03/2017	R\$ 8.265,92	R\$ 9.297,96
0290.286232.55	27/01/2017	R\$ 8.210,76	R\$ 9.335,60
0290.297485.06	23/02/2017	R\$ 8.210,76	R\$ 9.282,33
0290.335837.86	30/05/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.190,63
0290.269861.82	19/12/2016	R\$ 46.565,25	R\$ 53.472,18
0290.029715.74	03/05/2015	R\$ 36.295,00	R\$ 46.463,18
Total :		R\$ 241.938,10	R\$ 271.240,81

Sonia C. Reguiera da Silva
 Otacilia E. Lourenço
 ID - 3350356



424

Sonia Chequien de Silva
 Sonia Chequien Chequien de Silva
 Confidencial Designada



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

430

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO

Página: 1/1

Data: 22/07/2019

Hora: 17:10

Processo: 11400135831

Descrição: ANEXO 02

Comentário: ATUALIZAÇÃO DOS VALORES A SEREM DEVIDIDOS AO ARREMATANTE

Índice de Correção: TR

Taxa de Juros: Juros de Poupança

Valores corrigidos até: 22/07/2019

Data	Descrição	Valor	Data Custo	Cotações (R\$)	Juros (R\$)	Atualizado (R\$)
12/07/2019	Valor Principal	12.674,65	12/07/2019	12.674,65	0,00	12.674,65

Total Geral do Cálculo em 22/07/2019.....

R\$ 12.674,65

Sonia Gregório da Silva
Juiz(a) Especial
03-382095

Sônia Helena Gregório da Silva
Contratada Designada



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO

Página: 1/1
Data: 22/07/2019
Hora: 17:34

Processo: 11400135831
Descrição: ANEXO 03
Comentário: REALIZAÇÃO DO ATIVO

SOMA DO SALDO BANCÁRIO E OS ALVARÁS EXPEDIDOS

Índice de Correção: TR
Taxa de Juros: Juros de Poupança
Valores corrigidos até: 22/07/2019

Data	Descrição	Valor	Data Juros	Correção (R\$)	Juros (R\$)	Atualizado (R\$)
Valor Principal						
1.		271.240,61		271.240,61	0,00	271.240,61
2.		135,76		135,76	0,00	135,76
3.		1.574,57		1.574,57	0,00	1.574,57
Subtotal Referente a Valor Principal				272.950,94	0,00	272.950,94
Abatimentos						
4.		11.674,45		11.674,45	0,00	11.674,45

Total Geral do Cálculo em 22/07/2019,.....

R\$ 260.673,59

Obs.: REALIZAÇÃO DO ATIVO =

SALDO BANCÁRIO + ALVARÁS EXPEDIDOS NO PROCESSO

Sonia Chedouh da Silva
Ocupação: Escrevente
ID: 1265395

Sonia Helena Chedouh da Silva
Contadora Designada



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO

Página: 1/1

Data: 23/07/2019

Hora: 09:58

Processo: 11400135831

Descrição: ANEXO 04

Comentário: ATUALIZAÇÃO DOS VALORES A SEREM RESTITUIDOS A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Índice de Correção: TR

Taxa de Juros: Juros de Poupança

Valores corrigidos Até: 23/07/2019

Data	Descrição	Valor	Data Juros	Correção (R\$)	Juros (R\$)	Atualizado (R\$)
Valor Principal						
1.	209.216,40		209.216,40	1.052,40	210.268,80

Total Geral do Cálculo em 23/07/2019..... R\$

R\$ 210.370,77

Sônia Chagas de Souza
 Oficial Esquema
 ID-3300466

Sônia Helena Chagren de Silva
 Contadora Designada

CONTINI CERBARO
Advogados Associados

EXMO(A). SR(A). DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS
DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS

Processo n. 019/1.14.0013583-1 (Recuperação Judicial de Empresa)

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI PIONEIRA RS -
SICREDI PIONEIRA RS, já qualificada, por seu procurador, nos autos do processo supra
mencionado, onde figura como parte TRESCE INDUSTRIA DE MÁQUINAS LTDA EPP, também
qualificado, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., dizer e requerer o quanto segue.

Tendo em vista que o presente processo se encontra sob o patrocínio de novos
procuradores, vem a Cooperativa requerer a juntada da procuração que segue em anexo, bem
como que as futuras intimações sejam feitas exclusivamente em nome dos procuradores ELOI
CONTINI, OAB/RS 35.912, TADEU CERBARO, OAB/RS 38.459 e DIOGO BERTOLINI, OAB/RS
67.747, sob pena de nulidade destas.

ISTO POSTO, vem respeitosamente à presença de V.Exa., requerer a juntada da
procuração que segue em anexo, bem como que as futuras intimações sejam feitas
exclusivamente em nome dos procuradores ELOI CONTINI, OAB/RS 35.912, TADEU
CERBARO, OAB/RS 38.459 e DIOGO BERTOLINI, OAB/RS 67.747, sob pena de nulidade
destas, nos termos supra

Nestes Termos,

Pede Juntada e Espera Deferimento.

Novo Hamburgo - RS, 02 de maio de 2019.

p.p TADEU CERBARO
OAB/RS 38.459

p.p ELOI CONTINI
OAB/RS 35.912

59

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI PIONEIRA RS - SICREDI PIONEIRA RS inscrita no CNPJ nº 06.568.382/0001-09 com sede na Rua Sotelo de Selenbro 374 - Jd. Boa Vista - 95150-000 na cidade de Nova Petrópolis - RS.

OUTORGADOS

FLOI CONTINI brasileiro casado advogado inscrito na OAB/RS sob o nº 25.423-A e na OAB/PR sob o nº 53.322 e no CPF sob o nº 344.409.758 - nascido em 14/06/1964
CERBARO brasileiro casado advogado inscrito na OAB/RS sob o nº 20.311-A e no CPF sob o nº 47.041 e no CPF sob o nº 414.957.462 - nascido em 20/03/1964
BERTOLINI brasileiro solteiro inscrito na OAB/RS sob o nº 20.013-A e no CPF sob o nº 821.942.000-43 e **CONTINI & CERBARO** **ADVOGADOS ASSOCIADOS** Suplicante Civil regular, inscrita no CNPJ nº 16.643 poradora do CNPJ nº 14.545.062/0001-05 com sede na Rua Marquês do Herval nº 1344 - 5º andar, Centro - Cep. 95.070-250 - Fone: (51) 3723.73.14, na cidade de Caxias do Sul - RS.

PODERES/FINS: Pelo presente instrumento particular o outorgante nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados supra mencionados conferindo-lhes neste ato os poderes gerais para o foro em geral com a cláusula ad judicia et extra em qualquer juízo, instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender-se nas causas segundo uma e outras, etc, etc, desde que usando as intencões legais e acompanhando conferendo-lhe, ainda os poderes especiais para reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito da ação se fundar a ação no caso da outorgação, agindo em nome próprio e separadamente podendo ainda constituir e/ou esta e outras pessoas, sob as reservas de quais poderes, para praticar todos os atos necessários ao presente oportuna e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando-lhe plena, verdadeira, íntima e válida

Nova Petrópolis, 08 de março de 2014

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI PIONEIRA RS
- SICREDI PIONEIRA RS

Outorgante e outorgados



Novo Hamburgo, 03 de Abril de 2019.

Ofício nº 214 / 2019
Processo 019/1.14.0013583-1

Em cumprimento a determinação contida no ofício em epigrafe, informamos que pesquisando nossos registros encontramos saldo em contas de depósito judiciais vinculadas ao feito. Seguem extratos.

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente.

Banco do Estado do Rio Grande do Sul
P.A. Foro Novo Hamburgo/RS

Exmo Sr. Dr.
Alexandre Kosby Boeira
Juiz de Direito.
Vara de Falências e Concordatas
Comarca de Novo Hamburgo/RS.

Extrato de Depósitos

Processo: 0003000-00.1140.0.13.5831

Nome: FRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA E

Data: 03/04/2019

Depósito	Data Aplicação	Valor Aplicação	Saldo Atual
0290.524131.74	29/06/2018	R\$ 9.610,10	R\$ 9.941,50
0290.506850.45	30/05/2018	R\$ 9.479,25	R\$ 9.842,56
0290.451150.65	30/04/2018	R\$ 9.425,50	R\$ 9.823,11
0290.475686.90	29/03/2018	R\$ 9.365,55	R\$ 9.746,90
0290.459345.88	23/02/2018	R\$ 9.359,01	R\$ 9.813,25
0290.446109.98	25/01/2018	R\$ 9.288,43	R\$ 9.800,19
0290.441229.93	10/01/2018	R\$ 9.206,50	R\$ 9.734,05
0290.418874.17	30/11/2017	R\$ 9.158,88	R\$ 8.141,05
0290.404619.63	27/10/2017	R\$ 9.140,50	R\$ 9.752,35
0290.392216.57	29/09/2017	R\$ 9.047,85	R\$ 9.761,66
0290.376304.39	31/08/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 8.916,00
0290.361930.17	28/07/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 8.967,60
0290.347920.87	28/06/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.020,37
0290.323235.94	27/04/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.129,78
0290.310142.29	27/03/2017	R\$ 8.269,97	R\$ 9.174,02
0290.286292.55	27/01/2017	R\$ 8.210,75	R\$ 9.211,16
0290.297486.06	23/02/2017	R\$ 8.210,76	R\$ 9.158,59
0290.345837.86	30/05/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.068,11
0290.269861.82	19/12/2016	R\$ 46.566,25	R\$ 52.710,01
0290.029715.75	03/06/2015	R\$ 36.195,00	R\$ 45.843,82
Total :		R\$ 241.938,10	R\$ 267.625,11

06. de 04

25 de julho de 2019

CERTIFICO e DOU FÉ que foi
cancelado o registro de
no processo: C.F./A50000000-0
foi cancelado em 19.05.2016
Em 25 de julho de 2019
O Escrivão: [Assinatura]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

437-
8

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO

Página: 1/1

Data: 26/07/2019

Hora: 13:51

Processo: 11400135831
 Descrição: CÁLCULO DE ATUALIZAÇÃO DOS HONORÁRIOS
 Comentário: REFERENTE AO PRCC. 019/1.15.0006515-0 CFE FL. 422
 CONFORME DETERMINADO NO DESPACHO DE FL. 422
 Índice de Correção: IGP-M/TORO
 Taxa de Juros: 1% a.m.
 Valores corrigidos até: 26/07/2019

Data	Descrição	Valor	Data Juros	Correção (R\$)	Juros (R\$)	Atualizado (R\$)
1. 01. 01. 0000	Valor Principal	2.500,00		1.250,00	125,00	3.875,00

Total Geral do Cálculo em 26/07/2019..... R\$ 3.048,65

Ola.: ATUALIZAÇÃO CFE DETERMINADO A FL.422 (1º PARÁGRAFO)
 VALOR DOS HONORÁRIOS CFE FL. 427
 ATUALIZAÇÃO DEBOX A SENTENÇA DO PROCESSO 019/1.15.0006515-0, CFE CERTIDÃO DE FL.446 V
 JUROS NOS TERMOS DO ART 85, § 1º DO CPC/03

Santa Helena Chaquias
 Santa Helena Chaquias
 Controladora Designada



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

438
X

Comarca de Novo Hamburgo
Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo

COMPROVANTE DE EXPEDIÇÃO
ALVARÁ AUTOMATIZADO

Alvará de Autorização Nº: 019 19/000005112

Valor do Alvará: R\$ 12.874,65 (Doze Mil Seiscentos e Setenta e Quatro Reais e Sessenta e Cinco Centavos)

Despesa Bancária: R\$ 0,00

Valor Imp. Renda: R\$ 0,00

Processo: 013/14 0013583-1 **Natureza:** Autofalência

Assinante: Dra. Angela Martini

Beneficiário: Sul Brasil Produtos para Couros Ltda

Pessoa Jurídica

CNPJ: 90 284 621/0001-37

Autorizado: Sul Brasil Produtos para Couros Ltda - CNPJ: 90 284 621/0001-37

Tipo de Resgate: CONTA BANRISUL

Creditado em 25/07/2019 na conta 0600014302 agência 0607 do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Observação: Do valor do Alvará serão descontados os valores referentes a despesa bancária e Imposto de Renda Retido na Fonte quando houver

Novo Hamburgo, RS, 25 de julho de 2019.

Dados

Responder a todos | v



Excluir

Libro eletrônico | v



Dados

josé fernandes <josefernandes357@gmail.com>

Responder a todos | v

Porto de Nova Hamburgo - Cartório da Vara Regional Eleitoral

Seu e-mail não foi enviado

Sequenciem os dados: CPF 423297100-97, Conta AG 0514 no. 8833-8, Op. 013 Caixa Econômica Federal, Sapiranga

439
8



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

REC
OFF

Juiz: Vara Regional Empresarial de Comarca de Novo Hamburgo
Processo nº. 019/L 14.0013583-1 (CNJ: 0026483-63.2014.8.21.0019)
Tipo de Ação: Autofalência
Autor: Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP (AJG)
Réu: Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP (AJG)
Local e data: Novo Hamburgo, 25 de julho de 2019.

OFÍCIO

Ofício nº: 622/2019 (Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a) Gerente:

Solicito a Vossa Senhoria, que proceda a abertura de conta reserva em favor do Administrador Judicial, JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES, no valor de R\$ 5.213,51 (cinco mil, duzentos e treze reais e cinquenta e um centavos).
Atenciosamente,

Angela Martini
Juiz(a) de Direito

Ilmo. Sr.
Gerente
Ag. Posto Fórum
Garrissul
Novo Hamburgo - RS

confere original
eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este Ofício eletrônico foi enviado automaticamente por
Sistema: ANGELA2008@TJRS
Atenção: O destinatário deve responder este Ofício eletrônico
dentro do prazo estabelecido no Ofício eletrônico.

Para manifestar-se ou consultar o conteúdo deste Ofício eletrônico, acesse o endereço eletrônico: www.tjrs.jus.br ou acesse o sistema através do e-mail: ofici@tjrs.jus.br ou ofici@tjrs.jus.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Novo Hamburgo
Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo

COMPROVANTE DE EXPEDIÇÃO
ALVARÁ AUTOMATIZADO

Alvará de Autorização Nº: 019 19/000005128

Valor do Alvará: R\$ 3 048 65 (Tres Mil e Quarenta e Oito Reais e Sessenta e Cinco Centavos)

Despesa Bancária: R\$ 0 00

Valor Imp. Renda: R\$ 0,00

Processo: 019:1.14.0013583-1

Natureza: Autoteliência

Assinante: Dra. Angela Martini

Beneficiário: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Pessoa Jurídica

CNPJ: 03 736 430/0001-64

Autorizado: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CNPJ 03.7

Tipo de Resgate: CONTA BANRISUL

Creditado em 30/07/2019 na conta 0625549304 agência 0100 do Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Observação:

Do valor do Alvará serão descontados os valores referentes a despesa bancária e Imposto de Renda Retido na Fonte quando houver.

Novo Hamburgo, RS , 30 de julho de 2019



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Novo Hamburgo

Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo

COMPROVANTE DE EXPEDIÇÃO
ALVARÁ AUTOMATIZADO

Alvará de Autorização Nº: 019 19/000005147

Valor do Alvará: R\$ 7.820,27 (Sete Mil, Oitocentos e Vinte Reais e Vinte e Sete Centavos)

Despesa Bancária: R\$ 8,00

Valor Imp. Renda: R\$ 0,00

Processo: 019/1 14.0013583-1

Natureza: Autofalência

Assinante: Dra. Angela Martini

Beneficiário: JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES

Pessoa Física

CPF: 423.297.100/97

Autorizado: JOSE ANTÔNIO RAMOS FERNANDES - CPF. 423.297.100/97

Tipo de Resgate: TED CLIENTE

Creditado em 30/07/2019 na conta 88338, agência 0514 do banco CAIXA
ECON. FEDERAL

Observação: Do valor do Alvara serão descontados os valores referentes a despesa
bancária e Imposto de Renda Retido na Fonte, quando houver.

Novo Hamburgo, RS , 30 de julho de 2019.

Extrato de Depósitos

Processo: 0000000-00 1140 0 13.5831

Data: 31/07/2019

Nome: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA E

Depósito	Data Aplicação	Valor Aplicação	Saldo Atual
0290 778541.08	30/07/2019	R\$ 5.213,51	R\$ 5.213,51
0290 524131.74	29/06/2018	R\$ 9.610,10	R\$ 4.873,84
0290.506850.45	30/05/2018	R\$ 9.479,25	R\$ 6.938,69
0240.402150.65	30/04/2018	R\$ 9.425,50	R\$ 2.146,40
0290 475686.90	29/04/2018	R\$ 9.365,55	R\$ 9.941,53
0290 459045.88	23/02/2018	R\$ 9.359,00	R\$ 9.978,43
0290.446109.98	25/01/2018	R\$ 9.288,43	R\$ 9.944,88
0290.441229.93	17/01/2018	R\$ 9.206,50	R\$ 9.877,77
0290.418874.17	30/11/2017	R\$ 9.158,88	R\$ 8.261,25
0290.404519.63	27/10/2017	R\$ 9.140,60	R\$ 9.506,48
0290.392216.57	28/09/2017	R\$ 9.097,85	R\$ 9.904,77
0290.378004.39	31/08/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.047,63
0290.361900.17	28/07/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.100,00
0290 347920.87	28/06/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.153,55
0290.323235.94	27/04/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.254,42
0290.310147.29	27/03/2017	R\$ 8.269,92	R\$ 9.309,46
0290.297436.06	23/02/2017	R\$ 8.210,76	R\$ 5.557,36
0290 335837.86	30/05/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.232,00
0290 264861.82	19/12/2016	R\$ 45.566,25	R\$ 53.488,25
0290.029715.75	03/06/2015	R\$ 36.195,00	R\$ 40.520,65
Total :		R\$ 238.940,85	R\$ 248.020,96


Extrato de Depósitos

Processo: 00000006-00.1140.0.13.5831

Nome: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA E

Data: 06/08/2019

Depósito	Data Aplicação	Valor Aplicação	Saldo Atual
0290.228541.00	30/07/2019	R\$ 5.213,51	R\$ 5.217,91
0290.524131.74	29/06/2018	R\$ 9.613,20	R\$ 4.877,09
0290.506850.45	30/05/2018	R\$ 9.479,25	R\$ 6.943,32
0290.491150.65	30/04/2018	R\$ 5.425,50	R\$ 2.147,92
0290.475686.93	20/03/2018	R\$ 9.365,55	R\$ 9.949,16
0290.459045.88	23/02/2018	R\$ 9.359,00	R\$ 9.985,09
0290.446109.98	25/01/2018	R\$ 9.288,43	R\$ 9.951,51
0290.441229.93	10/01/2018	R\$ 9.206,50	R\$ 9.884,36
0290.418874.17	30/11/2017	R\$ 9.158,88	R\$ 8.266,76
0290.404619.63	27/10/2017	R\$ 9.140,50	R\$ 9.913,05
0290.392216.57	28/09/2017	R\$ 9.097,85	R\$ 9.911,37
0290.378004.39	31/08/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.054,66
0290.361930.17	28/07/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.106,07
0290.347920.87	28/06/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.159,66
0290.323235.94	27/04/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.260,60
0290.310142.29	27/03/2017	R\$ 8.269,97	R\$ 9.315,67
0290.297486.06	23/02/2017	R\$ 8.210,76	R\$ 5.961,33
0290.335837.86	30/05/2017	R\$ 8.270,75	R\$ 9.208,14
0290.269861.82	19/12/2016	R\$ 46.566,25	R\$ 53.523,93
0290.029715.75	03/06/2015	R\$ 30.195,00	R\$ 46.551,68
Total :		R\$ 238.940,85	R\$ 248.187,32

* Ciente. Responsável. 



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

14
Juízo: Vara Regional Empresarial de Comarca de Novo Hamburgo
Processo nº: 019/2014 0013583-1 (CNJ:0026483-63.2014.8.21.0019;
Tipo de Ação: Autotutela
Autor: Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP (AJGI)
Réu: Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP (AJG)
Local e data: Novo Hamburgo, 06 de agosto de 2019.

OFÍCIO

Ofício nº: 636/2019 (Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a) Gerente:

Solicito a Vossa Senhoria, as providências cabíveis para a unificação das
contas existentes e vinculadas ao processo supra, conforme guia de depósito que segue
anexa

Atenciosamente,

Angela Martini
Juíza de Direito

Ilmo. Sr.
Gerente
Barrisul
Ag. Postal Forum
Novo Hamburgo - RS

confere original
eletrônico
www.tjs.rs.br

Este documento eletrônico possui validade jurídica
de acordo com a Lei nº 11.343/2006
e a Resolução nº 12.312/2010 do CNJ
Data e hora de emissão: 06/08/2019 09:45:45

Fazer conferência de conteúdo com o documento físico no site www.tjs.rs.br ou diretamente por e-mail ou pessoalmente nos locais designados e de acordo
regulamentação interna do TJRS (Art. 156, § 2º da Lei nº 12.312/2010)





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Novo Hamburgo
Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo

COMPROVANTE DE EXPEDIÇÃO
ALVARÁ AUTOMATIZADO

Alvará de Autorização Nº: 019.19/000005519

Valor do Alvará: R\$ 216 379 77 (Duzentos e Dezesseis Mil Trezentos e Setenta e Nove Reais e Setenta e Sete Centavos)

Despesa Bancária: R\$ 0,00

Valor Imp. Renda: R\$ 0,00

Processo: 019/1.14 0013583-1

Natureza: Autofalência

Assinante: Dra. Angela Martini

Beneficiário: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

Pessoa Jurídica

CNPJ: 92 702 067/0001-96

Autorizado: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - CNPJ: 92 702.067/0001-96

Tipo de Resgate: CONTA BANRISUL

Creditado em 08/08/2019 na conta 0710100009 agência 0100 do Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Observação: Do valor do Alvará serão descontados os valores referentes a despesa bancária e Imposto de Renda Retido na Fonte, quando houver

Novo Hamburgo, RS, 08 de agosto de 2019

INTIMAÇÃO

Certifico e dou fé que Intimei o MP acerca da
petição/decisão de fls. 1120

Em 10 de Set de 2014

Escrivão/Of. Ajudante [Assinatura]



947
87

Novo Hamburgo, 08 de Agosto de 2019.

Ofício: 636 / 2019
Processo 019/1.14.0013583-1.

Em relação ao ofício em epígrafe, informamos que foi efetuado o pagamento da guia de depósito judicial em anexo com a utilização das contas vinculadas da Massa. Segue em anexo comprovante da transferência

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos

Atenciosamente.

[Assinatura]
10/08/2019 14:13

Banco do Estado do Rio Grande do Sul
P. A. Foro Comarca de Novo Hamburgo/RS

Exma Sra. Dra.
Ângela Martini.
Juiz de Direito.
Vara Regional Empresarial
Comarca de Novo Hamburgo/RS.

115-210150-16 DEPT 44

090100Z FEB 86 15411Z 157100 57 3000000000 2875 1020 100

2014 年 12 月 14 日

9600 3282493694112141214919482694501193324511638

Figure 9. Full-DIMENSION

01:45:02 0041 0205/000000013 00000000 989.41

સાલગ્રામ

Equinas Ltda FHO
PP (AUTOR)

UPPER/LOWER 22 120 11-12-00 1 10

0290 - Nova Hamburgo

Conta Nº 534281.0 65

Valor R\$ 242.069,41 (duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos)

Observações: De acordo com as referências da presente guia, o interessado depositante recebe o valor depositado a quantia indicada para crédito em nome das partes, em conta especial com rendimentos, encaminhada por ordem ou utilização de juízo competente para o processo.

Esta guia é destinada a um único pagamento de Depósito Judicial. É vedada a sua reutilização, sob pena de não reconhecimento dos demais pagamentos pelo sistema informatizado.

Depósito com cheque será efetivado após a compensação bancária.

~~Joelle Gariba, 1978-1980~~

Ol. E. 120102 Defunct

Elizete Brasil de Souza, Eng

Esôlvă

O depositante possui AJG

Colo MS 1.70 (0.20 UNCL)

Author's address: *University of Vienna, Vienna, Austria*

INSTITUTIONAL REVIEW BOARD

⁴⁴ *Collyer v. Balfour*, 184 F.2d 1011, 1012 (1st Cir. 1950).

COPIED BY BATES
SERIALIZED 1341721KTB: 03/06/2008 09:00:00

441 LINDEN BLVD AVE 441
SHELTON CT 06484

~~SECRET~~

INDEX OF POLICE INCIDENTS

12. 3-67 80357408 803574 1-4-67 509.41

SERVICE DE AGENTMENT AS C. H. H. 1980 04. 1515
 DISTANCE: 1000 1-24 2000

GULA DE DEPÓSITO JUDICIAL REMUNERADO

DEPOSITAR SOMENTE NO BANCO DO ESTADO DO RGS - BANRISUL

<p>01/06/20</p> <p>RIO - Nova Hamburgo</p>	<p>C.P.H.CNPJ</p> <p>82.209.447-0001-02</p>	<p>Conta R\$</p> <p>534761 P=85</p>	<p>Procedimento</p> <p>Origem nº 0013583</p>
<p>Condição</p> <p>Vale Refeição Extrínseca 2º</p>	<p>Comprovado</p>		<p>Valor</p> <p>R\$ 242.950,41</p>

[illegible]



449
/

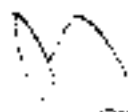
Novo Hamburgo, 30 de Julho de 2019.

Ofício: 622 / 2019
Processo 019/1.14.0013583-1,

Em relação ao ofício em epígrafe, informamos que conforme solicitado, foi efetuado o pagamento da guia de depósito judicial em anexo. Segue comprovante da transferência.

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente



João José Malmann-4713

Banco do Estado do Rio Grande do Sul
P. A. Foro Comarca de Novo Hamburgo/RS

Exma Sra. Dra.
Ângela Martini.
Juiz de Direito.
Vara Regional Empresarial
Comarca de Novo Hamburgo/RS.

DEPÓSITO JUDICIAL REMUNERADO

*** LIMITE DE VALORES ***

DEPOSITANTE: JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES 03053442000

*** CNPJ DISTINÇÃO ***

DEPOSITANTE: 03053442000 03053442000 03053442000

TITULO: FOLHA DE PRECATORIO

03053442000 03053442000 03053442000 03053442000 03053442000

SERVIDOR DE ATRIBUIÇÃO AO CLIENTE: 0000-0000-1515
0000-0000-1515

Autofinanciamento

em

veículos (ou EPO)

Réu: Massa Falida de ...

Deposante: JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES (Instituído)

CNPJ/CNPJ:

Agência: 0250 - Novo Hamburgo

Conta N°: 034420.0-01

Valor: R\$ 5.213,51 (cinco mil, duzentos e treze reais e cinquenta e um centavos)

Observações: VALOR DE RESERVA

De acordo com as referências da presente guia, o interessado depositante recolha ao estabelecimento depositário a quantia indicada para crédito em nome das partes, em conta especial com rendimentos, movimentada por ordem ou autorização do juízo competente para o processo.

Esta guia é destinada a um único pagamento de Depósito Judicial. É vedada a sua reutilização, sob pena de não reconhecimento dos demais pagamentos pelo sistema informatizado.

Depósito com cheque será efetuado após a compensação bancária.


JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES
O Ajuizado

Cota: R\$ 7,70 (sete reais)

Assinatura do interessado ou do Poder Judiciário

BANRISUL DEPOSITO JUDICIAL REMUNERADO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL REMUNERADO

DEPOSITAR SOMENTE NO BANCO DO ESTADO DO RS - BANRISUL

*** LIMITE DE VALORES ***

DEPOSITANTE: JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES 03053442000

*** CNPJ DISTINÇÃO ***

DEPOSITANTE: 03053442000 03053442000 03053442000

TITULO: FOLHA DE PRECATORIO

03053442000 03053442000 03053442000 03053442000 03053442000

SERVIDOR DE ATRIBUIÇÃO AO CLIENTE: 0000-0000-1515
0000-0000-1515

Agência 02 - Novo Hamburgo	CNPJ/CNPJ	Conta N° 034420.0-01	Processo 0000-0000-1515
Observações VALOR DE RESERVA		Valor R\$ 5.213,51	

Assinatura do interessado ou do Poder Judiciário



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



CERTIDÃO

CERTIFICO que a Nota nº 55/2019, expedida em 25 de julho de 2019, foi disponibilizada na edição nº 6567 no Diário da Justiça Eletrônico do dia 15/08/2019, considerando-se publicada no primeiro dia útil que se seguir, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 11.419/2006. Dou fé.

019/1.14.001.0683-1 CNJ 8028463-
63.7014.4.21.0019 - Tracao Indústria de
Máquinas Ltda EPP (pp. Rui Carlos de
Fleitas Guerreiro 25965/RS X Massa Falida
de Tracao Indústria de Máquinas Ltda EPP
(pp. Gustavo Kiermeir Reimonte 51774/RS e Rui
Carlos de Fleitas Guerreiro 25965/RS), Vistos.
Diante do teor da manifestação do Banco do
Estado do Rio Grande do Sul S.A. à fl. 407, e
ante as considerações do Administrador Judicial
fl. 410 - itens "1" e "2", atualize-se o
valor a ser restituído à referida Instituição
Financeira no âmbito do Pedido de substituição
(processo nº 019/1.14.001.0683-0), e, após,
expedam-se (a) respectivo(s) alvará(s)
pertinente(s) ao valor principal e aos
honorários advocatícios de sucumbência fixados
naqueles autos, corrigidos desde o trânsito em
julgado da sentença lá proferida, certificando-
se o ocorrido naqueles autos. No mais,
restitua-se à Arrematante SUL BRASIL PRODUTOS
SARA COMPANHIA LTDA., via alvará, o valor da
diferença apurada pela Contadoria Judicial à



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



fl. 413, quantia a ser devidamente corrigida quando da efetiva devolução. Quanto ao pleito de majoração da remuneração, igualmente postulada pelo Administrador Judicial em sua manifestação na fl. 420 (item "3"), acolho o pleito desde logo, e fixo os honorários no patamar de 5% (cinco por cento) do ativo realizado, ficando, desde já, autorizado o levantamento de 60% do montante apurado, reservando-se o saldo restante (40%) em conta a ser aberta em nome do profissional, para levantamento quando do encerramento do talão, nos termos do artigo 24, §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.101/08. Retorne ao referido cálculo previamente pela Contadoria Judicial de comarca, expedindo-se, após, alvará em favor do Administrador Judicial e ofício ao Banco depositário para a abertura de conta reserva. Por fim, quanto ao pleito da União Federal, formulado à fl. 421, indefiro o requerimento, pois, em razão da natureza da apóla fundamentar, com pluralidade de credores e a necessidade de realizar várias diligências, inclusive para o impulsionamento de ofício do processo, não há como autorizar a carga dos autos, facilitado ao interessado, no entanto, o seu exame, em Cartório, podendo, inclusive, extrair cópias de peças processuais, se assim o desejar. Saliento, outrossim, que eventuais informações, como, v.g., quanto ao ativo já arrecadado, bem como quanto a possibilidade de realização de pagamentos por credores fiscais, podem, também,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



453
7/8

serem obtidas diretamente com o Administrador
Judicial da Nova Tribunal, inclusive (a)
ilustre Representante do Ministério Público.
Diligências locais.

Novo Hamburgo.

Escrivão(ã) / Oficial Ajudante

Juiz de Direito
Cláudio Augusto da Silva



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

193
✓

COMARCA DE NOVO HAMBURGO
VARA REGIONAL EMPRESARIAL
PROCESSO nº 019/1.14.0013583-1
PROMOÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

MM. Juiz(a):

O Ministério Público se dá por ciente, nada tendo a
requerer

Novo Hamburgo, 23 de outubro de 2019.

Juliana Maria Giongo,
2ª Promotora de Justiça Cível.

Documento assinado digitalmente por (verificado em 23/10/2019 16:01:08):

Nome: **Juliana Maria Giongo**

Data: **23/10/2019 16:01:03 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 (de 24/08/2001), que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico:

"<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>"

informando a chave **SGP000026098323** e o CRC **18.4249.9856**.

154
C

Responder a todos |

Excluir | Lixo eletrônico

INTIMAÇÃO



Foro de Novo Hamburgo - Cartório da Vara Regional Empresarial

Foro de Novo Hamburgo
paulo.nhamburgo@pgtr-rs.gov.br

Responder a todos

DESPACHO TRESCE.pdf
7 KB

Para:

Processo n. 019/11400135831
TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA EPP

Sr. Procurador:

Pelo presente, dou-lhe ciência do despacho, cuja cópia segue em anexo.

Att.

Pedro César Marsola
Escrivão designado

Vara Regional Empresarial
Comarca de Novo Hamburgo
Telefone (51) 3553-5500 - ramal 5628



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,
PODER JUDICIÁRIO



019/1.14.0013583-1 (CN): 0026483-63.2014.8.21.0019)

Vistos.

Vista ao Administrador Judicial.

Dil. Legais.

Novo Hamburgo, 30/10/2019.

Alexandre Kosby Boeira,
Juiz de Direito.

FROM: SAC, BOSTON (100-100000) (P)
 SUBJECT: MURDER OF MARTIN LUTHER KING, JR.
 RE: BOSTON TELETYPE TO WASH. FIELD, 4/4/68.
 (100-100000) (P)

[illegible]

Confere original
eletrônico
www.tjrs.jus.br



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Regional
Empresarial de Novo Hamburgo – Estado do Rio Grande do Sul.

Processo nº **019/1.14.0013583-1** [CNJ: 0026483-63.2014.8.21.0019]

A Falida **Tresce Indústria e Comércio de Máquinas Ltda EPP**, vem, muito respeitosamente, perante Vossa Excelência, nos autos do feito falimentar – processo em epígrafe – por seu procurador abaixo firmado, expor e ao final, requerer o seguinte:

A Falida, ao ajuizar seu pedido de autotalência, referiu nas fls. 121 a existência de créditos em seu favor, compreendendo 05 duplicatas mercantis e um crédito decorrente do processo judicial nº019/1.05.0062298-1, representando na época a monta aproximada de R\$ 498.597,12.

O diligente Administrador Judicial, nas fls. 175, requereu o desentranhamento e substituição por cópias dos referidos documentos, para os fins de direito; sendo o pedido reiterado na fl.299 e deferido em 13/08/2015, na fl.305.

Ocorre, porém, salvo melhor juízo, que não se tem notícia nos autos dos procedimentos adotados na busca dos créditos da Massa Falida, principalmente quando o Sr. Administrador Judicial informa no Relatório do Artigo 22, Inciso III, Alínea "e", da LRF, fls.356/359, que o valor total do Ativo da Massa Falida é R\$39.550,00.

Tresce créditos com terceiros

Rua Santos Pedross, 415 Novo Hamburgo – RS 93510-207 Fone 35922644 | 35992885

www.guerreiroadvogados.com.br

Posto isso, a Falida requer à Vossa Excelência, se digne de receber a presente, para determinar a intimação do Sr. Administrador Judicial, para informar quais foram as medidas adotadas para busca dos créditos existentes em favor da Massa Falida e o resultado das mesmas.

Nesses termos, pede deferimento.

Novo Hamburgo (RS), 05 de dezembro de 2019.

Rui Carlos de Freitas Guerreiro
Advogado - OAB/RS nº 25.965

Trascreva créditos com legendas

Rua Santos Pedroso, 415 Novo Hamburgo - RS 93510-207 Fone: 35092844 | 35992866

www.guerreiroadvogados.com.br

Guerreiro

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Regional
Empresarial de Novo Hamburgo - Estado do Rio Grande do Sul.

Processo nº 019/1.14.0013583-1 (CNPJ: 0026483-63.2014.8.21.0019)
REQUERIMENTO URGENTE - DEVOLUÇÃO DE AUTOS

A Falida Tresce Indústria e Comércio de Máquinas Ltda EPP,
vem, muito respeitosamente, perante Vossa Excelência, nos autos do
feito falimentar - processo em epígrafe - por seu procurador abaixo
firmado, expor e, ao final, requerer o seguinte:

Em dezembro/2019 o Signatário se manifestou nos autos,
assim se pronunciando:

A Falida, ao ajuizar seu pedido de autossatisfância, referiu nas
fls. 121 a existência de créditos em seu favor,
compreendendo 05 duplicatas mercantis e um crédito
decorrente do processo judicial nº 019/1.05.0062298-1,
representando na época a monta aproximada de
R\$498.597,12.

O diligente Administrador Judicial, nas fls. 175, requereu o
desentronhamento e substituição por cópias dos referidos
documentos, para os fins de direito, sendo o pedido reiterado
na f. 299 e deferido em 13/08/2015, na fl. 305.

Ocorre, porém, salvo melhor juízo, que não se tem notícia nos
autos dos procedimentos adotados na busca dos créditos da
Massa Falida, principalmente quando o Sr. Administrador
Judicial, informa no Relatório do Artigo 22 Inciso III, Alínea "c",
da LRF, fls. 356/359, que o valor total do Ativo da Massa
Falida é R\$39.550,00.

Guerreiro

Advogados

Posto isso, a Falida requer à Vossa Exceência, se digno de receber a presente, para determinar a intimação do Sr. Administrador Judicial, para informar quais foram as medidas adotadas para busca dos créditos existentes em favor da Massa Falida e o resultado das mesmas.

Em seguida, no dia 09/12/2020, foi determinada "VISTA AO SÍNDICO", o qual retirou os autos em carga em 07/02/2020 e não mais os devolver até a presente data.

POSTO ISSO, requer a intimação do Sr. Administrador Judicial para devolver os autos e informar quais foram as medidas adotadas para busca dos créditos existentes em favor da Massa Falida e o resultado das mesmas.

Nesses termos, pede deferimento.
Novo Hamburgo (RS), 01 de dezembro de 2020.

Rui Carlos de Freitas Guerreiro
Advogado - OAB/RS nº 25.965

459

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS.

PROCESSO Nº 019/114.0013583-1
FALÊNCIA DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA

O ADMINISTRADOR JUDICIAL DA MASSA FALIDA DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA., vem, respeitosamente, a presença de V. Exa., a fim de dizer e requerer o que segue:

1 – Às fls. 407 o Banrisul postulou a restituição de R\$ 162.652,66 e honorários de R\$ 2.000,00. Às fls. 420, o Administrador informou que **valor a ser restituído ao Banrisul era de R\$ 162.652,66** e que o imóvel foi vendido por R\$ 196.000,00.

Às fls. 422 foi proferido despacho determinando que, diante da manifestação de fls. 407 e as considerações de fls. 420, fosse atualizado o valor a ser restituído à instituição financeira (R\$ 162.652,66), dentre outras diligências.

Porém, no cálculo de fls. 427 e Anexo I de fls. 429, a Contadoria atualizou o valor total da arrematação ou seja, 196.000,00 totalizando R\$ 216.379,77, sendo que esse valor foi expedido alvará automatizado ao Banrisul.

2 – Exa., é evidente o equívoco do cálculo, o que resultou na liberação de valor maior do que o efetivamente devido ao Banrisul.

Desta forma, reiterando os termos da petição de fls. 420, requer seja determinado à Contadoria a atualização de R\$ 162.652,66 bem como a apuração da diferença a maior liberada para o Banrisul.

Após, requer a intimação do Banrisul, para que restitua à conta da Massa Falida, o valor sacado a maior, sob pena de enriquecimento sem causa.

3 – Reitera os termos da petição de fls. 332, para que seja oficiado ao DETRANRS para liberação da restrição do veículo Ford F1000 placas RB1 4237, haja vista que a mesma foi transferida a terceiros em data anterior à falência. (fls. 323/328).

4 – Por outro lado, até a presente data não houve o desentranhamento dos documentos referidos na petição de fls. 456, conforme já determinado nos autos, assim, reitera o pedido de desentranhamento, para fins de direito.

No que tange ao processo nº 019/1.05.0062298-1, foram requeridas providências para o prosseguimento daquele feito, o qual fora arquivado sem ciência da Massa Falida.

TERMOS EM QUE, PEDE DEFERIMENTO.
NOVO HAMBURGO, 23 DE NOVEMBRO DE 2020.

JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES
ADMINISTRADOR JUDICIAL



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
4ª Vara Federal de Santa Maria

760
3

Alameda Santiago do Chile, 140, 7º Andar - Bairro: Dores, Santa Maria-RS - CEP: 97050-685 - Fone: (55)3220-3045 - Email: rsma04@jfrs.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5016369-89.2016.4.04.7108/RS

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. - EPP (MASSA FALIDA/INSOLVENTE)

INTERESSADO: JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES (ADMINISTRADOR JUDICIAL)

ADVOGADO: JOSÉ ANTONIO RAMOS FERNANDES

APENSO(S) ART.28 LEF: 5007484-52.2017.4.04.7108

MANDADO Nº 710010873705

DESTINATÁRIO: JUÍZO DA VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO

ENDEREÇO DA DILIGÊNCIA: Rua Doutor Bayard de Toledo Mércio, 66, Canudos - Novo Hamburgo/RS 93548011 (Residencial)

Valor do Débito: R\$ 241.972,47 (atualizado em 11/2019)

Para consultar este processo na Internet: Acessar: www.jfrs.jus.br; em **Consulta Processual**, selecionar: Número Processo Eletrônico com Chave, preencher o campo Nº Processo: **50163698920164047108**, após consultar. Na página seguinte, preencher o campo Chave do processo: **609255063816** e clicar em pesquisar.

O(a) Exmo(a). Sr(a). Dr(a). João Batista Brito Osório, Juiz(a) Federal da 4ª Vara Federal de Santa Maria, **MANDA** ao(à) Oficial(a) de Justiça - Avaliador(a) Federal, a quem for o presente distribuído, que, em seu cumprimento proceda à **PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS** do processo nº **019/1.14.0013583-1**, em trâmite na Vara de Falências e Concordatas da Comarca de Novo Hamburgo, para a garantia do débito exequendo, no valor acima indicado, e demais acréscimos legais discriminados no respectivo título, lavrando-se o competente auto de penhora, intimando-se o titular da serventia judicial.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

EXPEDIDO nesta cidade de Santa Maria, em 14/05/2020. Eu, Carla Bolzan Teixeira Horta Barbosa, Servidor(a) de Secretaria, editei e conferi. E eu, Diretor de Secretaria, reconferi e assino de ordem do MM. Juiz Federal.



Requisito 25



* 2 + 6 + 0 0 5 *

464
164
3

Documento eletrônico assinado por **ROGÉRIO MADEIRA FERNANDES, Diretor de Secretaria**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.410, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **710010873705v4** e do código CRC **46f5a93e**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): ROGÉRIO MADEIRA FERNANDES

Data e Hora: 28/5/2020, às 16:35:58

5016369-89.2016.4.04.7108

710010873705 .V4





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

EXECUÇÃO FISCAL N. 5016369-89.2015.4.04.7108

EXEQUENTE: UNIÃO – FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA - EPP (MASSA FAUDA/INSOLVENTE)

INTERESSADO: JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES (ADMINISTRADOR JUDICIAL)

AUTO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Em cumprimento ao mandado n. 2464685, no processo acima mencionado, através deste e-mail enviado para Vara de Falências e Concordatas da Comarca de Novo Hamburgo/RS (francovlahimbre@trs.jus.br), cumpridas as formalidades legais, PROCEDO À PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS do processo n. 019/1.14.0019583-1, até o valor de R\$241.972,47 (duzentos e quarenta e um mil reais, noventa e sete e dois reais com quarenta e sete centavos), em 11/2019. Para finalizar, proceda ao depósito em mãos do Sr(a), Diretor(a)/Escrivão(a), que assumirá inteira responsabilidade, providenciando as anotações necessárias e acusando recebimento deste auto e do mandado em anexo. O referido é verdade, dou fé.

Novo Hamburgo, 23 de julho de 2020.


Jostine Dulci Veckia

OFICIALA E JUSTIÇA AVALIADORA FEDERAL

Mat.15152



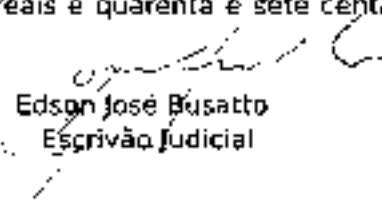
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

462
9

Julzo. Vara Regional Empresarial de Comarca de Novo Hamburgo
Processo nº: 019/1.14.0013583-1 (CNJ: 0026483-63.2014.8.21.0019)
Tipo de Ação: Autofalência
Autor: Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP (AJG)
Réu: Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP (AJG)
Local e data: Novo Hamburgo, 21 de janeiro de 2021.

TERMO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Em cumprimento ao mandado nº 710010873705, emitido nos autos da Execução Fiscal nº 5016369-89.2016.4.04.7108 /RS, da 4ª Vara Federal de Santa Maria, penhorei direitos de Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda EPP - processo 019/1.14.0013583-1 (CNJ:0026483-63.2014.8.21.0019) e averber a constrição no rosto dos autos, para garantia de débito no valor de R\$241.972,47 (duzentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos), valor atualizado até 11/2019


Edson José Busatto
Escrivão Judicial



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



019/1.14.0013583-1 (CNJ:0026483-63.2014.8.21.0019)

Vistos.

O presente feito encontrava-se em carga com o Administrador Judicial da Massa Falida desde 07/02/2020, tendo sido devolvido em dezembro p.p., pouco antes do recesso judicial, com a petição retro, devendo ser salientado que, em razão da pandemia do Novo Coronavírus (Covid 19), os prazos dos processos físicos ficaram suspensos entre 18 e março até 14 de setembro do ano pretérito.

No entanto, a despeito dos pleitos retro veiculados – refazimento de cálculo pela Contadoria Judicial; intimação do Banrisul S.A.; liberação de gravame sobre veículo e desentranhamento de peças – este juízo, desde a instalação do E-proc na comarca, vem determinando aos Administradores Judiciais que procedam a inserção dos processos físicos (em que atuam) junto ao sistema eletrônico, a fim de serem agilizados os procedimentos e o andamento processual – reconhecidamente mais céleres através do meio eletrônico – evitando-se, assim, cargas excessivas; retardamento no cumprimento dos atos, extravio de peças processuais, documentos e do próprio processo; deslocamentos dos advogados, peritos, leiloeiros e outros profissionais ao Foro; e, sobretudo, o manuseio dos processos, que se recomenda seja evitado no momento atual, até por uma questão de saúde pública.

Nesse particular, consoante decisão da E. Corregedoria-Geral da Justiça no Expediente SEI nº B.2019.0010/002206-7, foi autorizada a digitalização dos processos de Recuperação Judicial, Falência e seus Incidentes pelo Administrador Judicial a fim de que passem a tramitar em meio eletrônico, nos seguintes termos:

a) processos distribuídos a partir de 15/06/2015 podem ser digitalizados, juntamente com seus incidentes. A cobrança da taxa única e demais custas intermediárias são lançadas normalmente no sistema informatizado. Nestes casos deverá ser procedida a baixa e arquivamento dos processos físicos,

Despacho de homologação do E-Proc nº 0013583-1 (CNJ:0026483-63.2014.8.21.0019) 1
 Ocorrência por E-Proc nº 0013583-1 (CNJ:0026483-63.2014.8.21.0019)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



b) processos principais distribuídos antes de 15/06/2015 (sem incidentes) podem ser digitalizados, sendo baixados no sistema Themis1g e mantidos em cartório até o trânsito em julgado do processo eletrônico. Após, deverá ser reativado o processo físico, tão somente, para fins de elaboração das custas devidas em conformidade ao regimento anterior de custas;

c) Incidentes oriundos de processos distribuídos antes de 15/06/2015, anteriores à Lei da Taxa Única, não podem ser digitalizados.

Assim, antes de examinar os pleitos retro formulados, considerando que o presente feito atende a previsão contida no item "b" supra, determino ao Administrador Judicial que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda a digitalização e redistribuição dos presentes autos no sistema E-proc, podendo retirá-los em carga para tal finalidade específica, e, inclusive, requerer a dilação do prazo supra – caso necessário – sendo que, após tal procedimento, será expedida intimação eletrônica exclusivamente pelo sistema "E-proc", informando o novo número de tramitação do processo, o qual deverá ser informado pelo Administrador Judicial em todos os demais Juízos interessados, igualmente.

Saliento, desde logo, que a distribuição no sistema "E-proc" deve se dar por dependência ao feito principal, no caso, o processo de falência, devendo o procedimento ser adotado para os incidentes vinculados ao feito principal, igualmente, desde que ainda não julgados.

Os advogados ainda não habilitados no sistema "E-proc" e que contam com certificado digital, podem realizar o cadastramento diretamente no sistema pelo link: eproc1g.tjrs.jus.br, sem a necessidade de comparecimento pessoal ao prédio do Poder Judiciário.

Os advogados que não possuem certificado digital devem realizar o pré-cadastro no sistema pelo link: eproc1g.tjrs.jus.br, e comparecer a Central de Atendimento ao Público ou Cartório da Distribuição do Foro mais próximo para validação.

Outrossim, fica determinada a suspensão do processo físico durante o período da digitalização, distribuição e cadastramento no sistema "E-proc".

Decorrido o prazo da suspensão, com a efetiva distribuição no sistema "E-proc", arquivem-se os autos físicos, com baixa, devendo constar na

Via do Voto: 0081000113370000001-2111

016/2014/0173021-1 (Cível 5002846-95.2014.8.21.0019)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



movimentação do processo físico o número distribuído no sistema "E-proc".

Ressalto, por fim, que poderá constar nas movimentações processuais, informação de que este processo incidental foi julgado extinto sem resolução de mérito e que sobreveio o trânsito em julgado, pois, o lançamento destas informações é necessário para a baixa do processo físico, no sistema Themis1G, devendo ser desconsiderada, durante o procedimento de digitalização do processo.

Caso não atendida a intimação por parte do Administrador Judicial, no prazo ora assinalado, proceda o Cartório, desde logo, ao pré-cadastro do feito físico junto ao E-proc, remetendo-se os autos, oportunamente, para a digitalização terceirizada, na forma prevista no Edital 026/2020-COMAG, a fim de que o feito prossiga, doravante, pelo novo sistema eletrônico, quando, então, serão analisados os pleitos ora formulados pelo Aj

Diligências legais.

Novo Hamburgo, 09/02/2021.

Alexandre Kosby Boeira,
Juiz de Direito.

confere original
eletrônico
www.tjrs.jus.br

Este é um documento eletrônico assinado eletronicamente via
Sistema ELETRÔNICO KOSBY BOEIRA
Nº de Série do Certificado: 20200800050900
Data e hora da Assinatura: 10/02/2021 18:01:02

Para conferir o conteúdo deste documento, acesse, no Internet, o endereço: <http://www.tjrs.jus.br/verificadores>
e digite o seguinte número de verificação: 0197140013228911CN=50028463-95.2014.8.21.0019



Evento 5

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

07/07/2021 12:13:21

Usuário:

RBLUME - ROBERTA TISATO BLUME - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

5

Evento 6

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:02

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

6

Evento 7

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:05

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

7

Evento 8

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:07

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

8

Evento 9

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:09

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

9

Evento 10

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:09

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

10

Evento 11

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:10

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

11

Evento 12

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO___DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO___CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:10

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

12

Evento 13

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:11

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

13

Evento 14

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:17

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

14

Evento 15

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:20

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

15

Evento 16

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:20

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

16

Evento 17

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:20

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

17

Evento 18

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:21

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

18

Evento 19

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:22

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

19

Evento 20

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:22

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

20

Evento 21

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:22

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

21

Evento 22

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:23

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

22

Evento 23

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:23

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

23

Evento 24

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:23

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

24

Evento 25

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:31

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

25

Evento 26

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:32

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

26

Evento 27

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

07/07/2021 15:00:39

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

27

Evento 28

Evento:

PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE

Data:

08/07/2021 17:32:24

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

28



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. - EPP

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Recebo os autos digitalizados do processo físico convertido em eletrônico.

Certifique-se nos autos físicos, assim que disponíveis, o número do presente processo eletrônico.

Verifique o cartório se existem documentos físicos pendentes de juntada/digitalização.

Dê-se vista ao Ministério Público.

Após, intime-se o Administrador Judicial para prosseguimento.

Diligências legais

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 8/7/2021, às 17:32:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10009170850v2** e o código CRC **7c74b22c**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10009170850 .V2

Evento 29

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

08/07/2021 17:32:24

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

29

Ministério Público:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prazo:

10 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

13/07/2021 00:00:00

Data Final:

26/07/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

JULIANA MARIA GIONGO, LUCIANO ALESSANDRO WINCK GALLICCHIO, MARCELO LEMOS DORNELL

Evento 30

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__29

Data:

12/07/2021 19:53:08

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

30

Evento 31

Evento:

CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO__29

Data:

12/07/2021 19:53:08

Usuário:

MP-JFSCHUTT - JULIA FLORES SCHUTT - PROCURADOR

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

31

Evento 32

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

13/07/2021 11:45:32

Usuário:

RBLUME - ROBERTA TISATO BLUME - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

32

Administrador:

José Antônio Ramos Fernandes

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

26/07/2021 00:00:00

Data Final:

30/07/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES

Evento 33

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__32

Data:

23/07/2021 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

33

Evento 34

Evento:

DECORRIDO_PRAZO___REFER__AO_EVENTO__32

Data:

31/07/2021 01:08:29

Usuário:

SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

34

Evento 35

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

05/08/2021 19:23:33

Usuário:

PCMARSOLA - PEDRO CESAR DE SOUZA MARSOLA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

35

Evento 36

Evento:

PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE

Data:

05/08/2021 20:17:14

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

36



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. - EPP

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Diante do teor da manifestação do Administrador Judicial em sua última manifestação nos autos, antes da digitalização do processo (fl. 459 dos autos físicos – Evento 4- OUT9), aduzindo equívoco no cálculo da Contadoria Judicial quanto ao valor apurado para a restituição do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (fl. 432 - Evento 4 – OUT 8), determino a remessa dos autos à Contadoria Judicial para refazer o cálculo em questão, observando-se, para tanto, que o valor a ser atualizado é aquele informado tanto pela Administração Judicial quanto pelo próprio credor (R\$ 162.652,66 – fls. 407 e 420 dos autos físicos, respectivamente), a ser atualizado desde o trânsito em julgado da Ação de Restituição promovida pelo Banrisul S.A. (processo nº 19/1.15.0006515-0), ocorrido em 13 de outubro de 2017, consoante se verifica do referido processo, sendo que a atualização deverá ocorrer até a data do levantamento do montante pelo referido Banco (08/08/2019), conforme alvará expedido à fl. 446 dos autos físicos (Evento 4 – OUT 8).

Caso, efetivamente, tenha sido pago valor maior em favor do Banco Banrisul S.A., este deverá ser instado, mediante intimação eletrônica, a restituir o valor excedente àquele que fazia jus à época - cujo montante deverá ser igualmente atualizado, pelos mesmos critérios de correção e juros, até os dias atuais - mediante depósito judicial vinculado ao presente feito eletrônico.

Quanto ao mais, considerando que o Administrador Judicial, em sua manifestação da fl. 459, refere que os documentos das fls. 121/125 não foram desentranhados, a despeito da autorização judicial nesse sentido (fl. 305 dos autos físicos), respondendo, assim, ao questionamento da Falida em sua manifestação das fls. 456/457, intime-se o Administrador Judicial para comparecer em Cartório, no prazo de 05 dias, a fim de retirar referidos documentos para as providências legais, tudo mediante a substituição por cópias autenticadas, nos autos físicos e ulterior certificação da entrega nestes autos eletrônicos.

Intimem-se.

Diligências legais.

https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10009975714v2** e o código CRC **2fab2c47**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10009975714 .V2

Evento 37

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

05/08/2021 20:17:14

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

37

Administrador:

José Antônio Ramos Fernandes

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

17/08/2021 00:00:00

Data Final:

23/08/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES

Evento 38

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:
05/08/2021 20:17:15

Usuário:
AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:
5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:
38

Autor:
TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
17/08/2021 00:00:00

Data Final:
23/08/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:
RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO

Evento 39

Evento:

REMETIDOS_OS_AUTOS____NHO1EMP__>_NHOCTD

Data:

06/08/2021 10:08:54

Usuário:

PCMARSOLA - PEDRO CESAR DE SOUZA MARSOLA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

39

Evento 40

Evento:

REMETIDOS_OS_AUTOS____NHOCTD____>_NHO1EMP

Data:

12/08/2021 14:42:49

Usuário:

GPDOSSANTOS - GILBERTO PALHANO DOS SANTOS - CONTADORIA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

40



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Contadoria da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambcont@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. - EPP

Local: Novo Hamburgo

Data: 12/08/2021

CERTIDÃO

Certifico que o débito foi atualizado nos termos do despacho contido no evento "36", cálculos que seguem com informações adicionais nas "observações" de cada cálculo.

Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO PALHANO DOS SANTOS, Servidor de Secretaria**, em 12/8/2021, às 14:31:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10010145773v2** e o código CRC **f565995c**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10010145773 .V2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

Página: 1/1

Data: 12/08/2021

Hora: 14:15

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO

Processo: 11400135831

Descrição: ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS AO BANRISUL NOS

Comentário: TERMOS DO DESPACHO CONTIDO NO EVENTO 36 *

CÁLCULO 1

Índice de Correção: IGP-M/FORO

Taxa de Juros: 0,5% ate 10/01/2003 e 1% apos

Valores corrigidos até: 08/08/2019

Data	Descrição	Valor	Data Juros	Correção (R\$)	Juros (R\$)	Atualizado (R\$)
Valor Principal						
1. 13/10/2017 (R\$)	CRÉDITO FIXADO NA SENTENÇA	162.652,66	13/10/2017	185.893,05	40.596,64	226.489,69

Abatimentos

2. 08/08/2019 (R\$)	ALVARÁ FL. 90, OUT8, EVENTO 4	(216.379,77)		(216.379,77)		(216.379,77)
---------------------	-------------------------------	--------------	--	--------------	--	--------------

Total Geral do Cálculo em 08/08/2019.....: R\$ 10.109,92

Obs.: * CORREÇÃO DESDE O TRÂNSITO EM JULGADO ATÉ O LEVANTAMENTO DOS VALORES JÁ EFETIVADOS PELO BANCO CONFORME DESPACHO ACIMA, QUE TAMBÉM INFORMOU AS DATAS, 13/10/2017-08/08/2019.

OS ÍNDICES DE CORREÇÃO, IGP-M E JUROS DE 1% A.M., CONFORME REQUERIDO PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA FOLHA 29 DO OUT8 DO EVENTO 4.

VERIFICA-SE QUE UTILIZADAS AS DATAS E OS ÍNDICES ACIMA MENCIONADOS, NÃO HOUVE PAGAMENTO A MAIOR, MAS SIM A MENOR, DIFERENÇA APONTADA QUE VAI CORRIGIDA NO CÁLCULO "2" ATÉ A PRESENTE DATA.

Gilberto Palhano dos Santos
Matrícula 14512840

Sonia Helena Cheguhem da Silva
Contadora Designada



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

Página: 1/1

Data: 12/08/2021

Hora: 14:03

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO

Processo: 11400135831

Descrição: ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS AO BANRISUL NOS

Comentário: TERMOS DO DESPACHO CONTIDO NO EVENTO 36

CÁLCULO 2

Índice de Correção: IGP-M/FORO

Taxa de Juros: 0,5% ate 10/01/2003 e 1% apos

Valores corrigidos até: 12/08/2021

Data	Descrição	Valor	Data Juros	Correção (R\$)	Juros (R\$)	Atualizado (R\$)
Valor Principal						
1. 08/08/2019 (R\$)	SALDO DEVEDOR CÁLCULO "1"	10.109,92	08/08/2019	14.693,46	3.545,39	18.238,85

Total Geral do Cálculo em 12/08/2021.....: R\$ 18.238,85**Obs.: ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR DO CÁLCULO "1" ATÉ A PRESENTE DATA.**

Gilberto Palhano dos Santos
Matrícula 14512840

Sonia Helena Cheguhem da Silva
Contadora Designada

Evento 41

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AOS_EVENTOS___37_E_38

Data:

15/08/2021 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

41

Evento 42

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

17/08/2021 13:21:45

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

42

Evento 43

Evento:

PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE

Data:

17/08/2021 13:25:03

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

43



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. - EPP

DESPACHO/DECISÃO

Vistos,

Vista ao Administrador Judicial e ao credor Banrisul sobre os cálculos da Contadoria do Evento 40.

Intimem-se.

Diligências.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito** em 17/8/2021, às 13:25:3, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10010258911v3** e o código CRC **bd80795a**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10010258911 .V3

Evento 44

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

17/08/2021 13:25:04

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

44

Administrador:

José Antônio Ramos Fernandes

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

30/08/2021 00:00:00

Data Final:

03/09/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES

Evento 45

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

17/08/2021 13:25:04

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

45

Interessado:

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

30/08/2021 00:00:00

Data Final:

03/09/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

ANNA CANDICE WEILER MIRALLES

Evento 46

Evento:

CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO___38

Data:

18/08/2021 11:05:09

Usuário:

RS025965 - RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

46

Evento 47

Evento:

JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS

Data:

20/08/2021 13:05:42

Usuário:

RBLUME - ROBERTA TISATO BLUME - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

47



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
CENTRAL DE MANDADOS - NOVO HAMBURGO

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5006792-19.2018.4.04.7108/RS

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. - EPP (MASSA FALIDA/INSOLVENTE)

AUTO

DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove em cumprimento ao mandado expedido por ordem da MMª. Juíza Federal Substituta da 2ª Vara Federal de Novo Hamburgo, extraído dos autos do processo em epígrafe, compareci junto à Vara de Falências e Concordatas da Comarca de Novo Hamburgo/RS onde, cumpridas as formalidades legais, **PROCEDI À PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS** no processo falimentar nº 019/1.14.0013583-1, dos créditos, bens ou direitos pertencentes à **Tresce Indústria de Máquinas Ltda. (CNPJ nº 92.069.442/0001-02)** para garantia da presente execução até o limite de R\$ 18.849,52 (dezoito mil e oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos - em outubro de 2014). Para constar, lavrei o presente auto que, lido e achado conforme, vai assinado por mim e pela Escrivã, que recebeu uma via deste auto, acompanhada de uma via do mandado. O referido neste é verdade e dou fé.

Novo Hamburgo, 21 de fevereiro de 2019.

Documento eletrônico assinado por **FABRÍCIO MARTINS GOMES, Oficial de Justiça Avaliador Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **710007817127v3** e do código CRC **9d41fa2**.

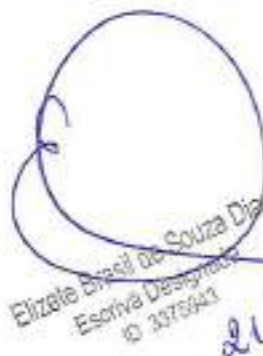
Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): **FABRÍCIO MARTINS GOMES**

Data e Hora: 20/2/2019, às 16:32:15

5006792-19.2018.4.04.7108

710007817127.V3 FMG© FMG


Elizete Brasil da Souza Dias
Escrivã Designada
ID 3375943
21/02/19.



JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

02A VF DE NOVO HAMBURGO

RUA BAYARD DE TOLEDO MÉRCIO, 220, 6º ANDAR, CANUDOS, Tel. (51)3584-3026, NOVO HAMBURGO/RS, 93548-011
E-mail: RSNHM02@JFRS.GOV.BR, Atendimento ao Público das 13h às 18h

MANDADO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5006792-19.2018.4.04.7108

EXEQUENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. - EPP

DESTINATÁRIO(S): VARA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO:

Rua Doutor Bayard de Toledo Mércio, 66, 5º Andar, CANUDOS, 93548-011, NOVO HAMBURGO - RS

A Excelentíssima Senhora CATARINA VOLKART PINTO, Juíza Federal Substituta da 2ª Vara Federal de Novo Hamburgo, da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul,

MANDA ao(a) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a), a quem for o presente distribuído, que, em seu cumprimento, proceda a **PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS** do Processo nº 019/1.14.0013583-1, dos créditos, bens ou direitos pertencentes a Tresce Indústria de Máquinas Ltda (CNPJ nº 92.069.442/0001-02), até o limite de R\$ 18.849,52 (dezoito mil e oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), em outubro de 2014, conforme cópias em anexo.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificando-o de que este Juízo funciona no Fórum da Justiça Federal, localizado no endereço em epígrafe, com expediente externo das 13 às 18 horas.

DADO E PASSADO nesta cidade de Novo Hamburgo, em 14 de fevereiro de 2019. Eu, Sidnei José Miron, Diretor de Secretaria, subscrevo o presente mandado judicial, por ordem da MM. Juíza Federal Substituta.

Assinatura
Eletrônica

TRF
4ª Região

Documento eletrônico assinado por **Sidnei José Miron (SJM)** em 14/02/2019 16:08:55 na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.jfpr.jus.br/mandado/verifica>, mediante o preenchimento do código verificador **m2235058** e, se solicitado, do código CRC **38FFD029**.



50067921920184047108
Região: 25



2235058
Pag: 1/1

11/10/2018

Sistemas da PGFN

RESULTADO DA CONSULTA DE CÁLCULO

Valor CONSOLIDADO

da
Inscrição 0041702035766

em: 20/10/2014

Pag: 01/01

Devedor Principal: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. - EPP

Principal: R\$ 13.739,83

Multa: R\$ 2.747,81

Juros de Mora: R\$ 648,39

Encargo Legal: R\$ 1.713,59

Total: R\$ 18.849,52

Valor consolidado sem pagamento, efetuado na data da consulta.

Ajuda

Novo Cálculo



MINISTÉRIO DA FAZENDA
 PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
 PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL 4ª REGIÃO
 PROCURADORIA-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM NOVO
 HAMBURGO/RS

EXMO(A). SR(A). JUIZ(ÍZA) FEDERAL

PROCESSO 50067921920184047108
 MATÉRIA EXECUÇÃO FISCAL

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), por seu procurador signatário, nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de V. Exa., respeitosamente, dizer e requerer o que segue:

Considerando a situação falimentar da executada, bem como o teor do Parecer PGFN/CRJ nº485/2010, e ainda o disposto no art. 83, da Lei nº11.101/05 (atual Lei de Falências e Recuperação judicial e extrajudicial), vem a exequente **apresentar demonstrativo de cálculo dos valores das CDAs exigíveis relativamente à massa falida**, a fim de instruir penhora a ser realizada no rosto dos autos falimentares, permitindo sua adequada classificação para pagamento de acordo com a ordem legal de preferência, nos termos que seguem:

- CDA nº 00417702035766:

Total do crédito atualizado	Juros vencidos até 20/10/2014 (data de decretação da falência)	Valor do crédito exigível da massa falida (excluídos os juros vencidos após a decretação da falência)
- Principal: R\$13.739,63; - Multa mora: R\$2.747,91; - Juros: R\$6.520,71; - Encargo Legal: R\$4.601,63; Total: R\$27.609,90	R\$648,39	- Principal: R\$13.739,63; - Multa Mora: R\$2.747,91*; - Juros: R\$648,39; - Encargo Legal: R\$1.713,59; - Total: <u>R\$18.849,53</u>

*Multa de mora exigível na forma do art. 83, inciso VII, da Lei nº11.101/05.

Evento 48

Evento:

DECORRIDO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO___37

Data:

24/08/2021 01:22:31

Usuário:

SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

48

Evento 49

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AOS_EVENTOS___44_E_45

Data:

27/08/2021 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

49

Evento 50

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___45

Data:

31/08/2021 17:39:25

Usuário:

RS056343 - FELIPE CRAVO SOUZA - PROCURADOR

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

50

**EXMO. SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL EMPRESARIAL DA
COMARCA DE NOVO HAMBURGO**

Processo: 50028469520148210019

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A, já devidamente qualificado nos autos da ação onde litiga contra **TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. - EPP**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., primeiramente requerer o cadastramento de seus procuradores, conforme procuração e substabelecimento em anexo.

Ademias, vem dizer que está de acordo com o laudo pericial acostado ao presente feito, o qual aponta ser devido à instituição bancária a quantia de R\$ 18.238,85 (dezoito mil, duzentos e trinta e oito reais com oitenta e cinco centavos).


Assim, requer-se seja a empresa requerida intimada a efetuar o pagamento do saldo remanescente devido ao Banrisul.

Requer, por fim, que toda publicação referente a este processo seja realizada exclusivamente em nome dos procuradores **DR. MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA, OAB/MG 63.440, DRA. FLÁVIA DE ALMEIDA MOURA DI LATELLA, OAB/MG 109.730 e DR. FELIPE CRAVO SOUZA, OAB/RS 56.343** e que eventuais intimações via postal sejam encaminhadas aos mesmos procuradores no seguinte endereço: Rua Sergipe, 1167, bairro: Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-171. Ressaltando que apenas os aludidos advogados possuem poderes para o recebimento de todos os atos, publicações, notificações e intimações, sob pena de nulidade, nos termos do artigo 272, do Código de Processo Civil.

Nesses termos, pede deferimento.
Porto Alegre, 31 de agosto de 2021.



MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA
OAB/MG 63.440



FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA
OAB/MG 109.730

FELIPE CRAVO SOUZA
OAB/RS 56.343

MARIANA BACKES
OAB/RS 114.289

TRASLADOESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
5ª TABELIONATO DE NOTAS

NÚMERO GERAL: 088585 NÚMERO DE ORDEM: 063
Ficha nº P137563 - **PROCURAÇÃO** que faz: **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.** como adiante se declara: **Saibam** quantos este público instrumento de Procuração virem que, no ano de dois mil e vinte e um (2.021), aos sete (7) dias do mês de janeiro, nesta cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, eu, Christian Manica, Tabelião Substituto do 5º Tabelionato de Notas desta Capital, por intermédio da funcionária Janine Corrêa, por compareci na Rua Caldas Júnior, nº 108, Centro Histórico, nesta Capital, a pedido do outorgante, a pedido do outorgante, **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, com nome fantasia **BANRISUL**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 92.702.067/0001-96, com Matriz na Rua Capitão Montanha nº 177, bairro Centro Histórico, nesta Capital, neste ato representado por seu Vice-Presidente, **IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR**, brasileiro, filho de Irany de Oliveira Sant'anna e de Carmen Nilda de Souza Sant'anna, economista, portador da carteira de identidade RG nº 4027264292, expedida pela SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 339.511.440-68, solteiro, maior, não convivendo em união estável, segundo declarou, com endereço eletrônico Irany.santanna@banrisul.com.br; e, por seu Diretor, **MARCUS VINICIUS FEIJO STAFFEN**, brasileiro, filho de Jaime Aquino Staffen e de Doris Rosane Feijo Staffen, bancário, portador da carteira de identidade RG nº 8071209749, inscrito no CPF/MF sob nº 827.327.790-91, solteiro, maior, não convivendo em união estável, segundo declarou, residente e domiciliado na Rua Gal Caldwell, nº 1021, apto 204, nesta Capital, ambos com endereço profissional na Rua Caldas Júnior, nº 108, 4º andar, Centro Histórico, nesta Capital e firmando (assinando) por escrito a presente escritura pública; pessoa juridicamente capaz para o ato, identificado documentalmente e reconhecido como o próprio por mim Tabelião Substituto, do que de tudo dou fé. E, perante mim Tabelião Substituto, pelo outorgante me foi dito que nomeava e constituía seus bastantes procuradores, **SONIA MICHEL ANTONELLO PEREIRA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/RS sob nº 33.670 e no CPF/MF sob nº 500.185.580-20, casada; **PAULO HENRIQUE PINTO DA SILVA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 44.120 e no CPF/MF sob nº 556.348.500-53, casado; **LUCIANO ERNESTO DE COSTA JUNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 68.969 e no CPF/MF sob nº 968.078.810-53, casado; **DANIEL BERNHARD**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 37.663 e no CPF/MF sob nº 407.565.300-59, casado; **VADER MACHADO MIRANDA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 86.604 e no CPF/MF sob nº 960.476.740-20, casado; e, **ANNA CANDICE WEILER MIRALLES**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/RS sob nº 79.635 e no CPF/MF sob nº 006.314.970-21, solteira, maior; **MIRIAM BORGES LOCH**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/RS sob nº 77.186-B e no CPF/MF sob nº 472.702.500-06, casada; **GILMAR DUARTE**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 36.685 e no CPF/MF sob nº 435.345.460-91, divorciado; e, **JOSÉ SEBASTIÃO PEREIRA JUNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 85402 e no CPF/MF sob nº 833.938.460-00, casado; todos com endereço profissional na Rua Caldas Júnior, nº 108, 5º andar, Centro Histórico, nesta Capital, onde deverão ser encaminhadas as notificações, citações, intimações; a quem concede poderes para representar o outorgante em qualquer parte do território nacional, podendo os outorgados agirem em conjunto ou isoladamente, independente da ordem de nomeação, em juízo ou fora dele, perante qualquer Juízo ou Tribunal, nas ações em que ele for autor, réu, oponente, assistente ou por qualquer forma interessado, sejam elas de natureza cível, comercial, penal, trabalhista ou de outra espécie, bem como quaisquer processos administrativos, podendo ditos procuradores usarem dos poderes das cláusulas "ad judicium" e "extra", e os especiais de: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o que se funda a ação, propor/ajuizar Mandados de Segurança e Correções Parciais, Recurso, Agr. Relação, Recurso

SERVIÇO NOTARIAL MANICA

Fone/Fax (0 51) 2121-6200
Rua Silveira Campos, 1185 - 1189 - Porto Alegre - RS
www.tabelionatoerica.com.brMarcelo Gonçalves Alves
Escritório Autorizado

compromissos, propor e efetivar acordos, impugnar avaliações, promover notificações, arrematações e adjudicações, oferecer lances e participar dos atos necessários à sua efetivação, com poderes também para representar o outorgante perante quaisquer Ministérios ou Secretarias de Estado, Autarquias, Entidades Paraestatais e Repartições ou Dependências Federais, Estaduais ou Municipais, bem como representar o outorgante perante Assembleias de Credores e Assembleias de Quotistas ou Acionistas de sociedades de que o outorgante faça parte, deliberar sobre as matérias constantes das respectivas ordens do dia, votar, ser votado, assinar atas; podendo ainda representá-lo perante Tabelionatos de Notas, para solicitar e assinar Atas Notariais, inclusive as de publicações em internet, podendo para tanto, tudo promover, requerer, alegar, assinar, prestar declarações e informações necessárias, cumprir exigências, pagar emolumentos e receber os respectivos recibos; enfim, tudo praticar para o cabal desempenho deste mandato, inclusive subestabelecer, com reserva de iguais poderes. **E vedado aos outorgados subestabelecer os poderes de receber e dar quitação, propor e efetivar acordos. Este instrumento por sua natureza é passado por prazo indeterminado, sendo válido, portanto até a sua expressa revogação.** (Lavrada conforme minuta apresentada pela parte outorgante). Finalmente, o contratante declarou que foi devidamente alertado, por mim Tabelião Substituto sobre as consequências da responsabilidade civil e penal da outorga deste ato notarial, pela capacidade civil para o ato, ou seja, de que está em seu perfeito juízo e livre de qualquer induzimento ou coação para a lavratura deste ato notarial, por todos os documentos de identificação apresentados, por todas certidões e todas as declarações prestadas, reconhecendo-se eles contratantes, mútua e reciprocamente como os próprios, pela identificação por exame dos documentos, por eles contratantes apresentados para lavratura deste ato notarial. Assim o disse do que dou fé, e me pediu lhe lavrasse este instrumento que lhe fiz, leu e por achar em tudo conforme, aceitou, ratifica e assina. Eu, Marcelo Gonçalves Alves, Escrevente Autorizado, a datilografei. Eu, CHRISTIAN MANICA, Tabelião Substituto, conferi e assino. **CERTIFICO** que o ato está assinado pelas partes e pelo servidor na forma acima mencionada. **NADA MAIS CONSTAVA.** Traslada desta data.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Porto Alegre, 07 de janeiro de 2021

Marcelo Gonçalves Alves
Escrevente Autorizado

Marcelo Gonçalves Alves
Escrevente Autorizado

Emolumentos:

Procuração Outorgante Pessoas Jurídicas - R\$ 75,50
Processamento Eletrônico de Dados R\$ 5,30
Total Emol. R\$ 80,80
Selo Digital de Fiscalização Notarial e Registral (SDFNR) Lei nº 12.692/06.
0458.00.2000003.56663
Total Selos R\$ 4,70



A Consulta está disponível em até 24h
no site do Tribunal de Justiça do RS
<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>
Chave de autenticidade para consulta

096982 51 2021 00002124 48



SUBSTABELECIMENTO

OUTORGADOS: Drs. MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA inscrito na OAB/MG sob nº 63440, CPF sob nº 911.766.386-53, integrante da sociedade civil, MARCELO TOSTES, com registro na OAB/RS sob nº RS 912 e CNPJ 03.482.042/0001-20, com endereço na RUA SERGIPE, Nº1167, na cidade de BELO HORIZONTE - MG.

PODERES: Por este instrumento particular substabeleço, com reserva de iguais para mim, na pessoa do(s) advogado(s) acima qualificado(s), o poder da cláusula 'AD JUDICIA' que me foi conferido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no instrumento de mandato lavrado em notas do Quinto Tabelionato desta Capital, às fls. 117 do Livro 214-E, sob nº 088585, nº de ordem 063, ficha P137563, em 07 de janeiro de 2021, podendo dito(s) advogado(s) em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, usarem desse poder para o foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo substabelecer somente aos demais integrantes da sociedade, mas tão somente para o fim de defender os direitos e interesses do outorgante no processo nº 5002846-95.2014.8.21.0019, na Comarca de Novo Hamburgo/RS.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2021.

ANNA CANDICE WEILER MIRALLES

OAB/RS 79.635

Evento 51

Evento:

DECORRIDO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO___44

Data:

04/09/2021 01:10:17

Usuário:

SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

51

Evento 52

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

14/09/2021 10:43:30

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

52

Evento 53

Evento:

PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE

Data:

14/09/2021 10:55:25

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

53



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Vistos,

Versa o presente sobre a falência de Tresce Indústria de Máquinas Ltda a qual, após a digitalização do processo o Administrador Judicial deixou de atender às intimações dos Eventos 28, 36 e 43 para dar regular andamento ao processo.

Renove-se a intimação do Administrador Judicial para dizer sobre os cálculos da Contadoria e petição do Banrisul do Evento 50, bem para comparecer em Cartório para retirar os documentos de créditos da falida para as providências legais, nos termo do Evento 36, tudo no prazo de 5 (cinco) dias e sob pena de destituição.

Intime-se.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 14/9/2021, às 10:55:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10011003905v2** e o código CRC **5b26b9ff**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10011003905.V2

Evento 54

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

14/09/2021 10:55:26

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

54

Administrador:

José Antônio Ramos Fernandes

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

27/09/2021 00:00:00

Data Final:

01/10/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES

Evento 55

Evento:

PETICAO

Data:

22/09/2021 09:08:50

Usuário:

RS025965 - RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

55



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo – Estado do Rio Grande do Sul.

Processo n° 5002846-95.2014.8.21.0019

Carlos Gustavo Schunck Júnior e Ilirdi Ebert Schunck, falidos da empresa **TRESCE Indústria de Máquinas Ltda**, vêm muito respeitosamente perante Vossa Excelência, nos autos do feito Falimentar – processo em epígrafe – por seu procurador abaixo firmado, expor e ao final, requerer o seguinte:

A empresa teve a sua Falência decretada em 20/10/2014 (Evento 4, OUT 4, página 64), com o respectivo edital publicado em 28/10/2014 (Evento 4, OUT 4, página 100).

O ativo arrecadado da Massa Falida foi integralmente alienado, restando créditos em seu favor, oriundos de duplicatas mercantis e de título judicial, juntados na inicial.

O Quadro Geral de Credores foi apresentado e homologado (Evento 4, OUT7, Páginas 57 e 61).

A perícia contábil foi realizada e juntada aos autos no Evento 4, OUT7, páginas 66 a 80, e o relatório apresentado em 09/09/2016 - do artigo 22, inciso III, alínea “e” da Lei 11.101/05 - juntado no Evento 4, OUT7, páginas 81 a 85, com manifestação do Ministério Público no Evento 4, OUT8, página 91, em 20/10/2016.

Mister registrar que não há notícia nos autos sobre a existência de inquérito policial, já decorrido o prazo do artigo 187, § 1º, da LRF.



De outra banda, são Falidos e se encontram submetidos às restrições oriundas da decretação da sua Falência, conforme disposto no artigo 102, da LRF, desde 20/10/2014, a (i) Sra. Iirdi Ebert Schunck, viúva do fundador da empresa, aposentada, atualmente com 66 anos, e seu filho (ii) Carlos Gustavo Schunck Júnior, técnico em mecânica, com 40 anos.

O Falido Carlos Gustavo Schunck Júnior, com o fechamento da empresa, foi trabalhar como empregado, sendo seu último contrato de trabalho com a empresa DU DIGO Descartáveis Ltda, no período de 15/09/2017 a 16/07/2020.

Atualmente, se encontra desempregado e a maior dificuldade que se apresenta para sua reinserção no mercado de trabalho diz respeito a sua impossibilidade de constituir uma empresa individual, hoje muito utilizada para terceirização de serviços que anteriormente se faziam por contrato de trabalho.

Não obstante ao exposto, com as modificações ocorridas na Lei nº 11.101/2005, pela Lei 14.112/20, o artigo 158 passou a ter nova redação, alterando substancialmente os prazos de inabilitação dos Falidos, previsto no artigo 102.

O caso em tela se enquadra no disposto no artigo 158, inciso V, da LRF, que prevê o decurso do prazo de 3 (três) anos, contado da decretação da falência, ressalvada a utilização dos bens arrecadados anteriormente, que serão destinados à liquidação para a satisfação dos credores habilitados ou com pedido de reserva realizado.

Dessa forma, considerando a decretação da quebra em 20/10/2014, já decorreu o prazo obrigatório de inabilitação.

Conforme lição de Daniel Carnio Costa e Alexandre Correa Nasser de Melo¹, estes expõem que:

Esse prazo excessivamente longo, na realidade fática, apenas tornou comum a utilização de pessoa interposta para exercer atividade econômica e desencorajou os pedidos de autofalência e recuperação judicial (pelo risco da convolação em falência), quando o correto seria estimular essa conduta como uma demonstração de

¹ COSTA, Daniel Carnio; MELO, Alexandre Correa Nasser De. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência, art. 158 «in» JuruáDocs n. 201.2291.2180.5332. Disponível em: <www.juruadocs.com/legislação/art./lei_00111012005-158>. Acesso em: 15/09/2021.



boa-fé do devedor que pretende encerrar a atividade econômica de maneira ordenada e legal, por ter constatado a sua inviabilidade, mas sem que isso represente a perda da chance de tentar novamente.

Para reduzir esse tempo de espera e ostracismo do falido, a reforma legislativa acrescentou o inc. V ao art. 158 [Lei 11.101/2005, art. 158], com a previsão de que se extinguem as obrigações do falido com «o decurso do prazo de 3 (três) anos, contados da decretação da falência, ressalvada a utilização dos bens arrecadados anteriormente e que serão destinados à liquidação para a satisfação dos credores habilitados ou com pedido de reserva realizado». Com isso, priorizam-se o fresh start e o fomento ao empreendedorismo por meio do retorno célere do empreendedor falido à atividade econômica.

Trata-se de inspiração no Bankruptcy Code dos Estados Unidos da América, principalmente na figura do discharge, previsto no Chapter 7, que regula a extinção das obrigações do falido para que possa, sem entraves, voltar a empreender. Essa exoneração das obrigações depende do preenchimento de alguns requisitos que incluem os motivos da crise econômico-financeira que levou a empresa à falência, se o empreendedor agiu honestamente e de boa-fé ou se houve gestão temerária do patrimônio, se houve intenção de prejudicar credores ou obter vantagens ilícitas e se o devedor colaborou com o juízo falimentar, entre outros aspectos.

É certo que o discharge e o fresh start são fenômenos mais relacionados à falência de consumidores nos EUA. No Brasil, todavia, o sistema tem por objetivo propiciar ao representante legal da sociedade falida, que sofre os efeitos da restrição de exercício profissional, a sua reabilitação, de modo que possa retornar ao exercício de atividades empresariais regulares.

A Lei brasileira, por sua vez, vincula a extinção das obrigações ao decurso de certo prazo de tempo – agora reduzido a três anos contados da data da decretação da falência.

Cristalino o direito dos Falidos de terem as restrições impostas pelo artigo 102 extintas por força do artigo 158, inciso V, todos da LRF.

Face ao exposto, os Falidos requerem à Vossa Excelência se digne de receber a presente para, após a oitiva do nobre Curador da Massa



Falida, determinar, com fulcro no artigo 158, inciso V, da Lei n° 11.101/2005, sejam extintas as obrigações dos Falidos por sentença, restabelecendo seus direitos na forma disposta no parágrafo único do artigo 102, do mesmo diploma legal.

Por fim, tendo em vista a condição de aposentada da Falida Ilirdi Ebert Schunck e de desempregado do Falido Carlos Gustavo Schunck Júnior por não disporem de recursos para arcar com as custas e despesas processuais, requerem seja concedido o benefício da gratuidade da justiça, consoante artigos 98 e seguintes, do Código de Processo Civil.

Nesses termos, pedem deferimento.
Novo Hamburgo (RS), 22 de setembro de 2021.

Rui Carlos de Freitas Guerreiro
Advogado – OAB/RS n° 25.965

Guerreiro
Advogados Associados

PROCURAÇÃO

OUTORGANTES: **ILIRDI EBERT SCHUNCK**, brasileira, viúva, aposentada, inscrita no CPF sob o nº 177.785.900-00, portadora de cédula de identidade nº3001361363, residente e domiciliadas na Rua João Pedro Schmitt, nº 700, casa 4, Novo Hamburgo (RS), e **CARLOS GUSTAVO SCHUNK JÚNIOR**, brasileiro, técnico mecânico, inscrito no CPF sob o nº 821.525.510-87, portador de cédula de identidade nº 7079708371, residente e domiciliado na Rua Emílio Blos, nº 329, apto. 01, bairro Paulista, Campo Bom (RS).

OUTORGADOS: **Dr. RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO**, **Dra. TAÍS ESTER BERGMANN HEILMANN** e **Dr. FERNANDO BERNARDES GUERREIRO**, brasileiros, advogados, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Estado do Rio Grande do Sul), sob os números 25.965, 70.231 e 78.705, e inscritos no CPF sob os nºs 236.271.580-91, 890.930.970-91 e 009.428.540-39, sócios da **GUERREIRO, ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita na OAB/RS sob o nº1.821, com sede na cidade de Novo Hamburgo(RS), à Rua Santos Pedroso, nº415, inscrita na CNPJ sob o nº05.392.869/0001-42.

PODERES: Por este instrumento particular o outorgante nomeia os outorgados para representá-lo em juízo ou extrajudicialmente, como Autor ou Réu, conferindo-lhes os poderes contidos na cláusula ad judicium, extra, mais os especiais de transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromisso e substabelecer, para fins de promover pedido de Extinção das Obrigações do Falido por Sentença, nos autos do processo nº5002846-95.2014.8.21.0019.

Novo Hamburgo (RS), 15 de setembro de 2021.


ILIRDI EBERT SCHUNCK


CARLOS GUSTAVO SCHUNK JÚNIOR



O NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO REGISTRO
DO COMÉRCIO (NRC) DESSA EMPRESA É

4	3	2	1	0
---	---	---	---	---

" CONTRATO SOCIAL DE MICROEMPRESA "

Fla.-01-

que fazem entre si, CARLOS GUSTAVO SCHUNCK, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Rua Vasco da Gama, 241 Bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo-RS, portador da Carteira de Identidade nº 8008083985 expedida pela SSP-RS em 24.11.76 e CIC nº 185261900-00, CARLOS ERNESTO OSTERKAMP, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Av.Cel. Frederico Linck, 895 Aptº. 303 Centro em Novo Hamburgo-RS, portador da Carteira de Identidade nº 7007817443 expedida pela SSP-RS em 17.12.76 e CIC nº 122643690-00 e CLAUDIONOR STREET, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Rua Travessa SUL, 270 Aptº. 305 Bairro Higienópolis em Porto Alegre-RS, portador da Carteira de Identidade nº 9001664839 expedida pela SSP-RS em 13.02.75 e CIC nº 214708639-87, tem entre si justo e contratado a constituição de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, e o fazem mediante as cláusulas e condições a seguir:

I

A sociedade girará sob a Denominação Social de "TRESCIE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA.ME", com sede na Rua Vasco da Gama, nº 241 Bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo, neste Estado.

I I

A sociedade terá por objetivos a INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CALÇADOS E METALÚRGICA EM GERAL.

I I I

O capital social será de Cz\$ 900.000,00(novecentos mil cruzados), totalmente integralizados em moeda corrente nacional, neste ato e distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

CARLOS GUSTAVO SCHUNCK	Cz\$ 300.000,00
CARLOS ERNESTO OSTERKAMP	Cz\$ 300.000,00
CLAUDIONOR STREET	Cz\$ <u>300.000,00</u>
T O T A L	Cz\$ 900.000,00

I V

A responsabilidade dos sócios é limitada ao total do capital social.

V

O prazo de duração da presente sociedade será por tempo indeterminado, tendo como início das suas atividades o dia 31 de Março de 1988.

V I

Anualmente, em 31 de Dezembro será efetuado um balanço geral.

V I I

Em caso de falecimento de algum dos sócios, seus herdeiros serão pagos por liquidação ordenada, na forma da lei, não dissolvendo a sociedade.

V I I I

Em caso de retirada de algum dos sócios, este deverá dar aviso por escrito de 60 (sessenta) dias e receberá seus haveres em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, sem juros, convencionados anteriormente, não dissolvendo a sociedade.

I X

Segundo conveniência da sociedade, esta poderá abrir filiais, sucursais, escritórios ou outras dependências em qualquer parte do Território Nacional, destacando parte de seu capital social para operação de cada uma.

X

Em caso de aumento de capital social, será assegurada aos sócios o direito de contribuições para tal aumento, na proporção de suas quotas sociais.

X I

A administração da sociedade será exercida por ambos os sócios, em conjunto ou separadamente, que representarão a sociedade ativa e passivamente, no juízo ou fora dele, mas somente em negócios exclusivos da sociedade, não podendo em nome dela, prestar empréstimos, concessões ou quaisquer outros atos de negociação estranhos aos objetivos da sociedade, nem para com terceiros.

X I I

A retirada "pro-labore" dos sócios, será aquela permitida pela legislação do Imposto de Renda em vigor e convencionada entre ambos.

X I I I

Os sócios qualificados no preâmbulo do presente instrumento, declararam que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impedem de exercer atividades mercantis e, declararam ainda, que o montante bruto anual da empresa, não excederá o limite fixado no artigo 2º da Lei nº 7.256/84, bem como a mesma não se enquadrará em quaisquer das hipóteses de exclusão prevista no artigo 17 da


X I V

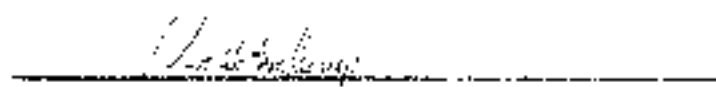
111-100-
112

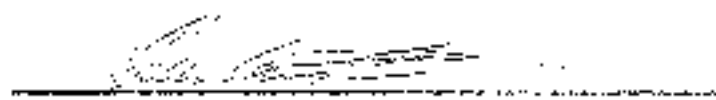
As demais obrigações e direitos das partes constantes do presente
contrato, serão resolvidas de pleno acordo com as leis vigentes
no país, no exterior.

1, por serem assim justos e contratados entre si, assinam a
presença do instrumento de Contrato Social de Mercantilização, em (duas)
vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para
por todas de registro, produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Nova Hamburgo, 18 de Março de 1984.

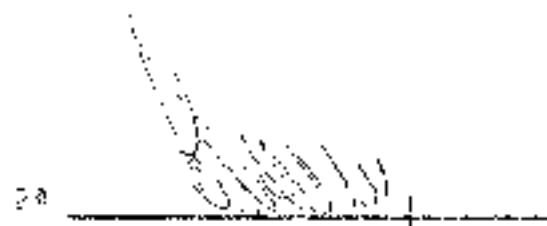

CARLOS GUSTAVO SCHENCK


CARLOS ERNESTO OSTROWSKI


CALUDIONOR STREIT

TESTEMUNHAS:

12 
CARLOS DUARTE DE OLIVEIRA

20 
LUIZ CARLOS DE VARGAS

Que fazem entre si, CARLOS GUSTAVO SCHUNCK, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Rua Vasco da Gama, 241 Bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo-RS, com RG nº 8008083985 e CIC nº 185.361.900-00, CARLOS ERNESTO OSTERKAMP, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Av.Cel.Frederico Linck, 895 aptº 303 Centro em Novo Hamburgo-RS, com RG nº 7007817443 e CIC 122.643.690-00 e CLAUDIONOR STREIT, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Rua Travessa Sul, 270 aptº 305 Bairro Higienópolis em Porto Alegre-RS, com RG nº 9001664839 e CIC nº 214.708.639-87, todos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, que gira sob a Denominação Social de "TRESCIE INDÚSTRIA DE MÓQUINAS LTDA.ME", com sede na Rua Vasco da Gama, nº 241 Bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo-RS, com Contrato Social arquivado na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, sob nº 43.201.482.989 em 29.03.88, inscrita no CGC/MF sob nº 92.069.442/0001-02, resolvem de comum acordo alterar o referido Contrato Social e o fazem mediante as cláusulas e condições a seguir:

I

Que é admitida na presente sociedade, neste ato e nesta data, como nova sócia, ILIRDI EBERT SCHUNCK, brasileira, casada, industrial, residente e domiciliada na Rua Vasco da Gama, 241 Bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo-RS, portadora da Carteira de Identidade nº 3001361363 expedida pela SSP-RS em 11.03.83 e CIC sob nº 177.785.900-00.

I I

Que retiram-se da presente sociedade, neste ato e nesta data, os sócios, CARLOS ERNESTO OSTERKAMP e CLAUDIONOR STREIT, acima qualificados, que cedem e transferem as suas quotas de capital social a seguir discriminado:

Que o sócio CARLOS ERNESTO OSTERKAMP cede e transfere a sua cota de capital social no valor de CZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzaços) para a nova sócia ILIRDI EBERT SCHUNCK.

Que o sócio CLAUDIONOR STREIT cede e transfere a sua cota de capital social no valor de CZ\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzaços) em partes iguais aos sócios CARLOS GUSTAVO SCHUNCK e ILIRDI EBERT SCHUNCK, ou seja, CZ\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil cruzaços) para cada um.

Parágrafo Único: - Os sócios retirantes dão plena, geral e irrevogável quitação, nada mais tendo a receber nem a reclamar, dos sócios nem da sociedade, retirando-se pagos e satisfeitos.

I I I

Faz as disposições contidas nas cláusulas I (Primeira), II (Segunda) e III (Terceira), o capital social permanece inalterado, ou seja, CZ\$ 900.000,00 (Novecentos mil cruzaços) e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

<u>CARLOS GUSTAVO SCHUNCK</u>	CZ\$ 450.000,00
<u>ILIRDI EBERT SCHUNCK</u>	CZ\$ 450.000,00
T O T A L	CZ\$ 900.000,00

I V

Que alteram o endereço da presente sociedade, para à Rua Santa Maria, nº 181 bairro Ideal, em Novo Hamburgo-RS.

V

Que a gerência da presente sociedade, a partir desta data, será exercida somente pelo sócio CARLOS GUSTAVO SCHUNK.

V I

Que os sócios constantes no presente instrumento, declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis.

V I I

Que as demais cláusulas e condições do Contrato Social, que não foram alteradas e revogadas pelo presente documento de Alteração Contratual, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem assim de perfeito acordo entre si, assinam o presente instrumento de Alteração Contratual, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que depois de Registrado, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Novo Hamburgo, 30 de Setembro de 1988.

CARLOS GUSTAVO SCHUNK

ILIRDI EBERT SCHUNK

CARLOS ERNESTO OSTENAMP

CLAUDIONOR STREIT

TESTEMUNHAS:

1ª

CLAUDETE TERESINHA KRIEL

2ª

LOIZ CARLOS DE VARGAS

" ALTERAÇÃO CONTRATUAL "

Fls. 01

Que fazem entre si, CARLOS GUSTAVO SCHUNCK, com RG nº 8088083985 e CIC nº 185.361.900-00 e ILIRDI EBERT SCHUNCK, com RG nº 3001361363 e CIC nº 177.785.900-00, ambos brasileiros, casados por comunhão de bens, industriais, residentes e domiciliados na Rua Vasco da Gama, nº 241 Bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo-RS, únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, que gira na praça de NOVO HAMBURGO-RS, na Rua Santa Maria, nº 181 Bairro Ideal, sob a Denominação Social de " TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA. ME", com Contrato Social arquivado na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, sob o nº 43.201.462.989 em 29.03.88, inscrita no CGC nº 92069442/0001-02, resolvem de comum acordo alterar o referido Contrato Social e sua Alteração Contratual, e o fazem mediante as cláusulas e condições a seguir:

1

Que é admitido como novo sócio, neste ato e nesta data, CARLOS ERNESTO OSTERKAMP, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Av. Cel. Frederico Linck, nº 895 Apte. 303 Centro em Novo Hamburgo-RS, portador da Cédula de Identidade nº 7007817443 expedida pela SSP-RS em 17.12.76 e CIC nº 122643690-00.

I I

Que retira-se da presente sociedade, neste ato e nesta data, a sócia ILIRDI EBERT SCHUNCK, acima qualificada, que cede e transfere a sua cota de capital social no valor de NCZ\$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta cruzados novos) ao novo sócio CARLOS ERNESTO OSTERKAMP, pelo que dá plena, geral e irrevogável quitação, nada mais tendo a receber nem a reclamar, dos sócios e da sociedade, retirando-se paga e satisfeita.

I I I

Que alteram o capital social de NCZ\$ 900,00 (Novecentos cruzados novos) para NCZ\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos cruzados novos), neste ato, mediante o aproveitamento de RESERVA CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL, no valor de NCZ\$ 4.300,00 (Quatro mil e trezentos cruzados novos), distribuído entre os sócios da seguinte forma:

CARLOS GUSTAVO SCHUNCK	NCZ\$ 2.600,00
CARLOS ERNESTO OSTERKAMP	NCZ\$ 2.600,00
T O T A L	NCZ\$ 5.200,00

I V

Que a partir desta data, a gerência da sociedade será exercida por ambos os sócios, mas somente em negócios exclusivos aos fins da sociedade, em conjunto ou separadamente, que represen-

V

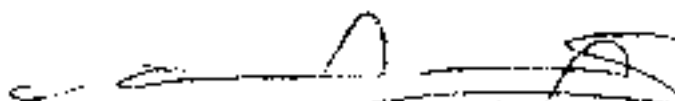
Que os sócios constantes no presente instrumento, declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis.

V I

Que as demais cláusulas e condições do Contrato Social e posterior Alteração Contratual, que não foram alteradas e revogadas pelo presente documento de Alteração Contratual, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem assim de perfeito acordo entre si, assinam o presente instrumento de Alteração Contratual, em 3(tres) vias de igual teor e forma, na presença de 2(duas) testemunhas, para que depois de Registrado, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Novo Hamburgo, 01 de Junho de 1989.



CARLOS GUSTAVO SCHUNCK



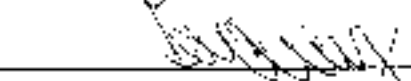
CARLOS ERNESTO OSTERKAMP



ILARDI EBERT SCHUNCK

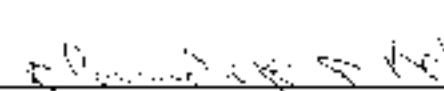
TESTEMUNHAS:

1ª



LUIZ CARLOS DE VARGAS

2ª



CLAUDETE TERESINHA KEHL

" ALTERAÇÃO CONTRATUAL "40
2

Que fazem entre si, CARLOS GUSTAVO SCHUNCK, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Rua Vasco da Gama, 241 Bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo-RS, com RG nº 8008063985 e CIC nº 185.361.900-00 e CARLOS ERNESTO OSTERKAMP, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Av. Cel. Frederico Lunck, 895 aptº 303 Centro em Novo Hamburgo-RS, com RG nº 7007817443 e CIC 122.643.690-00, únicos sócios componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que gira na praça de NOVO HAMBURGO-RS, na Rua Santa Maria, nº 181 Bairro Ideal, sob a Denominação Social de " TRESCIE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA. ME ", com Contrato Social e Última Alteração Contratual devidamente arquivadas na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul, sob nº 43201482969 em 29.03.88 e nº 974285 em 29.06.89, respectivamente, inscrita no CUC/MF sob nº 92.069.442/0001-02, resolver de comum acordo alterar o referido Contrato Social e posteriores Alterações Contratuais, e o fazem mediante as cláusulas e condições a seguir:

I

Que a partir da presente data, neste ato, alteram o endereço para a Rua Santa Maria, nº 180 Bairro Ideal em NOVO HAMBURGO-RS.

I I

Que neste ato e nesta data, alteram o capital social de CR\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos cruzeiros) para CR\$ 2.250.000,00 (Dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), mediante o aproveitamento de:

RESERVA CORREÇÃO MONETÁRIA DE CAPITAL	CR\$ 780.553,77
RESERVAS DE LUCROS	CR\$ 1.464.246,23
T O T A L	CR\$ 2.244.800,00

I I I

Fica as disposições contidas na cláusula II (Segunda), o capital social no valor de CR\$ 2.250.000,00 (Dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros) fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

CARLOS GUSTAVO SCHUNCK	CR\$ 1.125.000,00
CARLOS ERNESTO OSTERKAMP	CR\$ 1.125.000,00
T O T A L	CR\$ 2.250.000,00

I V

Que as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Social e posteriores Alterações Contratuais, que não foram alteradas e revocadas pelo presente documento de Alteração Contratual, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem assim justos e de perfeito acordo entre si, assinam o presente instrumento de Alteração Contratual em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, para que depois de registrado, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Novo Hamburgo, 26 de Abril de 1991.


CARLOS GUSTAVO SCHUNCK

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Que fazem entre si, CARLOS GUSTAVO SCHUNCK, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Rua Vasco da Gama, 241 Bairro Santo Afonso de Novo Hamburgo-RS, com RG nº 8008983985 e CIC nº 185.367.900-00 e CARLOS ERNESTO CSFERKAMP, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Av. Cel. Frederico Linck, 895 aptº 303 Centro em Novo Hamburgo-RS, com RG nº 7007817443 e CIC 122.643.690-00, únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, que gira na praça de NOVO HAMBURGO-RS, na Rua Santa Maria, nº 180 Bairro Ideal, sob a Denominação Social de " **TRESCHE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA. ME** " com Contrato Social e última Alteração Contratual devidamente arquivadas na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul, sob nº 43201482989 em 29.03.88 e nº 1118376 em 07.05.91, respectivamente, inscrita no CGC/MF sob nº 92.069.442/0001-02, resolvem de comum acordo alterar o referido Contrato Social e suas posteriores Alterações Contratuais, e o fazem mediante as cláusulas e condições a seguir:

I

Que neste ato e nesta data, alteram o seu endereço para à Rua Treze de Maio, 102 Bairro Industrial na cidade de NOVO HAMBURGO, neste Estado.

II

Que neste ato e nesta data, é admitida na presente sociedade, como nova sócia, ILIRDI EBERT SCHUNCK, Brasileira, casada, industrial, residente e domiciliada na Rua Vasco da Gama, 241 Bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo-RS. portadora da Cédula de Identidade nº 3001351363, expedida pela SSP-RS em 11.01.83 e CIC sob nº 177.785.960-00.

III

Que retira-se da presente sociedade, neste ato e nesta data, o sócio CARLOS ERNESTO CSFERKAMP, já qualificado, que cede e transfere a sua cota de capital social no valor de CR\$ 1.125.000,00 (Um milhão, cento e vinte e cinco mil cruzeiros), da seguinte forma:

CR\$ 900.000,00 (Novecentos mil cruzeiros) para o sócio remanescente CARLOS GUSTAVO SCHUNCK e CR\$ 225.000,00 (Duzentas e vinte e cinco mil cruzeiros) para a nova sócia ILIRDI EBERT SCHUNCK, pelo que dá plena, geral e irrevogável quitação, nada mais tendo a receber nem a reclamar, dos sócios nem da sociedade, retirando-se pago e satisfeito.

IV

Faz as disposições contidas nas cláusulas II (Segunda) e III (Terceira), o capital social permanece inalterado, ou seja, CR\$ 2.250.000,00 (Dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros) e distribuição entre os sócios da seguinte forma:

CARLOS GUSTAVO SCHUNCK	CR\$ 2.025.000,00
ILIRDI EBERT SCHUNCK	CR\$ <u>225.000,00</u>
T O T A L	CR\$ 2.250.000,00

V

Que os sócios constantes no presente documento, declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei, que os impeçam de exercer atividades nor-

V I


Que a partir da presente data, a gerência da sociedade, será exercida somente pelo sócio CARLOS GUSTAVO SCHUNCK.

V I I

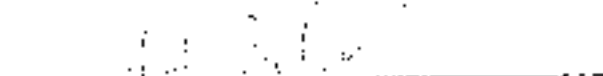
Que as demais cláusulas e condições do Contrato Social e posteriores Alterações Contratuais, que não foram alteradas e revogadas pelo presente documento de Alteração Contratual, permaneçam em pleno vigor.

E, por estarem assim justos e de perfeito acordo entre si, assinam o presente instrumento de Alteração Contratual, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, para que depois de registrado, produza seus jurídicos e legais efeitos.

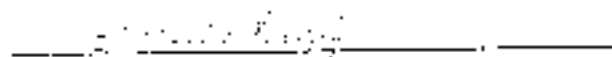
Novo Hamburgo, 20 de Fevereiro de 1992.



CARLOS GUSTAVO SCHUNCK




ELVIRA EBERT SCHUNCK

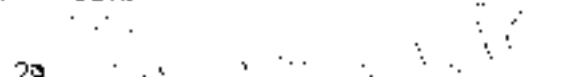


CARLOS ERNESTO OSTERKAMP

TESTEMUNHAS:

1º 

SÉRGIO PORCIÚNCULA

2º 

CLAUDETE TERESINHA KEHL

12

63

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE

"TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA. ME"

CARLOS GUSTAVO SCHUNCK, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Rua Monte Castelo, nº 241, Bairro Santo Afonso, CEP 93425-170, em Novo Hamburgo - RS, inscrito no CPF sob nº 185.361.900-00, portador da Cédula de identidade nº 8008083985 expedida pela SSP-RS em 24/11/1976;

ILIRDI EBERT SCHUNCK, brasileira, casada, industrial, residente e domiciliada na Rua Monte Castelo, nº 241, Bairro Santo Afonso, CEP 93425-170, em Novo Hamburgo - RS, inscrita no CPF sob nº 177.785.900-00, portadora da cédula de identidade nº 3001361363 expedida pela SSP-RS em 11/03/1984;

Sócios componentes da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, que gira nesta praça sob a denominação social de:

TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA. ME

Empresa estabelecida com sua sede social na Rua Treze de Maio, nº 102, Bairro Industrial, em Novo Hamburgo-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.069.442/0001-02, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, em 29 de Março de 1988, sob nº 43.201.482.989, e última Alteração Contratual arquivada nesta mesma Junta Comercial em 06 de Abril de 1992, sob nº 1.165.001

Resolvem de comum acordo, alterar e consolidar seu Contrato Social e o fazem pela forma que segue:

164

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

I

A denominação social da sociedade passa a ser "TRESCZ INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.".

II

O Capital Social no valor de Cr\$ 2.250.000,00 (Dois Milhões, Duzentos e Cinquenta Mil Cruzeiros) atualizado nesta data, conforme a moeda corrente vigente, passa a ser de R\$ 0,82 (Oitenta e Dois Centavos de Reais)

O Capital Social é elevado de R\$ 0,82 (Oitenta e Dois Centavos de Reais), para R\$ 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais), cujo aumento no valor de R\$ 54.999,18 (Cinquenta e Quatro Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Dezoito Centavos), foi integralizado mediante o aproveitamento do saldo das contas, existentes na contabilidade social da empresa, conforme demonstrado abaixo:

Identificação	Valor - R\$
Reserva Correção Monetária do Capital	6.290,03
Lucros Acumulados	48.709,15
Total do Aumento do Capital Social	54.999,18

III

Com as alterações referidas na Cláusula II, acima, o Capital Social da empresa fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Nº	Nome dos Sócios	Part. %	Capital em R\$
01	Carlos Gustavo Schunck	90,00%	49.500,00
02	Iliridi Ebert Schunck	10,00%	5.500,00
03	TOTAL	100,00%	55.000,00

IV

A gerência da sociedade será exercida por ambos os Sócios, em conjunto ou separadamente, que representarão a sociedade ativa e passiva, em juízo ou fora dele, mas somente em negócios exclusivos aos fins da sociedade, não podendo em nome dela, prestar avais, abonos, endossos ou quaisquer outros atos de negociação estranhas aos objetivos da sociedade, nem para com terceiros.

ES

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, FORO, DURAÇÃO E OBJETO

Art.1º - A sociedade girará sob a denominação social de: "INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA.", regendo-se pelo presente contrato e pelas disposições legais aplicáveis.

Art.2º - A sociedade tem sede na Rua Treze de Maio, nº 102, Bairro Industrial, em Novo Hamburgo, RS, CEP 93320-510, e foro judicial na mesma cidade.

Art.3º - O prazo de duração da presente sociedade será por tempo indeterminado, com suas atividades iniciadas em 31 de Março de 1988.

Art.4º - A sociedade tem por objetivo social a INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CALÇADOS E METALÚRGICA EM GERAL.

DO CAPITAL SOCIAL, SUA SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

Art.5º - O capital social que é de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais), totalmente subscrito e integralizado, é distribuído entre os sócios, na seguinte forma:

Nº	Nome dos Sócios	Part. %	Capital em R\$
01	Carlos Gustavo Schunck	90,00%	49.500,00
02	Hirldi Ebert Schunck	10,00%	5.500,00
03	TOTAL	100,00%	55.000,00

Art.6º - A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante total do capital social, em conformidade com o disposto no art.2º, do decreto nº 3.708, de Janeiro de 1919.

DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

Art.7º - A gerência da sociedade será exercida por ambos os Sócios, em conjunto ou separadamente, que representarão a sociedade ativa e passiva, em juízo ou fora dele, mas somente em negócios exclusivos aos fins da sociedade, não podendo em nome dela, prestar avais, abonos, endossos ou quaisquer outros atos de negociação estranhas aos objetivos da sociedade, nem para com terceiros.

Art.8º - Os sócios-gerentes receberão o *pro-labore*, conforme permitido pela legislação do Imposto de Renda em vigor e convencionada entre ambos.

65

DA CESSÃO DE QUOTAS

Art.9º - A cessão e transferência de quotas de capital somente poderá realizar-se após o oferecido, por escrito, aos quotistas remanescentes, das quotas pretendidas alienar. Os quotistas remanescentes contarão com prazo de 60 (sessenta) dias, para manifestarem-se acerca de seus interesses na aquisição das cotas ofertadas.

Parágrafo Primeiro - O quotista que se retira da sociedade, receberá seus haveres em 12 (Doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, sem juros, corrigidos monetariamente.

DA EXCLUSÃO, RETIRADA, FALECIMENTO, OU INSOLVÊNCIA DE QUOTISTA

Art.10º - Ocorrendo a exclusão, a retirada, o falecimento, ou a falência de sócio, a sociedade não se dissolverá, e os seus haveres serão pagos aos legítimos herdeiros, na forma da lei.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Art.11º - O exercício social começará a 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano.

Art.12º - Anualmente, em 31 de Dezembro, será efetuado um Balanço Patrimonial Geral.

DA DISSOLUÇÃO OU LIQUIDAÇÃO

Art.13º - A liquidação da sociedade poderá ocorrer nos casos previstos em lei ou por deliberação de sócios quotistas que representem a maioria do capital social, determinando o modo de liquidação, nomeando liquidante, determinando seus poderes e remunerações.

DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Art.14º - As deliberações sociais serão tomadas sempre pela maioria simples do capital social e serão vinculatórias, obrigando a todos os quotistas. As alterações contratuais decorrentes serão passíveis de registro no Registro da Junta Comercial do Rio Grande do Sul, dispensando-se, pois, a assinatura do sócio dissidente. Ao dissidente é assegurado o direito de retirada da sociedade, anuindo-se e pagando-se os seus haveres na forma como

107

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.15º - Os sócios no preâmbulo do presente instrumento, declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis

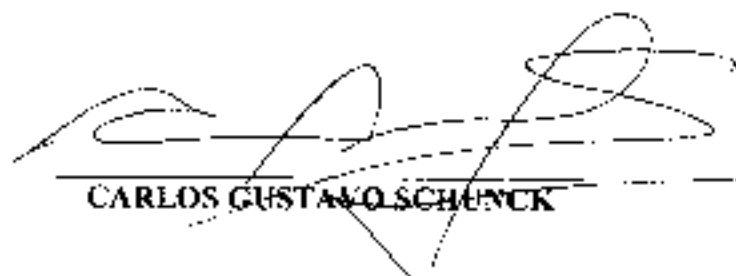
Art.16º - Qualquer alteração do contrato dependerá, sempre, da aprovação de quotistas que representem a maioria simples do capital social, exceto nas matérias específicas em que o presente contrato exige quorum mais qualificado, dispensando-se, pois, a assinatura dos demais.

Parágrafo Único - Sócios quotistas representantes da maioria simples do capital poderão observado o disposto do caput deste artigo, a qualquer tempo, deliberar sobre todos e quaisquer assuntos, inclusive a respeito das seguintes matérias, promovendo a alteração contratual correspondente: a) alteração do contrato social, inclusive de seu objeto; b) aumento de capital; c) aprovação anual das contas da Diretoria e destinação dos lucros; d) dissolução da sociedade e providências atinentes; e) incorporação de outra empresas; f) transformação do tipo jurídico da sociedade; g) incorporação da sociedade por outra, sua cisão ou fusão; h) substituição ou destituição de gerentes

Art.17º - A Sociedade passa a reger-se doravante única e exclusivamente pelos artigos e condições estabelecidas no presente instrumento contratual, ficando por conseguinte, sem vigor e revogadas as disposições previstas no Contrato Social Primitivo e alterações posteriores.

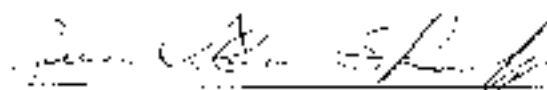
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (Três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas instrumentárias


Novo Hamburgo, 03 de Julho de 2000.



CARLOS GUSTAVO SCHUNCK


ULIRIO EBERT SCHUNCK

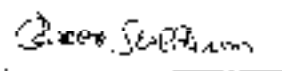
Testemunhas:


Romeu Vilmar Strassburger
RG: 9015312681 - ÓRGÃO: SSP/RS
EMIÇÃO: 16.01.1979


Gladis Romilda Bohn Reichert
RG: 5029059523 - ÓRGÃO: SSP/RS
EMIÇÃO: 25.01.1990

 JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 03/06/2000
CDD NÚMERO:
1561811

Protocolo: 00/130334-8


KAREN STALLBAUM
SECRETÁRIA-GERAL

68

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL

RESOLUÇÃO Nº 000008/2015, de 11/03/2015

CARLOS GUSTAVO SCHUNCK, brasileiro, natural da cidade de Tejuapua - RS, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade de Novo Hamburgo-RS, na Rua Monte Castelo, 241 Bairro Santo Afonso, CEP. 93425-170, portador da Cédula de Identidade nº 3008083985, expedida pela SSP/RS, em 24/11/1976, e inscrito no CPF sob nº 185.361.900-07,

ILIRDI EBERT SCHUNCK, brasileira, natural da cidade de Getúlio Vargas - RS, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliado na cidade de Novo Hamburgo-RS, na Rua Monte Castelo, 241 Bairro Santo Afonso, CEP. 93425-170, portadora da Cédula de Identidade nº 3001361363, expedida pela SSP/RS, em 11.03.83, e inscrita no CPF sob nº 177.785.900-08,

Sócios componentes da sociedade empresária limitada, que gira nesta praça com o nome empresarial de **RELIÇÃO DE SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA - EPP**, empresa estabelecida com sua sede social na Rua Treze de Maio, nº 102, Bairro Industrial, em Novo Hamburgo - RS, inscrita no CNPJ sob nº 82.969.442/0001-02, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, em 29 de Março de 1988, sob nº 42.231-482989, e última Alteração Contratual arquivada nesta mesma Junta Comercial em 05 de Agosto de 2000, sob nº 1951811.

RESOLVEM de comum acordo, alterar e consolidar o Contrato Social da sociedade, para a prática dos seguintes atos

- Alterações para adequação do contrato social ao Novo Código Civil
- Consolidação do Contrato Social

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

a) Alterações para adequação ao Novo Código Civil.

Cláusula Primeira - Deliberam os quotistas alterar as cláusulas "quinta", "sexta", "sétima", "oitava", "nona", "décima", "décima primeira", "décima terceira", "décima quarta", "décima quinta", e "décima sexta", que passam a ter a seguinte redação:

Cláusula Quinta - O capital social que é de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais), totalmente integralizado, dividido em 55.000 (cinquenta e cinco mil) quotas, no valor de R\$1,00 (hum real) por quota, e distribuição entre os sócios, da seguinte forma:

Nº	Nome do Quotista	Quotas	Part. em %	Capital em R\$
01	Carlos Gustavo Schunck	49.500	90,00%	49.500,00
02	Iliridi Ebert Schunck	5.500	10,00%	5.500,00
	TOTAIS	55.000	100,00%	55.000,00

Cláusula Sexta - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

69

Cláusula Sétima - A administração da sociedade será exercida por ambos os sócios, em conjunto ou separadamente, que representarão a sociedade ativa e passiva, em juízo ou fora dele, mas somente em negócios exclusivos aos fins da sociedade, não podendo em nome dela, prestar aval, abonos, endossos ou quaisquer outros atos de negociação estranhos aos objetivos da sociedade, nem para com terceiros.

Cláusula Oitava - Os administradores receberão o pró-labore, conforme permitido pela legislação do Imposto de renda e vigor e convencionalizado entre ambos.

Cláusula Nona - A cessão e transferência de quotas, a título oneroso ou gratuito, para a empresa, cotista ou terceiros, deverá seguir as regras indicadas nos parágrafos seguintes.

Parágrafo Primeiro - O cotista que quiser transferir ou vender cotas, deverá enviar uma opção de compra e venda à administração da empresa, indicando o preço de cada cota, sua quantidade, condições de pagamento e o nome do pretendente, se houver, podendo a administração sub-rogar uma opção aos cotistas, que preferir a terceiros, tanto por tanto.

Parágrafo Segundo - A opção de compra e venda, prevista no parágrafo anterior, obriga o cotista outorgante perante cotistas e terceiros pretendentes. A transferência não poderá realizar-se por preço inferior ou em condições diversas das oferecidas aos demais cotistas.

Parágrafo Terceiro - É assegurada a preferência a sociedade, em detrimento de terceiros e aos cotistas, na aquisição das próprias cotas. A sociedade, uma vez notificada da pretensão de venda das cotas, por qualquer dos cotistas, terá o prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar sua intenção de preferência.

Parágrafo Quarto - No silêncio da sociedade, os quotistas remanescentes, então, uma vez decorrido o prazo supra, terão o prazo de sessenta (60) dias, contados do último dia do prazo acima, para exercer em parte ou em todo, o direito preferencial na compra de cotas.

Parágrafo Quinto - Aos cotistas interessados é assegurada a preferência na aquisição das cotas na proporção do capital de cada um, sendo-lhes acrescida a parte não utilizada pelos demais, tanto nas transferências entre cotistas quanto na afetação de quotas mantidas em Tesouraria pela sociedade.

Parágrafo Sexto - Para aquisição de suas próprias quotas a sociedade não poderá pagar por elas preço superior ao resultado da divisão do patrimônio líquido contábil do último balanço encerrado em 31 de dezembro, pelo número de quotas em que for dividido o capital social.

Parágrafo Sétimo - Se a sociedade e/ou cotistas não se interessar em pela aquisição das quotas em parte delas, a transferência a terceiros fica livre, respeitando o disposto no parágrafo 2º desta cláusula.

Parágrafo Oitavo - A transferência de cotas, em virtude de transmissão por sucessão universal ou legado, somente se fará mediante afetação do Contrato Social em face do documento hábil que ficar em poder da sociedade.

Parágrafo Nono - Não estarão sujeitas às disposições normativas da presente cláusula as transferências de quotas a título de doação gratuita em favor de descendentes de quotistas, bem como as relativas a venda ou incorporação a sociedade de administração de bens, desde que o controle do capital e do voto permaneça nas mãos do cedente ou de seus descendentes.

Parágrafo Décimo - A transferência de cotas por arrematação ou outro ato judicial não dará direito, ao arrematante ou adquirente, de ingressar na sociedade. Os haveres das cotas respectivas serão

40

apurados em balanço geral, especialmente levantado na data do evento, e os haveres correspondentes serão pagos a quota de direito em 60 (sessenta) parcelas, iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 dias após a data do balanço geral.

Cláusula Décima - Em caso de falecimento ou retirada de algum dos sócios, após observados os preceitos contidos nos parágrafos "Terceiro" e "Quarto", da cláusula "Nona", os herdeiros e o retirante, se não adquiridas as cotas pela sociedade ou pelos cotistas remanescentes, receberão os seus haveres em 24 parcelas mensais, iguais e consecutivas, apurados mediante balanço geral especialmente levantado para este fim, na data do evento respectivo, e o valor das parcelas será corrigido mensalmente, pelo índice oficial que reflita integralmente a perda monetária da moeda, da data do encerramento do referido balanço até a data do vencimento ou pagamento efetivo de cada parcela.

Cláusula Décima Primeira - O exercício social começará em 01 de janeiro e terminará 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro: Os lucros líquidos ou prejuízos apurados, depois de feitas as provisões e reservas não tributadas pelo imposto de renda, receberão a destinação segundo o que for deliberado pela maioria dos sócios cotistas presentes à reunião, obedecido em qualquer caso, o disposto nos arts. 1.007, 1.008 e 1.009 do Código Civil.

Parágrafo Segundo: A sociedade poderá levantar balanços intercalares durante os exercícios para apuração parcial de seus resultados, podendo, neste caso, deliberar pela distribuição de lucros e prejuízos aos seus cotistas, segundo o que for deliberado em reunião destes, observado o disposto no "caput" supra.

Parágrafo Terceiro: A deliberação contida no parágrafo anterior será lançada em 2º folio de atas de reuniões e cotistas, previamente convocados para este fim, levada a registro perante o registro do comércio. Fica dispensada a publicação de convocação à reunião na qual se fizerem presentes cotistas que representem a totalidade do capital social.

Parágrafo Quarto: Anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão com o seguinte objetivo: a) tomar as contas dos administradores; b) deliberar sobre o inventário; c) deliberar sobre o balanço patrimonial e do resultado econômico e; d) tratar de qualquer assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Quinto: Dispensa-se a obrigatoriedade de prévia convocação para a reunião anual de cotistas, referida no parágrafo anterior, quando esta se der com a presença de todos os sócios e todos tenham recebido, previamente, cópias dos documentos relativos às contas dos administradores, cópia do balanço patrimonial e das contas de resultado econômico, e do inventário levantado pelos administradores.

Cláusula Décima Terceira - A sociedade entrará em liquidação caso dissolver-se nos casos previstos pela legislação civil em vigor, cabendo aos quotistas estabelecer a forma da liquidação, nomear o liquidante, especificando os seus poderes e remuneração.

Cláusula Décima Quarta - As deliberações sociais dependem dos votos correspondentes a no mínimo três quartos do capital social, nos casos de modificação do estatuto social, incorporação, fusão, dissolução da sociedade, e a cessação do estado de liquidação; pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos de designação dos administradores quando feita em separado, a destituição dos administradores, o modo de sua remuneração quando não estabelecida em contrato e o pedido de concordata, pelos votos correspondentes a totalidade do capital social nos casos de aprovação das contas da administração, nomeação e destituição dos liquidantes e o

juízo de contas; e ainda, pela maioria dos votos presentes nos demais casos previstos na lei ou no estatuto, se este não exigir maioria mais elevada.

Cláusula Décima Quinta - A transformação em qualquer outro tipo jurídico da sociedade, somente poderá ser formalizada com o consentimento de todos os sócios.

Cláusula Décima Sexta - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, FORO, DURAÇÃO E OBJETO.

Cláusula Primeira - A sociedade gira nesta praça com o nome empresarial de **INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CALÇADOS E METALURGICA EM GERAL**, regendo-se pelo presente contrato e pelas disposições legais aplicáveis.

Cláusula Segunda - A sociedade tem sede na Rua Treze de Maio, nº 102, Bairro Industrial do Novo Hamburgo / RS, CEP 93320-510 e foro judicial na mesma cidade.

Cláusula Terceira - O prazo de duração da presente sociedade será por tempo indeterminado, com suas atividades iniciadas em 31 de Março de 1988.

Cláusula Quarta - A sociedade tem por objetivo social a **INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CALÇADOS E METALÚRGICA EM GERAL**.

DO CAPITAL SOCIAL SUA SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

Cláusula Quinta - O capital social que é de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais), totalmente integralizado, dividido em 55.000 (cinquenta e cinco mil) quotas, do valor de R\$1,00 (um real) por quota, é distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

Nº.	Nome do Quotista	Quotas	Part. em %	Capital em R\$
01	Carlos Gustavo Schunk	49.500	90,00%	49.500,00
02	Ildeu Fbert Schunck	5.500	10,00%	5.500,00
	TOTAIS	55.000	100,00%	55.000,00

Cláusula Sexta - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Sétima - A administração da sociedade será exercida por ambos os Sócios, em conjunto ou separadamente, que representam a sociedade ativa e passiva, em juízo ou fora dele, mas



somente em negócios exclusivos aos fins da sociedade, não podendo em nome dela, prestar avais, abonos, endossos ou quaisquer outros atos de negociação estranhos aos objetivos da sociedade, nem para com terceiros.

Cláusula Oitava - Os administradores receberão o pró-labore, conforme permitido pela legislação de Imposto de Renda em vigor e convencionalizado entre ambos.

DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula Nona - A cessão e transferência de quotas, a título oneroso ou gratuito, para a empresa, cotista ou terceiros, deverá seguir as normas indicadas nos parágrafos seguintes.

Parágrafo Primeiro - O cotista que quiser transferir ou vender quotas, deverá enviar uma opção de compra e venda à administração da empresa, indicando o preço de cada quota, sua quantidade, condições de pagamento e o nome do pretendente, se houver, podendo a administração sub-rogar esta opção aos cotistas, que preferem a terceiros, tanto por tanto.

Parágrafo Segundo - A opção de compra e venda, prevista no parágrafo anterior, obriga o cotista outorgante perante cotistas e terceiros pretendentes. A transferência não poderá realizar-se por preço inferior ou em condições diversas das oferecidas aos demais cotistas.

Parágrafo Terceiro - É assegurada a preferência à sociedade, em detrimento de terceiros e aos cotistas, na aquisição das próprias cotas. A sociedade, uma vez notificada da pretensão de venda das cotas, por qualquer dos cotistas, terá o prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar sua intenção de preferência.

Parágrafo Quarto - No silêncio da sociedade, os quotistas remanescentes, então, uma vez decorrido o prazo supra, terão o prazo de sessenta (60) dias, contados do último dia do prazo acima, para exercer em parte ou em todo, o direito preferencial na compra de cotas.

Parágrafo Quinto - Aos cotistas interessados é assegurada a preferência na aquisição das cotas na proporção do capital de cada um, sendo-lhes reservada a parte não utilizada pelos demais tanto nas transferências entre cotistas quanto na alienação de quotas mantidas em Tesouraria pela sociedade.

Parágrafo Sexto - Para aquisição de suas próprias quotas a sociedade não poderá pagar por elas preço superior ao resultado da divisão do patrimônio líquido contábil do último balanço encerrado em 31 de dezembro, pelo número de quotas em que for dividido o capital social.

Parágrafo Sétimo - Se a sociedade ou cotistas não se interessarem pela aquisição das quotas ou parte delas, a transferência das mesmas a terceiros fica livre, respeitando o disposto no parágrafo 2º desta cláusula.

Parágrafo Oitavo - A transferência de cotas, em virtude de transmissão por sucessão universal ou legado, somente se fará mediante alteração de Contrato Social em face de documento hábil que ficará em poder da sociedade.

Parágrafo Nono - Não estarão sujeitas às disposições normativas da presente cláusula as transferências de quotas a título de doação gratuita em favor de descendentes de quotistas, bem como as relativas a venda ou incorporação à sociedade de administração de bens, desde que o conteúdo do capital e de voto permaneça nas mãos do cedente ou de seus descendentes.

Parágrafo Décimo - A transferência de cotas por arrematação ou outro ato judicial não dará direito, ao arrematante ou adjudicatário, de ingressar na sociedade. Os haveres das cotas respectivas serão

43

apurados em balanço geral, especialmente levantado na data do evento, e os haveres correspondentes serão pagos a quem do direito, em 60 (sessenta) parcelas, iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 dias após a data do balanço geral.

DA EXCLUSÃO, RETIRADA, FALLECIMENTO, OU INSOLVÊNCIA DE QUOTISTA.

Cláusula Décima Em caso de falecimento ou retirada de algum dos sócios, após observados os preceitos contidos nos parágrafos "Terceiro" e "Quarto", da cláusula "Nona", os herdeiros e o retirante, se não adquiridas as cotas pela sociedade ou pelos cotistas remanescentes, receberão os seus haveres em 24 parcelas mensais, iguais e consecutivas, apuradas mediante balanço geral especialmente levantado para este fim, na data do evento respectivo, e o valor das parcelas será corrigido mensalmente, pelo índice oficial que reflita integralmente a perda monetária da moeda, da data do encerramento do referido balanço até a data do vencimento ou pagamento efetivo de cada parcela.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Cláusula Décima Primeira – O exercício social começará em 01 de janeiro e terminará 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, dentro dos quatro meses subsequentes, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultados, conforme previsto no parágrafo "quarto", abaixo.

Parágrafo Primeiro: Os lucros líquidos ou prejuízos apurados, depois de feitas as provisões e reservas não tribuadas pelo imposto de renda, receberão a destinação segundo o que for deliberado pela maioria dos sócios cotistas presentes à reunião, obedecendo em qualquer caso, o disposto nos arts. 1.001, 1.005 e 1.009 do Código Civil.

Parágrafo Segundo: A sociedade poderá levantar balanços intercalares durante os exercícios para apuração parcial de seus resultados, podendo, neste caso, deliberar pela distribuição de lucros e prejuízos aos seus cotistas, segundo o que for deliberado em reunião destes, observado o disposto no "caput" supra.

Parágrafo Terceiro: A deliberação contida no parágrafo anterior será lavrada em livro de atas de reuniões e cotistas, previamente convocados para este fim, lavrada e registrada perante o registro do Comércio. Fica dispensada de convocação a reunião na qual se fizerem presentes cotistas que representem a totalidade do capital social.

Parágrafo Quarto. Anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios se reunirão com o seguinte objetivo: a) tomar as contas dos administradores; b) deliberar sobre o inventário; c) deliberar sobre o balanço patrimonial e do resultado econômico e, d) tratar de qualquer assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Quinto: Dispensa-se a obrigatoriedade de prévia convocação para a reunião anual de cotistas, referido no parágrafo anterior, quando esta se der com a presença de todos os sócios e todos tenham recebido, previamente, cópias dos documentos relativos às contas dos administradores, cópia do balanço patrimonial e das contas do resultado econômico, e do inventário levantado pelos administradores.

Cláusula Décima Segunda - Anualmente, em 31 de Dezembro, será efetuado um Balanço Patrimonial Geral.

24

DA DISSOLUÇÃO E/OU LIQUIDAÇÃO

Cláusula Décima Terceira - A sociedade entrará em liquidação e/ou dissolver-se-á nos casos previstos pela legislação civil em vigor, cabendo aos quotistas estabelecer a forma de liquidação, nomear o liquidante, especificando os seus poderes e remuneração.

DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Décima Quarta - As deliberações sociais dependem dos votos correspondentes a no mínimo três quartos do capital social, nos casos de modificação do contrato social, incorporação, fusão, dissolução da sociedade, e a cessação de estado de liquidação; pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos de designação dos administradores quando feita em separado, a destituição dos administradores, o modo de sua remuneração quando não estabelecida em contrato e o pedido de concordata, pelos votos correspondentes a totalidade do capital social nos casos de aprovação das contas da administração, nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas e ainda, pela maioria dos votos presentes nos demais casos previstos na lei ou no contrato, se este não exigir maioria mais elevada.

Cláusula Décima Quinta - A transformação em qualquer outro tipo jurídico da sociedade, somente poderá ser formalizada com o consentimento de todos os sócios.

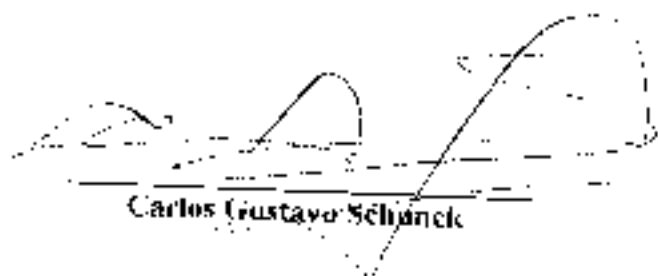
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Sexta - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Sétima - A sociedade passa a reger-se doravante única e exclusivamente pelos artigos e condições estabelecidas no presente instrumento contratual, ficando, por conseguinte, sem vigor e revogadas as disposições previstas no Contrato Social Primário e alterações posteriores.

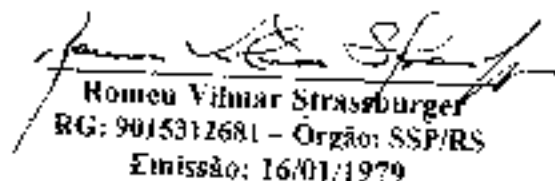
É, por estarem justos e de perfeito acordo, fizeram lavrar a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, que assinam com as testemunhas abaixo.

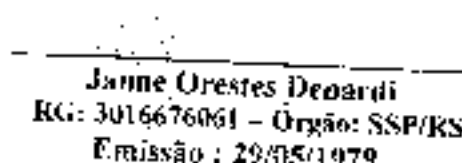
Novo Hamburgo/RS, 06 de fevereiro de 2004.


Carlos Gustavo Schunck


Ilirio Ebert Schunck

TESTEMUNHAS:


Romeu Vilmar Strassburger
RG: 9015312681 - Órgão: SSP/RS
Emissão: 16/01/1979


Jaime Orestes Denardi
RG: 3016676061 - Órgão: SSP/RS
Emissão: 29/05/1979

15

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA

TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA.

CNPJ: 92.069.442/0001-02

ILIRDI EBERT SCHUNCK

– brasileira, viúva, empresária residente e domiciliada à rua Monte Castelo nº 241, Bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo-RS, portador da cédula de identidade sob nº 3001361363 expedida pela SSP/RS, Instituto de identificação de Porto Alegre-RS em 11.03.1983 e inscrita no CPF nº 177.785.900-00.

Única sócia remanescente e meeira do espólio de Carlos Gustavo Schunck componente da sociedade limitada que gira nesta praça sob a denominação social de **TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA**, com sede e foro à Rua Treze de Maio nº 102, Bairro Industrial em Novo Hamburgo-RS, com seus atos constitutivos arquivados na MM Junta Comercial do Rio Grande do Sul em Porto Alegre-RS, sob nº 402 014.829.89 em 29/03/1988 e última alteração contratual sob nº 2440196 em 14/06/2004, inscrita no CNPJ sob nº 92.069.442/0001-02, resolveram em comum acordo alterar o seu contrato social inicial e alterações anteriores e o fazem mediante instrumento de folhas 001 a 005 nas seguintes condições e cláusulas:

I

Retira-se da sociedade neste ato **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK**, já antes qualificado, em razão de seu óbito, sendo suas quotas, correspondente a 90% do capital social, no valor total de R\$ 49.500,00, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, transferidas por Escritura Pública em Inventário e Partilha Amigável, que consta no livro de contratos nº 104, fl. 150 sob nº 19054 do 2º Tabelionato de Notas de Novo Hamburgo-RS, em parte para o herdeiro **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK JÚNIOR**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador do CPF nº 821.525.510-97 e cédula de identidade sob nº 7079708371 expedida em 29/08/2008 pela SSP/RS, residente e domiciliado à Rua Emilio Bós, nº 329, apto. 1 em Campo Bom-RS, CEP: 93700-000, o valor de R\$ 12.375,00, no valor nominal de R\$ 1,00 cada quota, correspondente a 25% de sua participação no capital social da empresa, já totalmente integralizado, sendo

I

46

parte para a herdeira **KELLY CRISTINE SCHUNCK**, brasileira, solteira, maior, nascida em 21/09/1984 empresária, portadora do CPF nº 034.749.900-10 e cédula de identidade sob nº 7079931155 expedida em 03/07/1997 pela SJS/RS, residente e domiciliada à Rua Monte Castelo, nº 241 Bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo-RS, CEP. 93425-170, no valor de R\$ 12.375,00, no valor nominal de R\$ 1,00 cada quota, correspondente a 25% de sua participação no capital social no capital da empresa, já totalmente integralizado e parte para a mãe e sócia remanescente **ILIRDI EBERT SCHUNCK**, já qualificada, o valor de R\$ 24.750,00, no valor de R\$ 1,00 cada quota, correspondente a 50% de sua participação no capital social da empresa, já totalmente integralizado

II

Ingressa na sociedade nesse ato, **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK JÚNIOR**, já qualificado, que subscreve 12.375 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma correspondente a 22,50% do capital social adquiridas por transferência do sócio retirante **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK**, já antes qualificado, parte de suas quotas equivalentes a 12.375 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 12.375,00, já totalmente integralizadas em moeda corrente nacional

III

Ingressa na sociedade nesse ato, **KELLY CRISTINE SCHUNCK**, já qualificada, que subscreve 12.375 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, correspondente a 22,50% do capital social adquiridas por transferência do sócio retirante **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK**, já antes qualificado, parte de suas quotas equivalentes a 12.375 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 12.375,00, já totalmente integralizadas em moeda corrente nacional

IV

A sócia **ILIRDI EBERT SCHUNCK** já antes qualificada eleva a sua participação no capital social da empresa, de 5.500 quotas para 30.250 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizadas em moeda corrente nacional mediante aquisição por transferência de parte das quotas do sócio retirante **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK**, já antes qualificado, parte esta, equivalente a 24.750 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 24.750,00, perfazendo um total de 30.250 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalizando R\$ 30.250,00, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional no ato da assinatura do presente instrumento

V

O capital social permanece inalterado em quantidade de quotas e em reais, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), correspondente a 55.000 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional no ato da assinatura do presente instrumento e distribuído entre os sócios na seguinte proporção:

f.f
C

-ILIRDI EBERT SCHUNCK- 30.250,00 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma correspondente a 55% do capital, no valor total deR\$ 30.250,00

-CARLOS GUSTAVO SCHUNCK JÚNIOR- 12.375 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma correspondente a 22,50% do capital, no valor total deR\$ 12.375,00

-KELLY CRISTINE SCHUNCK- 12.375,00 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, correspondente a 22,50% do capital, no valor total deR\$ 12.375,00

VALOR TOTAL DO CAPITAL SOCIAL R\$.....R\$ 55.000,00

VI

Retira-se da sociedade neste ato **KELLY CRISTINE SCHUNCK**, já antes qualificada, livre e exonerada de toda e qualquer responsabilidade, alienando, cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas recebidas por herança, correspondente a 12.375 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, no total de R\$ 12.375,00, correspondente a 22,50% do total do capital social para o nêo sócio **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK JÚNIOR**, já igualmente qualificado, pelo preço justo e acertado de R\$ 12.375,00, que serão pagos no ato da assinatura do presente instrumento, em moeda corrente nacional

VII

A sócia retirante **KELLY CRISTINE SCHUNCK** recebe neste ato do sócio adquirente **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK JÚNIOR**, em moeda corrente nacional, o valor total da alienação de suas quotas sociais, dando-se por plenamente paga e satisfeita de seus haveres, pelo presente instrumento presta aos sócios e à sociedade, plena, rasa, geral e irrevogável quitação e igualmente deles recebe para que nada mais possam uns dos outros reclamar a qualquer tempo, com fundamento na existência da sociedade, no seu contrato e na sua administração, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores a fazerem o presente instrumento sempre bom, firme e valioso a qualquer tempo

VIII

O sócio **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK JÚNIOR** eleva sua participação no capital social da empresa, de 12.375 quotas para 24.750 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizadas em moeda corrente nacional mediante aquisição por transferência das quotas da sócia retirante, **KELLY CRISTINE SCHUNCK**, já antes qualificado parte esta, equivalente a 12.375 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma no valor total de R\$ 12.375,00, perfazendo um total de 24.750 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalizando R\$ 24.750,00, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional no ato da assinatura do presente instrumento

IX

O capital social permanece inalterado em quantidade de quotas e em reais, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), correspondente a 55.000 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional no ato da assinatura do presente instrumento e distribuído entre os sócios na seguinte proporção:

-ILIRDI EBERT SCHUNCK- 30.250 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, correspondente a 55% do capital, no valor total de R\$ 30.250,00

CARLOS GUSTAVO SCHUNCK JÚNIOR- 24.750 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, correspondente a 45% do capital, no valor total de R\$ 24.750,00

VALOR TOTAL DO CAPITAL SOCIAL R\$.....R\$ 55.000,00

X

Responsabilidade dos sócios

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social

XI

A administração da sociedade a partir desta data será exercida por ambos os sócios **ILIRDI EBERT SCHUNCK** e **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK JÚNIOR**, já antes qualificados, que ficam desde já investidos de amplos e gerais poderes de administração, em conjunto ou isoladamente, para representar a sociedade ativa e passivamente em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, não necessitando de caução para o exercício de suas funções e perceberão mensalmente a título de pró-labore a importância que de comum acordo convencionarem entre si, respeitados os limites legais na data do pagamento ou crédito em conta particular na contabilidade social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO Em caso de alienação ou oneração sob qualquer forma de bens imóveis da sociedade, faz-se necessário a assinatura em conjunto de todos os sócios cotistas da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sociedade poderá também ser administrada por um Procurador, assim nomeado por instrumento público e/ou particular de procuração que deverá ser outorgada pelos dois sócios, que assinarão a procuração estabelecendo os poderes a serem exercidos pelo procurador e o prazo de validade da procuração, exceto quando for outorgada para Advogados, que não

49

conterá prazo de validade, podendo esta procuração ser renovada por períodos sucessivos, sempre a critério dos sócios que representem a totalidade do capital social.

XII

Permanecem em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato social inicial e alterações anteriores, em tudo aquilo que não contrariarem a presente alteração e no que não forem com ela incompatíveis.

XIII

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os sócios **ILIRDI EBERT SCHUNCK**, **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK JÚNIOR** e **KELLY CRISTINE SCHUNCK** declaram que não estão impedidos por lei especial, nem condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, bem como qualquer crime que impeça de exercer a atividade empresária.

E, por estarem de pleno acordo, justos e acertados, firmam o presente instrumento, lavrado em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que após registrado, produza os seus jurídicos e legais efeitos.

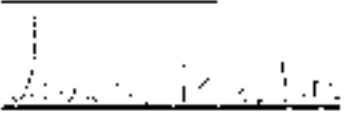
Novo Hamburgo, 05 de fevereiro de 2010.


ILIRDI EBERT SCHUNCK


CARLOS GUSTAVO SCHUNCK JÚNIOR


KELLY CRISTINE SCHUNCK

Testemunhas:


Leonice Käfer de Lima
SSP/RS 1024638338


Cléusa Teresinha Vivian Machado
SSP/RS 7034382841

CEATF DO REGISTRO EM 15/04/2011 SOB Nº 3208728

Protocolo: 10/03838E-C, DE 23/02/2010

Impressão: 43 2 0140298 9

Impressão: 11/02/2010 10:00:00

Sergio José Dalva Kuhl
SECRETÁRIO GERAL



MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

127.06523.68-0

NÚMERO

0325392

SÉRIE

001-0

UF

RS

Carlos Roberto Schmidt Junior

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



NOME **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK JUNIOR**

LOC. DE NASC. **NOVO HAMBURGO**

UF
RS

DATA DE NASCIMENTO
05/10/1981

FILIAÇÃO **CARLOS GUSTAVO SCHUNCK**

ILIRDI EBERT SCHUNCK

DOC. APRESENTADO **R.G. 7079708371 SJS RS**

ESTADO CIVIL **SOLTEIRO**

RENOVADO DE 10 DE MAIO DE 1995.

RG **7079708371**

CNH **00928930832**

CPF **821.525.510-87**

T. BLETOR

SEÇÃO

ZONA

NATURALIZADO PORT. M. J. Nº

DATA

LOCAL DA EMISSÃO **SDT/NOVO HAMBURGO**

12/1999

Rosário

ASSINATURA E CARIMBO DO EMISSOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL

02

CONTRATO DE TRABALHO

09

EMPREGADOR
05.529.038/0001-70

EMPRESA
DU DIGO DESCARTAVEIS LTDA. - EPP

ENDEREÇO
AV. PEDRO ADAMS FILHO...1215 B - FUNDOS
BAIRRO INDUSTRIAL - CEP 93320-001

MUNICÍPIO
NOVO HAMBURGO - RS UF

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO

Gestor Industrial

CBO Nº

2521105

DATA DE ADMISSÃO 15 DE Setembro DE 2017

REGISTRO Nº

FLS. / FICHA

472

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA

R\$ 3.200,00 (três mil

duzentos reais) P/m. + 40% insal.

DU DIGO DESCARTAVEIS LTDA

DATA DE SAÍDA

16 DE Junho

DE 2020

DU DIGO DESCARTAVEIS LTDA

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA

202320

30

ANOTAÇÕES GERAIS

(Anotações autorizadas por lei).

O portador da presente C.P. assinou Contrato de Experiência pelo prazo de 30 dias com início previsto em 15/09/17 e término em 14/10/17, podendo ser mutuamente rescindido por ambas as partes independente de Aviso Prévio.

DJ DIGO DESCARTÁVEIS LTDA

Data de Preenchimento dias após
aviso. 22/04/2020

DJ DIGO DESCARTÁVEIS LTDA

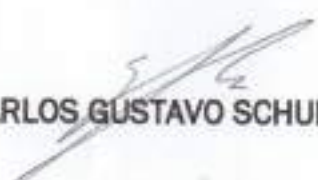


DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

CARLOS GUSTAVO SCHUNK JÚNIOR, brasileiro, técnico mecânico, inscrito no CPF sob o nº 821.525.510-87, portador de cédula de identidade nº 7079708371, residente e domiciliado na Rua Emílio Blos, nº 329, apto. 01, bairro Paulista, Campo Bom (RS), **DECLARA** não dispor de condições financeiras para arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu sustento próprio.

A presente declaração é feita com fulcro no art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal e artigo 98, do Código de Processo Civil, declarando, assim, ser pobre sob as penas das leis 1060/50 e 7115/83, ciente, portanto, a declarante de que, em caso de falsidade, ficará sujeita às sanções criminais, civis e administrativas previstas na legislação própria.

Novo Hamburgo, 15 de setembro de 2021.



CARLOS GUSTAVO SCHUNK JÚNIOR



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

ILIRDI EBERT SCHUNCK, brasileira, viúva, aposentada, inscrita no CPF sob o nº 177.785.900-00, portadora de cédula de identidade nº3001361363, residente e domiciliadas na Rua João Pedro Schmitt, nº 700, casa 4, Novo Hamburgo (RS), **DECLARA** não dispor de condições financeiras para arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu sustento próprio.

A presente declaração é feita com fulcro no art. 5º, Inc. LXXIV, da Constituição Federal e artigo 98, do Código de Processo Civil, declarando, assim, ser pobre sob as penas das leis 1060/50 e 7115/83, ciente, portanto, a declarante de que, em caso de falsidade, ficará sujeita às sanções criminais, civis e administrativas previstas na legislação própria.

Novo Hamburgo, 15 de setembro de 2021.



ILIRDI EBERT SCHUNCK

Evento 56

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__54

Data:

24/09/2021 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

56

Evento 57

Evento:

DECORRIDO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO___54

Data:

02/10/2021 01:09:30

Usuário:

SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

57

Evento 58

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

06/10/2021 17:02:26

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

58

Evento 59

Evento:

PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE

Data:

08/10/2021 08:46:13

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

59



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Vistos,

Versa o presente sobre a Falência de Tresce Indústria de Máquinas Ltda.

Após a digitalização e conversão do processo ao sistema Eproc, o Administrador Judicial foi intimado para dar regular andamento ao processo nos Eventos 28, 36, 43 e 53, este sob pena de destituição.

Os falidos, por sua vez, postularam no Evento 55, a declaração de extinção das obrigações e sua reabilitação para os atos empresarias, na forma do Art. 158, inciso V, da Lei 11.101/2005.

É o breve relato.

As alterações produzidas pela Lei 14.112/2020 na Lei 11.101/2005, dentre outros, buscou trazer ao direito brasileiro a figura do *fresh start*.

Nas palavras do Professor Cassio Cavalli¹, ao comentar o projeto que ensejou a inclusão do mecanismo, previa que, caso rejeitado o projeto, *a ausência de um mecanismo rápido de fresh start em curto período incentivará a economia informal, a burla à lei, inibirá iniciativas viáveis, impedirá o sustento de autônomos ou pequenos empreendedores e por consequência, reduzirá a geração de riqueza e de empregos.*

As alterações legislativas autorizam o juízo postulatório dos falidos durante a tramitação da falência. Quanto à forma, no entanto, melhor examinando os dispositivos legais, tenho que o pedido exige a forma incidental. Ainda que o requerimento de extinção das obrigações do falido não tenha expressamente sua forma disposta pela LRF, de modo reflexo, pela leitura do Art. 159, a interpretação mais natural é que seja apresentado na forma de incidente, uma vez que seu *caput* - e também o §4º - indicam a solução por sentença, o §5º afirma que o recurso cabível é a apelação e o §6º fala em *"apensamento aos autos da falência"*.

Assim, determino a formação pelo cartório do Incidente de Extinção das Obrigações do Falido, transladando-se a petição e documentos do Evento 55 e publicando-se nele, de imediato, o Aviso de que fala o §1º, do Art. 159 da LRF, que também deverá ser certificado nestes autos principais.

No presente feito, dê-se vista ao Ministério Público para os fins do Art. 31 da Lei 11.101/2005.

Intimem-se.

Diligências.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 8/10/2021, às 8:46:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10011665550v6** e o código CRC **00510f7c**.

1. Cavalli, Cassio, e outros. Relatório referente ao PL 1397/2020, in <https://www.tnabrazil.org/sites/default/files/public/2020-05/relatorio-pl-1397-vfinal-v2.pdf>

5002846-95.2014.8.21.0019

10011665550 .V6

Evento 60

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

08/10/2021 08:46:13

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

60

Administrador:

José Antônio Ramos Fernandes

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

19/10/2021 00:00:00

Data Final:

25/10/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES

Evento 61

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

08/10/2021 08:46:13

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

61

Autor:

TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

19/10/2021 00:00:00

Data Final:

25/10/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO

Evento 62

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

08/10/2021 08:46:13

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

62

Ministério Público:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prazo:

30 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

19/10/2021 00:00:00

Data Final:

02/12/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

JULIA FLORES SCHUTT

Suspensões e Feriados:

Dia de Todos os Santos: 01/11/2021

Finados: 02/11/2021

Proclamação da República: 15/11/2021

Evento 63

Evento:

PETICAO

Data:

14/10/2021 15:37:06

Usuário:

RS106994 - JOSE LUIZ DOS REIS LOPES - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

63



EXMO. JUÍZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL EMPRESARIAL DE NOVO HAMBURGO - RS

Processo nº **5002846-95.2014.8.21.0019**

Objeto **PEDIDO DE HABILITAÇÃO DOS ADVOGADOS
DO PAGAMENTO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS**

JURANY FRANCISCO DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 441.793.599-87, com endereço na Rua das Bromélias, nº 51, Lot. Vila Brás II, Bairro Santos Dumont em São Leopoldo, autor da Reclamatória Trabalhista nº 0020610-89.2015.5.04.0304, movida em face de **TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA. (MASSA FALIDA)**, vem os autos por seus Advogados signatários, os mesmos que atuaram na Reclamatória Trabalhista e na Habilitação de nº 019/1.16.0010646-0, para dizer e requerer o que segue:

1. O Peticionante é credor trabalhista da Falida, assim como os Advogados que aqui subscrevem, tendo sido habilitados no quadro geral de credores por força da sentença prolatada no pedido de habilitação nº 019/1.16.0010646-0. Cuidam-se de créditos de natureza alimentar, portanto preferenciais. Da sentença que promoveu a habilitação:

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a presente demanda para declarar HABILITADOS os créditos de **R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)**, postulado por JURANY FRANCISCO DE LIMA, e de **R\$ 1.440,00 (hum mil, quatrocentos e quarenta reais)** em favor do Bel. ÁLVARO KLEIN, a título de honorários assistenciais, ambos junto à MASSA FALIDA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA., na classe dos créditos trabalhistas, a ser corrigido monetariamente até a data do efetivo pagamento. Quanto aos juros legais de 12% ao ano, serão pagos somente se a Massa comportar o pagamento de todos os credores, na forma do artigo 124 da atual Lei de Falências.

2. Isto posto, visando manter o acompanhamento dos andamentos desta falência, especialmente buscando a satisfação dos créditos trabalhistas, **REQUER a habilitação**



dos Advogados ÁLVARO KLEIN, OAB/RS 68.531, EVERSON LUIS GROSS, OAB/RS 47.606 e JOSÉ LUIZ DOS REIS LOPES, OAB/RS 106.994, para que recebam as intimações deste processo.

3. Em tempo, considerando que em contato com o Administrador Judicial, há alguns meses, obteve-se a informação de que o pagamento dos créditos trabalhistas aguardava a restituição de valores pagos a maior para instituição financeira, **REQUER que sejam adotadas as providências para pagamento do Credor Peticionante e seus Advogados (ambos créditos de natureza trabalhista), pedindo vênica que este Juízo considere que o contrato de trabalho que originou o crédito em questão foi rescindido por força da falência da empresa, podendo inclusive ser considerado/reclassificado como *extraconcursal*.**

N. Termos

E. Deferimento.

Novo Hamburgo, 14 de outubro de 2021.

Everson Luis Gross
OAB/RS 47.606

Álvaro Klein
OAB/RS 68.531

José Luiz dos Reis Lopes
OAB/RS 106.994

Bruna Carolina de Oliveira
OAB/RS 121.836


P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: JURANY FRANCISCO DE LIMA, brasileiro, casado, 1º Grau completo, soldador, portador da CTPS nº 5739510/001-C RS, inscrito no CPF sob o nº 441.793.599-87 e no PIS nº 120.82526.27-7, residente na Rua das Bromélias, nº 51 Loteamento Vila Brás II- Bairro Santos Dumont em São Leopoldo/RS, CEP 93115-695.

OUTORGADOS: Advogados, **ÁLVARO KLEIN**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/RS sob o número 69.531, e **EVERSON LUIS GROSS**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RS sob o número 47.606; e, **JOSÉ LUIZ DOS REIS LOPES**, brasileiro, solteiro, acadêmico de Direito, portador da Cédula de Identidade nº 1085942091 RJ3/RS, todos integrantes do escritório Gross & Klein Advogados Associados OAB/RS 3.593 endereçado na Rua Gomes Portinho, nº. 17, sala 401, Bairro Centro em Novo Hamburgo / RS. Telefone 051 33656677, e, e-mail alvaroklein@terra.com.br.

Assim, requer-se desde logo, seja cadastrado como procurador, e, que todas as intimações e/ou notificações constem em nome deste, sob pena de nulidade.

PODERES: OUTORGANTE acima qualificado, (i) revoga os poderes conferidos a qualquer outro profissional advogado ou bacharel, (ii) nomeia e constitui os OUTORGADOS supra nomeados e qualificados, para o fim de, promover, em seu nome, qualquer ação ou medida judicial ou extrajudicial e defendê-lo nas em que for interessado. Para tanto, fica investido dos poderes de procuração geral para o foro, nos termos do art. 38 do Código de Processo Civil, cláusula ad extra judicis et extra, e os especiais de reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber e dar quitações, receber importâncias em moeda corrente nacional, dar quitação e receber, firmar compromissos, assinar termos e substabelecer com ou sem reserva dos poderes ora outorgados, com fim especial de defender direitos e interesses em Reclamatória Trabalhista a ser interposto em desfavor de TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA - CNPJ 92.069.442/0001-02.

Novo Hamburgo, 28/12/2014

 JURANY FRANCISCO DE LIMA

PROCESSO CIVIL - INTIMAÇÃO - ADVOGADOS INDICADOS NA INICIAL - NULIDADE - 1. Indicando a parte expressamente que as intimações devam ser realizadas em nome de determinados advogados, há nulidade se nas publicações tal requerimento não é atendido. 2. Precedentes jurisprudenciais. 3. Recurso provido. (STJ - Resp 162202/SP - 1ª T. - Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJU 11 03 2012)



**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas,
Mecânicas e Material Elétrico de Novo Hamburgo = RS =**

Sede Social: Avenida Nicolau Becker, 854 e 864, Centro - Novo Hamburgo -
CEP: 93510-060 - Fone/Fax: (0XX51) 3527.2884 e 3593.1025
CGC (ME) 91.694.935/0001-70 - E-mail: sindimetal@brturbo.com.br

CREDENCIAL

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DO TRABALHO DA _____ VARA
ESPECIALIZADA DO TRABALHO DE NOVO HAMBURGO - RS**

Reclamatória Trabalhista que **JURANI FRANCISCO DE LIMA**, brasileiro, casado, 1º Grau completo, soldador, portador da CPN nº 5739510/001-0 RS, inscrito no CPF sob o nº 441.793.599-87 e no PIS nº 120.82526.27-7, residente na Rua das Bromélias, nº 51 Loteamento Vila Brás II- Bairro Santos Dumont em São Leopoldo/RS, CEP 93115-695.

propõe em desfavor de **TRESCZ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS - CNPJ 92.069.442/0001-02**

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE NOVO HAMBURGO - SINDIMETAL - NH, com sede a Avenida Nicolau Becker nº 854 e 864, Centro, Novo Hamburgo - RS, por seu representante legal, credencia através do presente instrumento, **ÁLVARO KLEIN - OAB/RS 68.531**, e **EVERSON LUIZ GROSS - OAB/RS 47.606**, ambos brasileiros, advogados, com endereço profissional na Rua Góes Portinho, nº17 sala 401 - Novo Hamburgo, bem como aqueles que ocuber subestabelecimentos de mandato feito por estes, para em conjunto ou separadamente, prestarem assistência judiciária, nos termos e efeitos do art. 14 e seguintes da Lei nº. 5.584 de 26.06.70, aos integrantes da categoria profissional representada por esta entidade, conferindo aos credenciados ao poderes constantes na cláusula "ad judicium et extra" e mais os especiais de reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber e dar quitações, receber importâncias em moeda corrente nacional, dar quitação e receber, firmar compromissos, assinar termos e receber honorários de assistência judiciária.

S T I M U L A M E N T O

Novo Hamburgo, 18/12/2014

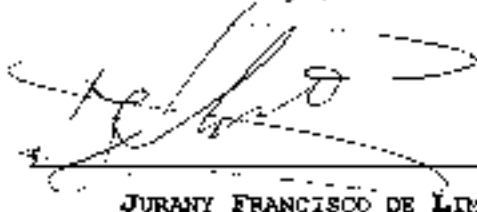
LUIS CARLOS MARCELINO
TESOUREIRO

LUIS CARLOS MARCELINO
Tesoureiro do Sindimetal-NH

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, **JURANY FRANCISCO DE LIMA**, brasileiro, casado, 1º Grau completo, soldador, portador da CTPS nº 5739510/001 0 RS, inscrito no CPF sob o nº 441.793.599-87 e no PIS nº 120.82926.27-7, residente na Rua das Bromélias, nº 51 Loteamento Vila Brás II- Bairro Santos Dumont ex São Teopoldo/RS, CEP 93115-695, com filiação na Lei nº 7.115/83, c/c art. 4º da Lei 1.060/50, **DECLARO**, que não disponho de recursos financeiros para atender às despesas do processo, sem privar, a mim e a minha família, dos meios necessários à nossa subsistência.

Novo Hamburgo, 18/12/2014



JURANY FRANCISCO DE LIMA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



Comarca de Novo Hamburgo

Vara de Falências e Concordatas

Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 66

Processo nº: 019/1.16.0010646-0 (CNJ:.0020311-37.2016.8.21.0019)
Natureza: Habilitação Retardatária
Autor: Jurany Francisco de Lima
Réu: Tresce Indústria de Máquinas Ltda. - EPP
Juiz Prolator: Juiz de Direito - Dr. Alexandre Kosby Boeira
Data: 22/05/2017

Vistos etc.

Cuida-se de habilitação de crédito junto à **MASSA FALIDA DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA.-EPP**, proposta por **JURANY FRANCISCO DE LIMA**, devidamente qualificados na inicial, pelo valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), bem como de honorários assistenciais no valor de R\$ 1.440,00 (hum mil quatrocentos e quarenta reais), ambos os créditos oriundos da ação trabalhista nº 00201610-89.2015.5.04.0304, que tramitou perante a 4ª Vara do Trabalho da comarca de Novo Hamburgo/RS, e cuja decisão transitou em julgado. Com a inicial, vieram os documentos das fls. 04/07.

Certificada a publicação do edital de que trata o artigo 7º, § 2º, da Lei 11.101/05 (fls. 08/09), após determinação judicial (fl. 10), foi intimada a falida, a qual nada opôs ao pleito (fl. 13).

O Administrador Judicial informou já ter incluído o valor principal (R\$9.600,00) no quadro-geral de credores da massa falida e requereu a extinção de tal parcela do pleito, assim como o indeferimento do pleito de honorários advocatícios (fl. 14).

O ilustre Agente do Ministério Público, fl. 16, concordou com a extinção do pleito em relação ao montante principal, porém, requereu a intimação do Autor para emenda da inicial para indicar a quem pertence o valor dos honorários (fl. 16).

Veio aos autos a manifestação do autor da fl. 19, informando que a parcela pertinente aos honorários pertence ao Bel. Álvaro Klein, e requereu sua inclusão no polo ativo, igualmente.

O Administrador Judicial (fl. 20) e o ilustre Curador das Massas (parecer das fls. 22 e verso) concordaram, por sua vez, com a pretensão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



formulada na inicial.

Vieram os autos conclusos.

É O BREVE RELATÓRIO.

DECIDO.

O presente pedido de habilitação encontra-se adequadamente instruído, nos termos dos artigos 10, *caput* e § 5º, 13 a 15, todos da Lei nº 11.101/05, sendo que os documentos que instruem a inicial permitem, por sua vez, o julgamento antecipado da lide, na forma do artigo 355, inciso I, do Novo Código de Processo Civil.

No mais, os créditos postulados pelos habilitantes encontra-se formalmente comprovado através da ata de audiência da fl. 06, tendo a pretensão, ainda, contado com a anuência expressa do Administrador Judicial da Massa Falida (fl. 20) e com parecer favorável do Ministério Público, exarado às fls. 22 e verso, na qual o insigne Agente Ministerial opinou pela procedência do pedido.

Saliento, no entanto, que a despeito de já incluído a parcela do montante principal no quadro-geral de credores, tal circunstância não importa em extinção do pedido quanto a tal parcela do pedido.

Deve ser ressaltado, outrossim, que os valores referentes a juros posteriores à decretação de falência, somente serão adimplidos se a massa falida comportar o respectivo pagamento, consoante dispõe o artigo 124 da Lei nº 11.101/05.

Por fim, não tendo ocorrido impugnação ao crédito ou resistência de qualquer ordem ao pleito, não há condenação em custas e honorários. Esse é o magistério de YUSSEF SAID CAHALI in "Honorários Advocatícios", ed. RT, 3ª edição, pág. 1226: "*Melhor entender-se, no confronto das duas posições aparentemente conflitantes, que o simples pedido de habilitação de crédito, sumariamente admitido, não dá margem a honorários advocatícios; resistida, porém, a pretensão do habilitante, a instauração de lide com a contenciosidade do processo leva a que a sentença aplicará o princípio da sucumbência.*" (grifei).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a presente demanda para declarar HABILITADOS os créditos de **R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)**, postulado por JURANY FRANCISCO DE LIMA, e de **R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais)** em favor do Bel. ÁLVARO KLEIN, a título de honorários assistenciais, ambos junto à MASSA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



FALIDA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA., na classe dos créditos **trabalhistas**, a ser corrigido monetariamente até a data do efetivo pagamento. Quanto aos juros legais de 12% ao ano, serão pagos somente se a Massa comportar o pagamento de todos os credores, na forma do artigo 124 da atual Lei de Falências.

Sem condenação em honorários e custas processuais, nos termos supra.

Publique-se; Registre-se; Intime-se.

Transitada em julgado, deverá o Administrador Judicial proceder à inclusão do crédito dos honorários assistenciais supra no quadro-geral de credores da massa, inserindo-o na classe privilegiada. Após, arquivem-se os autos, aguardando-se o respectivo pagamento.

Novo Hamburgo, 22 de maio de 2017.

Alexandre Kosby Boeira,
Juiz de Direito

Evento 64

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AOS_EVENTOS___60_61_E_62

Data:

18/10/2021 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

64

Evento 65

Evento:

CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO___61

Data:

19/10/2021 11:04:53

Usuário:

RS025965 - RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

65

Evento 66

Evento:

DECORRIDO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO___60

Data:

26/10/2021 01:13:00

Usuário:

SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

66

Evento 67

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___62

Data:

26/10/2021 16:38:03

Usuário:

MP-PRATES - MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES - PROCURADOR

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

67



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE NOVO HAMBURGO

Procedimento nº **00815.002.950/2021** — Falência de Empresários, Sociedades Empresárias, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Processo Judicial 5002846-95.2014.8.21.0019
Comarca de Novo Hamburgo

Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Polo ativo: Tresce Indústria de Maquinas Ltda. - Epp, CNPJ nº 92.069.442/0001-02
Terceiro José Antônio Ramos Fernandes, CPF nº 423.297.100-97

PROMOÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Meritíssimo Juiz:

Ciente do processado, considerando que o Administrador Judicial já foi intimado por 5 (cinco) vezes (Eventos 32, 37, 44, 54 e 60), para dar o devido seguimento do feito, mas mantendo-se inerte até o presente momento, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul opina pela destituição do Administrador Judicial, com base no Artigo 31 da Lei 11.101/2005.

Novo Hamburgo, 26 de outubro de 2021.

Manoel Luiz Prates Guimarães,
Promotor de Justiça.

Nome: **Manoel Luiz Prates Guimarães**
Promotor de Justiça — 3432912
Lotação: **Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo**
Data: **26/10/2021 16h37min**

Documento eletrônico assinado por login e senha (Provimento nº 63/2016-PGJ).

Evento 68

Evento:

PETICAO

Data:

26/10/2021 17:21:36

Usuário:

RS035912 - ELÓI CONTINI - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

68

CONTINI & CERBARO

Advogados Associados

EXMO(A) SR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA REGIONAL EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO – RS

Processo nº 5002846-95.2014.8.21.0019

Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda (CNPJ nº 92.069.442/0001-02)

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI PIONEIRA RS – SICREDI PIONEIRA RS, inscrita no CNPJ sob nº 91.586.982/0001-09, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 374, Centro, Cep 95150-000, na cidade de Nova Petrópolis/RS, por seus procuradores firmatários, conforme instrumento de mandado incluso, que recebem intimações em seu endereço profissional à Rua Marquês do Herval, nº 1344, 6º andar, Cep 95020-260, Caxias do Sul/RS, e endereço eletrônico contini@continiadvogados.com.br, fone/fax (54) 3733-7314, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, requerer seu ingresso no presente feito, dizer e requerer o que segue:

A Sicredi Pioneira RS é credora/terceira interessada no presente feito, haja vista ser detentora de créditos da empresa em recuperação judicial, razão pela qual requer a regularização de sua representatividade no presente processo, juntando-se, para tanto, a procuração anexa.

Assim, necessário se faz o cadastramento da Cooperativa de Crédito, a fim de que possa acompanhar o deslinde do feito e se intimar das decisões.

Após efetuado o respectivo cadastro por esta serventia, postula-se a intimação de qualquer decisão que alcance os direitos da Sicredi Pioneira RS, a fim de evitar qualquer nulidade de ato processual.

Diante do exposto, **requer:**

- a)** seja o credor peticionante cadastrado no presente feito, devendo as intimações e notificações referentes ocorrerem, exclusivamente, em nome dos procuradores constituídos, **Elói Contini – OAB/RS 35.912 e Tadeu Cerbaro – OAB/RS 38.459**, conforme instrumento de mandato anexo, os quais recebem intimações à Rua Marquês do Herval, n.º 1344, 6º andar, Edifício Satélite, Bairro Centro, Fone/fax (54)3733-7314, CEP 95020260, Caxias do Sul-RS;
- b)** a intimação de qualquer decisão que alcance os direitos da Sicredi Pioneira RS, a fim de evitar qualquer nulidade de ato processual.

Nestes Termos,
Pede Juntada e Espera Deferimento.

Novo Hamburgo/RS, 26 de outubro de 2021.

p.p ELÓI CONTINI
OAB/RS 35.912

p.p TADEU CERBARO
OAB/RS 38.459



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI PIONEIRA RS – SICREDI PIONEIRA RS, inscrita no CNPJ sob nº 91.586.982/0001-09, com sede na Rua Sete de Setembro, 374, Centro, CEP 95150-000, na cidade de Nova Petrópolis – RS, neste ato representada por seu Diretor Executivo, **Sr. Solon Stapassola Stahl**, brasileiro, administrador de empresas, portador do CPF nº 494.767.770-87 e do RG nº 4039467453, e por seu Diretor de Operações, **Eduardo Spier**, brasileiro, administrador de empresas, portador do CPF nº 641.569.660-20 e do RG 4044307975.

OUTORGADOS:

ELOI CONTINI, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS 35.912, na OAB/SC 25.423-A, na OAB/PR 53.322 e no CPF sob o nº 344.409.760-34, **TADEU CERBARO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS 38.459, na OAB/SC 25.511-A, OAB/PR 47.047 e no CPF sob o nº 414.932.140-04, **DIOGO BERTOLINI**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RS sob o nº 67.747, OAB/SC 30.003-A e no CPF sob o nº 821.342.000-49, e **CONTINI & CERBARO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, Sociedade Civil regularmente inscrita na OAB/RS sob o nº 1.643, portadora do CNPJ nº 04.545.662/0001-06, com sede na Rua Marquês do Herval, nº 1344, 6º andar, Centro, Cep.: 95.020-260, fone/fax: (54) 3733.73.14, na cidade de Caxias do Sul – RS.

PODERES/FINS: Pelo presente instrumento particular, o outorgante nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados supra qualificados, conferindo-lhes neste ato os poderes gerais para o Foro em geral, com a cláusula *ad iudicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, representar, na qualidade de credor, em assembleias, mediações, reuniões de credores que venham a ser designadas nas ações de recuperação judicial ou nas falimentares, em quaisquer datas e locais, podendo deliberar sobre os itens da ordem do dia, discutindo, votando e, se for o caso, aprovando o plano de recuperação apresentado, concordando com taxas de juros e encargos, prazos, condições e forma de pagamento, aceitar garantias, firmar termos, compromissos, ressalvas, razões de voto e declarações, transigir, de acordo com os poderes concedidos por meio da Procuração, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, praticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso.

Nova Petrópolis, 20 de agosto de 2020.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI PIONEIRA RS – SICREDI PIONEIRA RS

Solon Stapassola Stahl
Diretor Executivo
Sicredi Pioneira RS

Eduardo Spier
Diretor de Operações
Sicredi Pioneira RS

Evento 69

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO

Data:

12/11/2021 15:41:05

Usuário:

GPPELENZ - GABRIEL PEREIRA PELLEZ - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

69



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Local: Novo Hamburgo

Data: 12/11/2021

CERTIDÃO

Certifico, usando a faculdade que me confere a lei, que conforme despacho do evento 59, procedi a abertura do Incidente de Extinção das Obrigações do Falido, processo nº 5025063-88.2021.8.21.0019.

Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL PEREIRA PELLEZ, Diretor de Secretaria**, em 12/11/2021, às 15:41:5, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10012804783v2** e o código CRC **256b5086**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10012804783 .V2

Evento 70

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

19/11/2021 08:00:24

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

70

Evento 71

Evento:

PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE

Data:

27/11/2021 16:18:23

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

71



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Vistos,

Versa o presente sobre a autofalência de TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

A ação foi ajuizada em 12/09/2014, decretada a falência em 20/10/2014, foram arrecadados e vendidos bens móveis e um imóvel.

Publicado Edital do Art. 7º, §2º, da LRF, após julgadas as impugnações, restou publicado o Quadro-Geral de Credores.

Veio aos autos o laudo pericial contábil das causas da falência e o relatório do art. 22, III, "e". O ativo arrecadado somava, em setembro de 2016, R\$ 39.550,00 (trinta e nove mil quinhentos e cinquenta reais) e o passivo R\$ 1.128.679,27 (um milhão, cento e vinte e oito mil seiscentos e setenta e nove reais e vinte e sete centavos) e, em razão da notícia de possíveis crimes falimentares, o Ministério Público enviou cópias à Coordenadoria da Promotorias Criminais.

Por conta do julgamento do pedido de restituição 019/1.15.0006515-0, foi alienado o imóvel de matrícula 23.179 do RI de Novo Hamburgo, alcançando o ativo da massa a importância de R\$ 260.675,59 (duzentos e sessenta mil seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) em julho de 2019, inferior ao cálculo atualizado do devido ao Banrisul por conta de garantia de alienação fiduciária sobre o imóvel vendido pela massa falida.

Fixada a remuneração da Administração Judicial em 5% do ativo realizado, foi pago 60% do apurado, reservando-se 40% para pagamento ao final, equivalente a R\$ 5.213,51 (cinco mil duzentos e treze reais e cinquenta e um centavos) em julho de 2019.

A falida noticiou se credora de R\$ 498.597,12 (quatrocentos e noventa e oito mil quinhentos e noventa e sete reais e doze centavos) por conta de 5 duplicatas mercantis, mas o crédito decorrente do processo judicial nº 019/1.05.0062298-1.

Determinada a digitalização dos autos, esta foi realizada, passando a tramitar o processo pelo sistema Eproc.

Refeitos os cálculos do valor devido ao Banrisul por conta da venda do imóvel objeto

do pedido de restituição 019/1.15.0006515-0, este afirmou-se credor da massa (Evento 50).

Intimado o Administrador Judicial para o regular andamento do feito, em cinco oportunidades, inclusive sob pena de destituição, este silenciou.

Opinou o Ministério Público pela destituição do Administrador.

É o breve relato.

Examino.

A diligência mais premente para o prosseguimento da falência, para a qual o Administrador foi intimado em mais de uma oportunidade para oferecer sua manifestação, são os cálculos do valor efetivamente devido ao Banrisul por conta do julgamento do pedido de restituição nº 019/1.15.0006515-0.

Ocorre que, independentemente de manifestação do Administrador, de pronto, verifico da necessidade de correção dos cálculos apresentados, a fim de apurar-se eventual pagamento em excesso ao banco.

A sentença da ação de restituição assim dispôs sobre a forma de pagamento ao banco:

Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo civil, c/c artigo 88 da Lei nº 11.101/05, JULGO PROCEDENTE o pedido de restituição formulado na inicial, devendo o imóvel ali descrito, no entanto, ser alienado por leilão judicial nos autos falimentares, por valor não inferior ao crédito fiduciário, sem prejuízo, no entanto, de que o Banco autor apresente caução no valor supra mencionado, correndo por sua conta e risco a venda extrajudicial por valor a menor, nos termos da fundamentação supra.

O fundamento para tanto era que a avaliação do imóvel superava o valor do crédito do banco, havendo justa expectativa à massa de arrecadação daquilo que sobejar da dívida ao banco para o pagamento dos credores.

No entanto, tal não implica em afastar a regra do Art. 86, I, da LRF, para limitar o valor a ser restituído ao preço recebido pela venda do bem, o que foi firmado pelo juízo antes da alienação, sob pena de pagar-se ao credor além do valor da garantia, utilizando-se ativos da massa destinados ao pagamento dos demais credores.

Assim, a conta correta seria, caso o valor de venda do imóvel fosse inferior ao valor da dívida que ele garantia - o que efetivamente ocorreu - seria simplesmente atualizar o valor da arrematação, sem a incidência de juros e, em havendo diferença entre este e o valor pago ao banco, na data de expedição do alvará, a restituição pela casa bancária do excesso, também corrigido pelo mesmo índice e contando juros somente após a notificação para tanto e eventual negativa de restituição administrativa.

O valor de venda o imóvel foi de R\$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais) em 22.11.2016 e o valor da dívida foi calculado em R\$ 216.379,77 (duzentos e dezesseis mil trezentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos) em 23/07/2019, valor do alvará expedido à casa bancária. Contudo, como o valor pago não pode superar o valor da garantia, equivalente ao valor de venda, devidamente corrigido, necessário apurar qual seria o valor corrigido da arrematação em 23/07/2019 e, em havendo excesso, intimar a casa bancária para restituição.

Utilizando-se da ferramenta "Calculadora do Cidadão" do Banco Central do Brasil, tem-se que o valor da arrematação corrigido até a data do pagamento ao banco importaria em R\$ 220.850,98 (duzentos e vinte mil oitocentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos) suficiente para suportar o pagamento realizado de R\$ 216.379,77 (duzentos e dezesseis mil trezentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos), ainda permanecendo com a massa a quantia de R\$ 4.471,21 (quatro mil quatrocentos e setenta e um reais e vinte e um centavos). Ou seja, segundo os calculos abaixo, o pagamento foi correto e não existe diferença a ser paga ou restituída.

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)Dados informados

Data inicial	11/2016
Data final	07/2019
Valor nominal	R\$ 196.000,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,12679070
Valor percentual correspondente	12,679070 %
Valor corrigido na data final	R\$ 220.850,98 (REAL)

Da presente decisão, intinem-se à Administração Judicial e o Banco Banrisul.

Nada vindo aos autos pela Administração no prazo de 5 (cinco) dias, voltem conclusos para a destituição e nomeação de novo Administrador para o prosseguimento.

Informe-se ainda, mediante consulta, os saldos das forças da massa nas contas judiciais, oficiando-se ao Banrisul, caso necessário, para a transferência de valores ainda vinculados ao processo físico.

Diligências.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 27/11/2021, às 16:18:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10012974768v9** e o código CRC **3f583873**.

Evento 72

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

27/11/2021 16:18:23

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

72

Administrador:

José Antônio Ramos Fernandes

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

09/12/2021 00:00:00

Data Final:

15/12/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES

Suspensões e Feriados:

Dia da Justiça: 08/12/2021

Evento 73

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

27/11/2021 16:18:23

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

73

Autor:

TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

09/12/2021 00:00:00

Data Final:

15/12/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO

Suspensões e Feriados:

Dia da Justiça: 08/12/2021

Evento 74

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

27/11/2021 16:18:23

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

74

Interessado:

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

09/12/2021 00:00:00

Data Final:

15/12/2021 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

FELIPE CRAVO SOUZA

Suspensões e Feriados:

Dia da Justiça: 08/12/2021

Evento 75

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO

Data:

02/12/2021 12:05:00

Usuário:

PCMARSOLA - PEDRO CESAR DE SOUZA MARSOLA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

75



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Local: Novo Hamburgo

Data: 02/12/2021

CERTIDÃO

Certifico, diante das faculdades que me concede a lei, e em cumprimento ao despacho lançado no Evento 71, que os valores em depósito já foram todos transferidos do processo físico para os autos do processo eletrônico da presente falência, e que o montante atual das disponibilidades da Massa Falida constitui-se em um único depósito judicial (conta nº 0290-934281.6-65), com saldo atual de **R\$ 28.339,20** (vinte e oito mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos), até esta data.

Certifico que o saldo em depósito judicial no valor atualizado de **R\$ 5.545,58** (conta nº 0290-934420.6-81), diz respeito ao percentual dos honorários reservados (40%) em favor do Administrador Judicial, conforme decisão das fls. 422 e verso e ofício do Banrisul S.A., das fls.449/450 dos autos físicos – Evento 4/OUT8).

O referido é verdade. Dou fé.

Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CESAR DE SOUZA MARSOLA**, **Diretor de Secretaria Substituto**, em 2/12/2021, às 12:5:0, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10013424997v2** e o código CRC **3f1ba2f0**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10013424997.V2

Evento 76

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AOS_EVENTOS___72_73_E_74

Data:

07/12/2021 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

76

Evento 77

Evento:

CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO___73

Data:

08/12/2021 13:38:16

Usuário:

RS025965 - RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

77

Evento 78

Evento:

DECORRIDO_PRAZO___REFER___AOS_EVENTOS___72_E_74

Data:

16/12/2021 01:07:43

Usuário:

SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

78

Evento 79

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

27/01/2022 18:23:41

Usuário:

PCMARSOLA - PEDRO CESAR DE SOUZA MARSOLA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

79

Evento 80

Evento:
OUTRAS_DECISOES

Data:
28/01/2022 17:28:50

Usuário:
AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:
5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:
80



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Diante do não atendimento à intimação do Evento 72, a fim de dar regular andamento ao presente feito falimentar (despacho do Evento 71), tenho que o Bel. JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES, nomeado Administrador Judicial, devidamente compromissado nos autos em 27/10/2014 (fl. 174 dos autos físicos – Evento 4- OUT2), faltou com o cumprimento de seus deveres, previstos no rol do artigo 22, inciso III, da Lei nº 11.101/05, pois não vem atendendo as intimações para dar regular andamento ao processo, sendo que sua última manifestação nos autos ocorreu em maio de 2019 (fls. 420 dos autos físicos – Evento 4 – OUT8), levantando questão – valor pago a maior ao Banco Banrisul, decorrente da venda de imóvel objeto de pedido de restituição) que se verificou, ao depois, infundada (vide última decisão - Evento 71).

De salientar que a própria digitalização dos autos do processo físico de falência, a fim de facilitar e agilizar os procedimentos, foi realizada pelo Procurador das Falidas, Dr. Rui Guerreiro, considerando o não atendimento, por parte do Administrador Judicial, ao despacho das fls. 463/464 dos autos físicos (Evento 4- OUT9).

Ademais, há questões importantes do processo sobre as quais o Administrador Judicial supramencionado não se manifestou, tais como a adoção de medidas visando à cobranças de duplicatas mercantis que instruíram a inicial e que se constituem crédito da Massa Falida, e, mais recentemente, o pleito de extinção de obrigações dos falidos, formulado na manifestação do Evento 55 e Anexos, e sobre os quais o Administrador Judicial não apresentou qualquer parecer ou adotou quaisquer providências no curso da lide.

Nesse cenário, e com fulcro no artigo 31, *caput*, da Lei Falimentar supramencionada, **DESTITUO o Administrador Judicial, Bel. JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES do cargo de Administrador Judicial** na presente falência, e **NOMEIO, EM SUBSTITUIÇÃO**, na forma do § 1º do referido dispositivo legal, o Bel. DAVI VÁLTER DOS SANTOS, OAB-RS 069307 (davi@beckeresantos.com.br), sob compromisso, o qual poderá ser prestado mediante simples manifestação nos autos, em caso de aceitação.

Cumprirá ao Administrador ora destituído, por sua vez, nos termos do artigo 31, § 2º, da LRF, prestar contas de sua gestão, suportando, ainda, a perda do saldo reservado de honorários em seu favor (fls. 422 e verso e ofício do Banrisul S.A., das fls.449/450 dos autos físicos – Evento

4/OUT8), conforme certificado no Evento 75.

Oficie-se ao e. TJRS para registro no Cadastro de Administradores Judiciais.

Intimem-se, inclusive, o Ministério Público.

No incidente em apenso (processo nº 5025063-88.2021.8.21.0019), certifique-se a publicação e o eventual decurso do prazo do edital lá expedido.

Diligências legais.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito** em 28/1/2022, às 17:28:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10014769796v3** e o código CRC **01b130ce**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10014769796 .V3

Evento 81

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

28/01/2022 17:28:50

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

81

Administrador:

José Antônio Ramos Fernandes

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

08/02/2022 00:00:00

Data Final:

14/02/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES

Evento 82

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:
28/01/2022 17:28:51

Usuário:
AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:
5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:
82

Autor:
TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
08/02/2022 00:00:00

Data Final:
14/02/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:
RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO

Evento 83

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

28/01/2022 17:28:51

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

83

Ministério Público:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

08/02/2022 00:00:00

Data Final:

14/02/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES, MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES

Evento 84

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

31/01/2022 10:39:58

Usuário:

PCMARSOLA - PEDRO CESAR DE SOUZA MARSOLA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

84

Administrador:

Davi Válter dos Santos

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

07/02/2022 00:00:00

Data Final:

11/02/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

DAVI VÁLTER DOS SANTOS

Evento 85

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AO_EVENTO___84

Data:

04/02/2022 16:28:50

Usuário:

RS069307 - DAVI VÁLTER DOS SANTOS - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

85

Evento 86

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___84

Data:

04/02/2022 16:28:50

Usuário:

RS069307 - DAVI VÁLTER DOS SANTOS - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

86



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL
EXPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO-RS:**

PROCESSO: 5002846-95.2014.8.21.0019

**O ADMINISTRADOR JUDICIAL DA MASSA FALIDA DE
TRESCE INDÚSDRIA DE MÁQUINAS LTDA.,** recentemente nomeado nos autos processo
em epígrafe, em substituição, ante à destituição do anterior nomeado, vem,
respeitosamente, ante Vossa Excelência, dizer e requerer o que segue:

1. Da aceitação da nomeação:

Inicialmente, em atenção à decisão do Evento 80, este
administrador judicial manifesta concordância com a nomeação procedida, externando,
mais uma vez, a atenção e confiança desse Douto Juízo para que possamos prestar nossa
contribuição e direcionamento necessário no presente processo falimentar.

2. Da síntese dos principais atos na tramitação do feito:

Cuida-se de pedido de autofalência manejado por **TRESCE
INDÚSDRIA DE MÁQUINAS LTDA.** nos termos da petição das fls. 16 e seguintes dos
autos originais, e documentos que a aparelharam, nos idos de 2014, cadastrado,
inicialmente, em meio físico, sob o n.º 019/1.14.001.3583-1, cuja falência foi decretada, com
parecer favorável do Ministério Público, tendo, ali, início o encaminhamento do
procedimento falimentar, quando nomeado o advogado **José Antônio Ramos Fernandes** o
seu administrador, sob compromisso.



Compromissado (fl. 208), à fl. 210, a ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA veio, pela primeira vez, ao feito, para informar que procedeu à arrecadação, com algumas ressalvas de veículos que com alienação fiduciária e um cuja propriedade restou demonstrada, de há muito - vide fl. 396 -, já não pertencer à falida (a Camioneta Ford/F-1000, placas IBI 4237), por isso não arrolada na petição inicial da falida, como restou esclarecido e não foi arrecadada, de acordo com o informado ao Juízo à fl. 397.

Na mesma oportunidade, o ADMINISTRADOR DA FALÊNCIA indicou perito contábil e leiloeiro, requerendo a publicação de aviso do administrador para pagamento de despesas ao final, tudo o quanto foi acolhido com o impulso judicial da fl. 253. Também postulou a alienação antecipada dos bens arrecados, pela vulnerabilidade de subtração a que estavam expostos no prédio da empresa em estado falimentar, frente ao fato de que a massa não dispunha de aporte financeiro para pagar contratação de segurança ou vigilância particular.

Com parecer favorável do Ministério Público, a alienação antecipada restou autorizada; foi nomeado perito avaliador, com laudo devidamente homologado e, por conseguinte, o acervo foi levado a leilão, pelo leiloeiro compromissado, em parte arrematado, tendo havido regular prestação de contas e homologação, com correspondente expedição de carta de arrematação.

O restante do patrimônio arrecadado foi, na mesma linha, encaminhado à avaliação, leilão, prestação de contas, homologação, expedição de carta de arrematação, pagando-se específicos credores extraconcursais (perito avaliador e administrador judicial), com expedição dos correlatos alvarás eletrônicos.

Entrementes, habilitação de crédito trabalhista aportou aos autos; foi realizada penhora no rosto dos autos (débito da falida para com a União), tendo, ainda, aportado no feito uma petição da Cooperativa de Crédito Sicredi (vide Evento 68),



sedizente credora da falida e, como tal, interessada, pedindo acompanhar o feito e ser intimada das decisões nele proferidas.

Devidamente compromissado, veio ao feito o laudo de avaliação das fls. 259 e seguintes, procedendo-se de estilo segundo o rito próprio da Lei de Regência de Falências.

À fl. 402, verifica-se que foi publicado o QUADRO GERAL DE CREDITORES. Já às fls. 407/418, foi juntado o Laudo Contábil, consignando-se a devolução dos livros contábeis à falida.

Feito isso, o ADMINISTRADOR DA FALÊNCIA, cumprindo determinação legal do artigo 22, inciso III, letra “e”, da Lei 11.101/05, apresentou, às fls. 423/426, *exposição circunstanciada*, manifestando-se pela instauração de Inquérito Judicial, com encaminhamento dos autos ao Ministério Público, a fim de encaminhar, fosse o seu entendimento, a persecução penal, ante a materialidade e indícios de crime falimentar.

À fl. 429, o ADMINISTRADOR sinalizou e postulou ao Juízo providências sob a alegação de que o BANRISUL teria recebido valores para além de seu crédito.

O Juízo, a seu turno, às fls. 463/468, dentre outras providências, determinou, ao ADMINISTRADOR DA FALÊNCIA, que providenciasse na digitalização do processo físico e sua redistribuição no Sistema *E-proc*, determinação que reiterou, posteriormente, sem correlato atendimento judicial.

Examinando os autos, verifica-se que a providência, em verdade, foi atendida pela falida, por meio de seu advogado, já que alegava existir um crédito inerente a **5 duplicatas mercantis**, além de um crédito decorrente do processo n.º



019/1.05.0062288-1, no valor total, à época, próximo de R\$ 498.597,12. Aliás, sustentou que o ADMINISTRADOR requereu, à fl. 175, o desentranhamento dos títulos de crédito, com correspondente substituição por cópias, para os fins de direito, o que foi judicialmente deferido, em 13/08/2015 (decisão da fl. 305), enfatizando que o ADMINISTRADOR não procedeu como autorizado, sem que a falida soubesse o destino do alegado crédito.

O Juízo ordenou a intimação do ADMINISTRADOR DA FALÊNCIA e a falida, a sua vez, reiterou seu pedido, ante a ausência de uma explicação, isso em 1º de dezembro de 2020, como se infere das fls. 95/96.

À fl. 97, o ADMINISTRADOR JUDICIAL assinala para uma diferença a restituir à massa falida pelo BANRISUL apurada pela Contadoria. Relativamente ao crédito decorrente do processo n.º 019/1.05.006.2288-1, nada informou, aduzindo que o feito foi arquivado sem intimação do ADMINISTRADOR DA MASSA FALIDA. Apenas informou que medidas judiciais foram adotadas em relação ao crédito, porém, teriam sido arquivadas. Tocante às 05 (cinco) duplicatas mercantis, naquela manifestação de 23/11/2020, informou que o desentranhamento postulado (e, registre-se, deferido) não ocorreu, razão pela qual apenas limitou-se a reiterar o pedido já deferido.

Consigne-se que o Ministério Público informou, à fl. 432, ter extraído cópia integral do processo, para posterior encaminhamento à Coordenação da Promotoria Criminal, para fins de persecução criminal que fosse entendida cabível.

Ainda, que o despacho judicial renovou determinação de que o processo fosse digitalizado, com reinserção no Sistema E-proc (isso em 09/02/2021), e que os autos físicos ficassem suspensos. A digitalização se verifica à fl. 129 (Evento 28).

Na sequência, no Evento da fl. 36, sobreveio despacho/decisão de extrema relevância nesta análise sintética, ordenando remessa dos autos à Contadoria,



fins de apurar se havia mesmo diferenças a restituir à Massa pelo Banrisul; caso apurado, que fosse intimado a fazê-lo, além de ordenar a intimação do ADMINISTRADOR JUDICIAL para, em 05 dias, comparecer ao Cartório e retirar as duplicadas referidas pela Falida (como já deferido), e outras providencias. Na sequência, o cálculo foi autorizado pela Contadoria (Evento 40), e o Juízo deu vistas ao Banco e ao Administrador (Evento 43). Porém, o Administrador passou a não mais atender aos comandos judiciais (vide despacho do Evento 53), sendo ordenado mais de uma vez sua intimação.

Entrementes, sobreveio ao feito pedido de reabilitação dos falidos, como consta das fls. 172/173 (Evento 55), com fundamento no artigo 158, inciso V, da Lei 11.101/05, eis que: a) seu ativo foi integralmente realizado; b) seus créditos não foram apurados; e c) não há Inquérito Judicial instaurado. Essa petição data de 22/09/2021. Com parecer regular do Ministério Público, restou determinada a instauração de incidente de extinção das obrigações do falido e aviso de que trata o artigo 159, § 1º, da Lei 11.101/05. Tal incidente foi instaurado conforme Evento 69 e se acha tombado sob o n.º 5025063-88.2021.8.21.0019.

No Evento 67, face à conduta desidiosa do então ADMINISTRADOR, o Ministério Público opinou pela destituição do ADMINISTRADOR JUDICIAL (que, 5 vezes intimado, deixou de acolher a determinação judicial), promoção acolhida com a decisão do Evento 71.

Pede-se vênia para transcrição da aludida decisão:

Vistos,

Versa o presente sobre a autofalência de TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

A ação foi ajuizada em 12/09/2014, decretada a falência em 20/10/2014, foram arrecadados e vendidos bens móveis e um imóvel.

Publicado Edital do Art. 7º, §2º, da LRF, após julgadas as impugnações, restou publicado o Quadro-Geral de Credores.

Veio aos autos o laudo pericial contábil das causas da falência e o relatório do art. 22, III, "e". O ativo arrecadado somava, em setembro de 2016, R\$ 39.550,00 (trinta e nove mil quinhentos e cinquenta reais) e o passivo R\$ 1.128.679,27 (um milhão, cento e vinte e oito mil seiscentos e setenta e nove reais e vinte e sete centavos) e, em razão da notícia de possíveis crimes falimentares, o Ministério Público enviou cópias à Coordenadoria da Promotorias Criminais.

Por conta do julgamento do pedido de restituição 019/1.15.0006515-0, foi alienado o imóvel de matrícula 23.179 do RI de Novo Hamburgo, alcançando o ativo da massa a importância de R\$ 260.675,59 (duzentos e sessenta mil seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) em julho de 2019, inferior ao cálculo atualizado do devido ao Banrisul por conta de garantia de alienação fiduciária sobre o imóvel vendido pela massa falida.

Fixada a remuneração da Administração Judicial em 5% do ativo realizado, foi pago 60% do apurado, reservando-se 40% para pagamento ao final, equivalente a R\$ 5.213,51 (cinco mil duzentos e treze reais e cinquenta e um centavos) em julho de 2019.

A falida noticiou ser credora de R\$ 498.597,12 (quatrocentos e noventa e oito mil quinhentos e noventa e sete reais e doze centavos) por conta de 5 duplicatas mercantis, mais o crédito decorrente do processo judicial nº 019/1.05.0062298-1.

Determinada a digitalização dos autos, esta foi realizada, passando a tramitar o processo pelo sistema Eproc. Refeitos os cálculos do valor devido ao Banrisul por conta da venda do imóvel objeto do pedido de restituição 019/1.15.0006515-0, este afirmou-se credor da massa (Evento 50).

Intimado o Administrador Judicial para o regular andamento do feito, em cinco oportunidades, inclusive sob pena de destituição, este silenciou.

Opinou o Ministério Público pela destituição do Administrador.

É o breve relato.

Examino.

A diligência mais premente para o prosseguimento da falência, para a qual o Administrador foi intimado em mais de uma oportunidade para oferecer sua manifestação, são os cálculos do valor efetivamente devido ao Banrisul por conta do julgamento do pedido de restituição nº 019/1.15.0006515-0.

Ocorre que, independentemente de manifestação do Administrador, de pronto, verifico da necessidade de correção dos cálculos apresentados, a fim de apurar-se eventual pagamento em excesso ao banco.

A sentença da ação de restituição assim dispôs sobre a forma de pagamento ao banco:

Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo civil, c/c artigo 88 da Lei nº 11.101/05, JULGO PROCEDENTE o pedido de restituição formulado na inicial, devendo o imóvel ali descrito, no entanto, ser alienado por leilão judicial nos autos falimentares, por valor não inferior ao crédito fiduciário, sem prejuízo, no entanto, de que o Banco autor apresente caução no valor supramencionado, correndo por sua conta e risco a venda extrajudicial por valor a menor, nos termos da fundamentação supra.



O fundamento para tanto era que a avaliação do imóvel superava o valor do crédito do banco, havendo justa expectativa à massa de arrecadação daquilo que sobejar da dívida ao banco para o pagamento dos credores.

No entanto, tal não implica em afastar a regra do Art. 86, I, da LRF, para limitar o valor a ser restituído ao preço recebido pela venda do bem, o que foi firmado pelo juízo antes da alienação, sob pena de pagar-se ao credor além do valor da garantia, utilizando-se ativos da massa destinados ao pagamento dos demais credores.

Assim, a conta correta seria, caso o valor de venda do imóvel fosse inferior ao valor da dívida que ele garantia - o que efetivamente ocorreu - seria simplesmente atualizar o valor da arrematação, sem a incidência de juros e, em havendo diferença entre este e o valor pago ao banco, na data de expedição do alvará, a restituição pela casa bancária do excesso, também corrigido pelo mesmo índice e contando juros somente após a notificação para tanto e eventual negativa de restituição administrativa.

O valor de venda o imóvel foi de R\$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais) em 22.11.2016 e o valor da dívida foi calculado em R\$ 216.379,77 (duzentos e dezesseis mil trezentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos) em 23/07/2019, valor do alvará expedido à casa bancária. Contudo, como o valor pago não pode superar o valor da garantia, equivalente ao valor de venda, devidamente corrigido, necessário apurar qual seria o valor corrigido da arrematação em 23/07/2019 e, em havendo excesso, intimar a casa bancária para restituição.

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)Dados informados

Data inicial 11/2016

Data final 07/2019

Valor nominal R\$ 196.000,00 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período 1,12679070

Valor percentual correspondente 12,679070 %

Valor corrigido na data final R\$ 220.850,98 (REAL)

Da presente decisão, intimem-se à Administração Judicial e o Banco

Banrisul.

Nada vindo aos autos pela Administração no prazo de 5 (cinco) dias, voltem conclusos para a destituição e nomeação de novo Administrador para o prosseguimento.

Informe-se ainda, mediante consulta, os saldos das forças da massa nas contas judiciais, oficiando-se ao Banrisul, caso necessário, para a transferência de valores ainda vinculados ao processo físico.

Diligências."

Em 21/12/2021, conforme Evento 75, restou certificado que, em cumprimento ao despacho lançado no Evento 71, que os valores em depósito já foram todos transferidos do processo físico para os autos do processo eletrônico da presente



falência, e que o montante atual das disponibilidades da Massa Falida constitui-se em um único depósito judicial (conta n.º 0290-934281.6-65), com saldo atual de R\$ 28.339,20 (vinte e oito mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos), até aquela data, como certificado que o saldo do depósito judicial no valor atualizado de R\$ 5.545,58 (conta nº 0290-934420.6-81) diz respeito ao percentual dos honorários reservados (40%) em favor do Administrador Judicial, conforme decisão das fls. 422 e verso e ofício do Banrisul S.A., das fls. 449/450, dos autos físicos - Evento 4/OUT8).

Diante de tais informações, no Evento 80, bem como considerando a não regularização determinada no Evento 72, o Juízo **destituiu** o anterior ADMINISTRADOR JUDICIAL; nomeou, em substituição, o advogado signatário e determinou outras providências.

3. Das providências e demais diligências a serem adotadas:

Destaca-se, como visto, que, para saneamento e regular encaminhamento do presente processo falimentar, pendem sejam adotadas algumas diligências, do que se ocupará a administração judicial, como cuidaremos a seguir.

3.1. Dos créditos da massa falida identificados no processo

019/1.05.0062298-1:

Após verificação e estudo preliminar, esta administração judicial identificou a existência de crédito em favor da falida, decorrente de sentença prolatada nos autos do processo 019/1.05.0062298-1.

Tal crédito decorre, Excelência, de decisão judicial que, naquele feito, decretou rescindido o contrato de promessa de compra e venda firmado entre a agora falida e Fernando Bruno Fleck, de modo que fosse devolvido à Tresce Indústria de



Máquinas Ltda. a totalidade do preço recebido, acrescido de correção monetária pelo IGP-M desde o efetivo desembolso, juros legais de 6% desde a citação na referida ação, até o advento do novo Código Civil, quando os juros deverão ser majorados para 12 % ao ano. Deste total, deverá ser deduzido o valor correspondente a dois mil dólares que já haviam sido recebidos pela então autora (ora massa falida).

Após o trânsito em julgado (ocorrido em 25/07/2013), a autora teve sua quebra decretada, sem que, até o momento: a) tivesse sua representação regularizada, pela administração judicial nomeada; b) fosse dado início à fase de cumprimento de sentença, porquanto, pelo apurado, até o momento, pende discussão a respeito das custas necessárias para a fase de cumprimento de sentença (hipóteses nas quais, como sabido, em casos como o presente, se costuma deferir assistência judiciária gratuita).

Nesse andar, com vistas à regularização e consequente seguimento do aludido processo, esta administração judicial pretende se habilitar no respectivo feito, reportando a esse Juízo possível e eventual andamento relevante, de modo a recuperar valores pertencentes à massa falida, se assim for o caso.

3.2. Dos créditos da massa falida relacionados na petição inicial que jamais foram desentranhados e cobrados/executados judicialmente:

Desde a petição inicial, a falida relacionou duplicatas que dispunha relativas a créditos nela indicados, relacionados no Evento 4, OUT, fls. 27/32.

Contudo, lamentavelmente, nada foi feito no momento indicado. Atentemos, por oportuno, que a última das duplicatas acostada com a petição inicial possui vencimento em 30/09/2014.

Infelizmente, na hipótese, por conta do não manejo das medidas necessárias a tempo, identificamos a prescrição das aludidas duplicatas, tanto quanto à sua eficácia executiva - que é de 03 anos (art. 18, inciso I, da Lei 5.474/68), bem como para manejo de possível ação monitória ou de cobrança tendo as duplicatas como base - que é de 05 anos (art. 206, § 5.º, inciso I, do Código Civil).

Pelo tanto, infelizmente, neste momento, nada mais poderá ser feito com vistas a se manejar ações executivas ou de cobrança supedaneadas nos então títulos que instrumentalizam a petição inicial.

Destaca-se, para facilitar a compreensão desse respeitável Juízo, que, ao que observamos, tal desentranhamento e consequente disponibilização das referidas duplicatas não ocorreu porquanto, mesmo autorizado seu desentranhamento mediante substituição por cópia (Evento 7, OUT 7, fl. 23), tal providência jamais restou adotada, na prática - não sendo sabido, por esta administração judicial, a exata razão desta *não providência*, de modo que, na presente data, nada mais se pode fazer a respeito, lamentavelmente.

3.3. Dos valores a serem restituídos pelo Banco Banrisul:

Analisando os autos, bem como o próprio despacho desse ínclito Juízo (Evento 71), identificamos que, ao se restituir os valores devidos ao Banco Banrisul, por equívoco, houve repasse a maior daquele que deveria ter ocorrido, o que inclusive já foi objeto de cálculo e decisão judicial.

Resumidamente, deverá o Banco Banrisul ser intimado a restituir à massa falida o valor decorrente da diferença entre aquele recebido por meio de alvará e o já calculado por esse respeitável Juízo, qual seja R\$ 4.471,21 (R\$ 220.850,98 - R\$



216.379,77) - isso sem falarmos em justa correção deste valor, se assim esse douto Juízo entender.

3.4. Dos demais pontos a serem saneados:

Como vistas a sintetizar de forma clara e objetiva os demais pontos observados, segue relação correspondente, com o direcionamento entendido pertinente a ser levado a efeito:

Questão a ser diligenciada	Andamento procedido
Descadastramento do administrador judicial destituído	Após a intimação de que trata o evento 81, decorrido o prazo, deverá ser descadastrado o administrador anterior, de modo a se evitar tumulto processual.
Pedido dos falidos de extinção das suas obrigações e reabilitação	Já houve instauração de incidente, com trâmite em apenso, na forma da decisão do evento 59, devendo tal matéria ser tratada no referido processo.
Valores IPTU imóvel Município de Novo Hamburgo	Considerando que já houve autorização judicial para pagamento dos IPTU's do imóvel pertencente à massa, foi requerida a intimação da municipalidade, para que diga quais os valores devidos a serem pagos, se ainda for o caso.
Pagamento dos credores	Com o cumprimento das diligências manifestadas na presente petição, será procedida à verificação necessária para pagamento dos credores, inclusive com possível rateio.

3.5. Dos honorários da administração judicial:

Consoante observamos dos autos, restou deliberada a remuneração do administrador destituído em 5% do ativo arrecadado, tendo este procedido ao saque de 60% (sessenta por cento) dos valores. O restante (40% da remuneração estipulada) restou depositada e reservada judicialmente.

Ainda que possamos compreender que a massa possui ativos em representatividade inferior ao que entendemos remunerar de forma mais justa o trabalho que ora está sendo realizado por esta administração judicial, de modo a se buscar maior equilíbrio nesta fase processual, sugere-se que a remuneração da administração judicial corresponda aos valores e percentuais indicados na tabela da OAB/RS vigente, a seguir reproduzida:

5. ATIVIDADES EM MATÉRIA DE INSOLVÊNCIA, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS			
INDICATIVO		Valores	%
5.1	Pedido de falência e acompanhamento até a decretação	R\$ 4.001,92	20%
5.2	Ação de Restituição e Ação Reivindicatória, até a decisão final	R\$ 4.001,92	20%
5.3	Pedido de Recuperação de Empresa	R\$ 6.669,86	20%
5.4	Pedido de declaração de insolvência	R\$ 3.334,93	20%
5.5	Habilitação Tempestiva ou Retardatária e Divergência de Crédito	R\$ 3.334,93	20%
5.6	Representação do Falido (sobre o montante do passivo)	R\$ 6.669,86	20%
5.7	Representação do Devedor Insolvente (sobre o montante do passivo)	R\$ 6.669,86	20%
5.8	Representação do Administrador Judicial na Falência ou na Recuperação Judicial	R\$ 8.003,84	10%

No caso, diante das particularidades do caso em concreto, considerando que houve a destituição do administrador anterior (com evidente prejuízo relativamente à remuneração desta administração judicial), bem assim que, para



saneamento e efetivação das medidas necessárias ao encerramento do processo, há necessidade de diversos atos e diligências por parte desta administração judicial, entende-se por adequada a remuneração no montante estipulado na tabela regulatória da ordem dos advogados do Estado do Rio Grande do Sul (R\$ 8.003,84, a ser procedido por meio de alvará neste momento processual), acrescido do percentual de 10% (dez por cento) do ativo arrecadado remanescente, bem como daquele que eventualmente possa ser obtido em favor da massa, decorrente do valor a ser devolvido pelo Banco Banrisul, bem como junto ao processo 019/1.05.0062298-1, se assim for o caso.

Esclarecemos, por oportuno, que, pelo já analisado até o momento, a remuneração sugerida não compromete o pagamento dos credores extraconcursais e trabalhistas, que deverão ser pagos na integralidade dos seus créditos.

4. Dos pedidos:

Diante do exposto, a administração judicial manifesta-se no seguinte sentido:

a) inicialmente, após a intimação de que trata o evento 81, decorrido o prazo, deverá ser descadastrado o administrador anterior, de modo a se evitar tumulto processual;

b) relativamente ao item “3.1”, esclarece que tomará conhecimento do aludido processo, de modo a proceder com a necessária habilitação, bem assim, sendo o caso, proceder com os eventuais impulsos entendidos pertinentes;

c) no que toca ao item “3.2”, noticiar que nada mais há a ser feito a respeito das duplicadas juntadas na petição inicial;



d) a respeito do item “3.3”, que seja intimado o Banco Banrisul a restituir à massa falida o valor decorrente da diferença entre aquele recebido por meio de alvará e o já calculado por esse respeitável Juízo, qual seja **R\$ 4.471,21**, no prazo de até 10 (dez) dias;

e) considerando que já houve autorização desse Juízo para pagamento dos IPTU's incidentes sobre o imóvel após a quebra e até a arrematação, seja intimada a municipalidade para, no prazo de até 10 (dez) dias, trazer ao feito a relação de eventuais débitos pendentes do referido período, para posterior pagamento, pela massa;

f) seja acolhida a pretensão da remuneração da administração judicial indicada no item “3.5”, com a consequente expedição de alvará eletrônico e pagamento nos seguintes dados bancários: banco Banrisul (041), Agência: 0290, C/C 358523190-6, CPF: 003.789.830-24, Titular: Davi Válder dos Santos;

g) com a adoção das diligências antes indicadas, requer nova vista, para avaliação de pagamento e possível rateio aos credores, já com os valores totais finais vinculados ao presente feito.

Por último, se coloca à disposição desse Douto Juízo para o que for necessário ao bom andamento do presente processo.

Nesses termos, pede deferimento.

Novo Hamburgo-RS, 04 de fevereiro de 2022.

DAVI VÁLTER DOS SANTOS
ADMINISTRADOR JUDICIAL
OAB/RS 69.307

Evento 87

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__83

Data:

07/02/2022 12:37:58

Usuário:

MP-FABIANORED - FABIANO REDIVO SILVA - PROCURADOR

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

87

Evento 88

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___83

Data:

07/02/2022 12:38:00

Usuário:

MP-FABIANORED - FABIANO REDIVO SILVA - PROCURADOR

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

88



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE NOVO HAMBURGO

Procedimento nº **00815.002.950/2021** — Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

5002846-95.2014.8.21.0019

Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

CIÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MM. Juiz(a):

Ciente do teor da intimação.

Novo Hamburgo, 07 de fevereiro de 2022.

Fabiano Redivo Silva,
Promotor de Justiça.

Nome: **Fabiano Redivo Silva**
Promotor de Justiça — 3443655
Lotação: **Promotoria de Justiça Criminal de Novo Hamburgo**
Data: **07/02/2022 12h37min**

Documento eletrônico assinado por login e senha (Provimento nº 63/2016-PGJ).

Evento 89

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AOS_EVENTOS___81_E_82

Data:

07/02/2022 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

89

Evento 90

Evento:

CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO___82

Data:

10/02/2022 09:31:45

Usuário:

RS025965 - RUI CARLOS DE FREITAS GUERREIRO - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

90

Evento 91

Evento:

ATO_ORDINATORIO_PRATICADO

Data:

11/02/2022 17:57:41

Usuário:

PCMARSOLA - PEDRO CESAR DE SOUZA MARSOLA - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

91



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Local: Novo Hamburgo

Data: 11/02/2022

CERTIDÃO

Certifico que nos autos do processo de Extinção de Obrigação nº**5025063-88.2021.8.21.0019**, proposto pelos falidos **ILIRDI EBERT SCHUNCK** e **CARLOS GUSTAVO SCHUNK JÚNIOR**, foi publicado no Órgão Oficial (Diário da Justiça Eletrônico), o edital de intimação expedido no Evento 5 daqueles autos, na edição nº 7.095, do dia 18 de novembro de 2021, sem que tenha havido qualquer oposição, impugnação, e/ou manifestação de credores da Massa Falida de TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA., e/ou de terceiros interessados, fato devidamente certificado no referido processo, em apenso, que seguiu com vista para o Administrador Judicial nomeado e ao Ministério Público.

O referido é verdade. Dou fé.

Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CESAR DE SOUZA MARSOLA**, Diretor de Secretaria Substituto, em 11/2/2022, às 17:57:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10015301061v2** e o código CRC **267fb39c**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10015301061.V2

Evento 92

Evento:

DECORRIDO_PRAZO____REFER__AO_EVENTO__81

Data:

15/02/2022 01:55:22

Usuário:

SECFP - SISTEMA DE FECHAMENTO DE PRAZOS - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

92

Evento 93

Evento:

ALTERADA_A_PARTE___EXCLUSAO___SITUACAO_DA_PARTE_JOSE_ANTONIO_RAMOS_FERNANDE

Data:

15/02/2022 12:24:15

Usuário:

RBLUME - ROBERTA TISATO BLUME - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

93

Evento 94

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO

Data:
24/02/2022 14:47:32

Usuário:
AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:
5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:
94



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Local: Novo Hamburgo

Data: 24/02/2022

OFÍCIO Nº 10015755117

(Ao responder, favor mencionar o nº do processo e direcionar o ofício de resposta ao e-mail: frnovohambvre@tjrs.jus.br)

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a):

Pelo presente, solicito a Vossa Excelência seja procedido ao registro no **Cadastro de Administradores Judiciais**, conforme decisão proferida nos autos supramencionados, abaixo transcrita:

DESPACHO / DECISÃO JUDICIAL: *"Vistos. Diante do não atendimento à intimação do Evento 72, a fim de dar regular andamento ao presente feito falimentar (despacho do Evento 71), tenho que o Bel. JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES, nomeado Administrador Judicial, devidamente compromissado nos autos em 27/10/2014 (fl. 174 dos autos físicos – Evento 4- OUT2), faltou com o cumprimento de seus deveres, previstos no rol do artigo 22, inciso III, da Lei nº 11.101/05, pois não vem atendendo as intimações para dar regular andamento ao processo, sendo que sua última manifestação nos autos ocorreu em maio de 2019 (fls. 420 dos autos físicos – Evento 4 – OUT8), levantando questão – valor pago a maior ao Banco Banrisul, decorrente da venda de imóvel objeto de pedido de restituição) que se verificou, ao depois, infundada (vide última decisão - Evento 71). De salientar que a própria digitalização dos autos do processo físico de falência, a fim de facilitar e agilizar os procedimentos, foi realizada pelo Procurador das Falidas, Dr. Rui Guerreiro, considerando o não atendimento, por parte do Administrador Judicial, ao despacho das fls. 463/464 dos autos físicos (Evento 4- OUT9). Ademais, há questões importantes do processo sobre as quais o Administrador Judicial supramencionado não se manifestou, tais como a adoção de medidas visando à cobranças de duplicatas mercantis que instruíram a inicial e que se constituem crédito da Massa Falida, e, mais recentemente, o pleito de extinção de obrigações dos falidos, formulado na manifestação do Evento 55 e Anexos, e sobre os quais o Administrador Judicial não apresentou qualquer parecer ou adotou quaisquer providências no curso da lide. Nesse cenário, e com fulcro no artigo 31, caput, da Lei Falimentar supramencionada, **DESTITUO o Administrador Judicial, Bel. JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES do cargo de Administrador Judicial na presente falência, e NOMEIO, EM SUBSTITUIÇÃO**, na forma do § 1º do referido dispositivo legal, o Bel. DAVI VÁLTER DOS SANTOS, OAB-RS 069307 (davi@beckeresantos.com.br), sob*

compromisso, o qual poderá ser prestado mediante simples manifestação nos autos, em caso de aceitação. Cumprirá ao Administrador ora destituído, por sua vez, nos termos do artigo 31, § 2º, da LRF, prestar contas de sua gestão, suportando, ainda, a perda do saldo reservado de honorários em seu favor (fls. 422 e verso e ofício do Banrisul S.A., das fls.449/450 dos autos físicos – Evento 4/OUT8), conforme certificado no Evento 75. Oficie-se ao e. TJRS para registro no Cadastro de Administradores Judiciais. Intimem-se, inclusive, o Ministério Público. No incidente em apenso (processo nº 5025063-88.2021.8.21.0019), certifique-se a publicação e o eventual decurso do prazo do edital lá expedido. Diligências legais. 28/01/2022. Alexandre Kosby Boeira, Juiz de Direito."

Atenciosamente,

Destinatário: Tribunal de Justiça / RS
E-mail: presidencia@tjrs.jus.br; cgj@tjrs.jus.br

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 24/2/2022, às 14:47:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10015755117v3** e o código CRC **8467895e**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10015755117 .V3

Evento 95

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_COMUNICACAO_ELETRONICA___EMAIL_ENVIADO

Data:

25/02/2022 13:08:27

Usuário:

MCLAUDIA - MARIA CLAUDIA VALIM DA SILVA - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

95

Justiça Estadual

Informações do Email Enviado

25/02/2022 13:08:26

De: fnovohambvre@tjrs.jus.br

Para: presidencia@tjrs.jus.br

Assunto: Ofício - Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo - Processo 5002846-95.2014.8.21.0019

Boa tarde.

Segue, em anexo, ofício expedido nos autos do processo 5002846-95.2014.8.21.0019.

Atenciosamente,

Central de Cumprimento Cartorário - CCC
Comarca de Novo Hamburgo/RS.

[Email enviado pelo sistema eprocRS da Justiça
Estadual]

Anexos

Evento 94-OFIC1.pdf

Evento 96

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

12/03/2022 21:20:37

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

96

Evento 97

Evento:

DECISAO_INTERLOCUTORIA

Data:

13/03/2022 19:05:12

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

97



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Vistos,

Versa o presente sobre a autofalência de TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Desituído o anterior Administrador Judicial pela decisão do Evento 80, o novo profissional nomeado peticiou nos autos no Evento 86. Após aceitar a nomeação e realizar relatório circunstanciado do andamento do processo, formulou os seguintes apontamentos e requerimentos:

1. Necessidade do descadastramento do caderno processual do administrador anterior, de modo a se evitar tumulto processual;
2. Promoção pela Administração do impulso processual do cumprimento de sentença do processo 019/1.05.0062298-1, que reconheceu a existência de crédito em favor da falida, que será objeto de arrecadação pela Massa;
3. Dispensa da cobrança das duplicatas relacionadas pela falida na inicial, pela prescrição dos títulos, tanto quanto à sua eficácia executiva - que é de 03 anos (art. 18, inciso I, da Lei 5.474/68), bem como para manejo de possível ação monitória ou de cobrança tendo as duplicatas como base - que é de 05 anos (art. 206, § 5.º, inciso I, do Código Civil);
4. Que seja intimado o Banco Banrisul a restituir à massa falida o valor decorrente da diferença entre aquele recebido por meio de alvará e o já calculado por esse respeitável Juízo, qual seja R\$ 4.471,21 (quatro mil quatrocentos e setenta e um reais e vinte e um centavos), no prazo de até 10 (dez) dias;
5. A fixação da remuneração da Administração, no montante mínimo estipulado na tabela regulatória da ordem dos advogados do Estado do Rio Grande do Sul (R\$ 8.003,84 , oito mil três reais e oitenta e quatro centavos), acrescido do percentual de 10% (dez por cento) do ativo arrecadado remanescente, bem como daquele que eventualmente possa ser obtido em favor da massa, decorrente do valor a ser devolvido pelo Banco Banrisul, bem como junto ao processo 019/1.05.0062298-1, se assim for o caso;

É o breve relato.

Examino.

Exclua-se o Administrador destituído do cadastramento processual.

Acolho o cumprimento pelo Administrador Judicial do dever processual do Art. 22, III, letras "c" e "n", da Lei 11.101/2005 e sua representação processual da massa falida para o cumprimento de sentença do processo 019/1.05.0062298-1.

Com relação aos títulos em poder da massa falida, a considerar a prescrição do direito de ação, uma vez que não se aplica a suspensão do prazo prescricional pelo processamento da recuperação judicial e pelo decreto de falência (artigo 6º da Lei nº 11.101/2005) quando a Massa Falida é credora e não devedora. Como a duplicata prescrita serve apenas como princípio de prova da relação jurídica subjacente que deu ensejo a sua emissão, não possuindo a necessária certeza e exigibilidade que legitimam o portador a exigir seu imediato pagamento, bem como ausente a possibilidade de comprovação da efetiva realização dos negócios, dispense a Administração de realizar o protesto ou a cobrança judicial dos títulos.

No entanto, por força do disposto no Art. 22, III, "I", determino ao Administrador que encaminhe simples correspondência aos devedores que estiverem indicados nos títulos, sem efeitos de cobrança, dando conta que aqueles que assim pretenderem, para sua conveniência, poderão obter documento de quitação administrativa pela massa, pagando exclusivamente os valores de face estampados nos títulos. Poderá o Administrador fazer constar o trecho dessa decisão sobre o ponto específico nas correspondências.

Defiro, outrossim, a intimação do Banco Banrisul para restituir à massa falida o valor decorrente da diferença entre aquele recebido por meio de alvará e o já calculado nos autos, qual seja R\$ 4.471,21 (quatro mil quatrocentos e setenta e um reais e vinte e um centavos), assinalado o prazo de 10 (dez) dias para atendimento;

Por fim, dê-se vista ao Ministério Público sobre a pretensão de honorários da Administração e voltem.

Intimem-se.

Diligências.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito** em 13/3/2022, às 19:5:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10016309844v7** e o código CRC **a29c6217**.

Evento 98

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:
13/03/2022 19:05:13

Usuário:
AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:
5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:
98

Administrador:
Davi Válter dos Santos

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
24/03/2022 00:00:00

Data Final:
30/03/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:
DAVI VÁLTER DOS SANTOS

Evento 99

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

13/03/2022 19:05:13

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

99

Interessado:

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL

Prazo:

10 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

24/03/2022 00:00:00

Data Final:

07/04/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

FELIPE CRAVO SOUZA

Suspensões e Feriados:

Emancipação do Município: 04/04/2022

Evento 100

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

13/03/2022 19:05:13

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

100

Ministério Público:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prazo:

30 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

15/03/2022 00:00:00

Data Final:

28/04/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES, MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES

Suspensões e Feriados:

Emancipação do Município: 04/04/2022

Sexta-Feira Santa: 15/04/2022

Tiradentes: 21/04/2022

Evento 101

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AO_EVENTO___100

Data:

14/03/2022 21:22:26

Usuário:

MP-PRATES - MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES - PROCURADOR

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

101

Evento 102

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___100

Data:

14/03/2022 21:22:28

Usuário:

MP-PRATES - MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES - PROCURADOR

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

102



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE NOVO HAMBURGO

Procedimento nº **00815.002.950/2021** — Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Processo Judicial 5002846-95.2014.8.21.0019
Comarca de Novo Hamburgo

Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Polo ativo: Tresce Industria de Maquinas Ltda., CNPJ nº 92.069.442/0001-02

Terceiro Davi Válder dos Santos, Br, CPF nº 003.789.830-24

Terceiro Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/a - Banrisul, CNPJ nº 92.702.067/0001-96

PROMOÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Meritíssimo Juiz:

Ciente da manifestação do evento n.º 86 dos autos pelo Senhor Administrador Judicial, especificamente no que concerne à pretensão de fixação de honorários da Administração Judicial, o **Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul** não possui nada a opor, ou a requerer, haja vista que, conforme explicitado na referida manifestação, a remuneração sugerida não compromete o pagamento dos credores extraconcursais e trabalhistas.

Novo Hamburgo, 14 de março de 2022.

Manoel Luiz Prates Guimarães,
Promotor de Justiça.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE NOVO HAMBURGO

Procedimento nº **00815.002.950/2021** — Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Nome: **Manoel Luiz Prates Guimarães**
Promotor de Justiça — 3432912
Lotação: **Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo**
Data: **14/03/2022 21h22min**

Documento eletrônico assinado por login e senha (Provimento nº 63/2016-PGJ).

Evento 103

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AOS_EVENTOS___98_E_99

Data:

23/03/2022 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

103

Evento 104

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

28/03/2022 15:48:55

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

104

Evento 105

Evento:

DECISAO_INTERLOCUTORIA

Data:

30/03/2022 09:28:06

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

105



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Vistos,

Versa o presente sobre a autofalência de TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Destituído o anterior Administrador Judicial pela decisão do Evento 80, o novo profissional nomeado peticiou nos autos no Evento 86, aceitando a nomeação e formulando requerimentos, dentre estes a fixação de honorários em seu favor.

Com vista, o Ministério Público opinou favoravelmente ao pedido.

É o breve relato.

Examino.

A remuneração dos honorários da Administração deve atender aos critérios balisadores do art. 24, caput, da Lei 11.101/2005, em especial o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.

Fundamentando seu pedido nos honorários praticados e no ativo remanescente, considerando o anterior Administrador ter recebido valores proporcionais ao trabalho realizado, acolho o requerimento e fixo os honorários da Administração, para o trabalho até o encerramento do processo em R\$ 8.003,84 , oito mil três reais e oitenta e quatro centavos), acrescido do percentual de 10% (dez por cento) do ativo arrecadado remanescente, e daquele que eventualmente ainda possa ser obtido em favor da massa.

Expeça-se alvará no valor de 60% do valor líquido, R\$ 4.802,30 (quatro mil oitocentos e dois reais e trinta centavos), reservando-se o saldo em conta própria de reserva ao Administrador - R\$ 3.201,54 (três mil duzentos e um reais e cinquenta e quatro centavos). Após, certifique-se o saldo que sobejar das forças da massa, depositando-se na mesma conta de reserva de honorários da Administração o percentual de 10%.

Após, intime-se o Administrador para dizer sobre o prosseguimento.

Diligências.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito** em 30/3/2022, às 9:28:6, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10016961948v4** e o código CRC **044040f7**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10016961948 .V4

Evento 106

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

30/03/2022 09:28:06

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

106

Administrador:

Davi Válter dos Santos

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

12/04/2022 00:00:00

Data Final:

19/04/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

DAVI VÁLTER DOS SANTOS

Suspensões e Feriados:

Sexta-Feira Santa: 15/04/2022

Evento 107

Evento:

ALTERADA_A_PARTE___EXCLUSAO___SITUACAO_DA_PARTE_OS_MESMOS___EXCLUIDA

Data:

30/03/2022 16:14:14

Usuário:

GPPELENZ - GABRIEL PEREIRA PELLEZ - DIRETOR DE SECRETARIA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

107

Evento 108

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___98

Data:

30/03/2022 16:56:32

Usuário:

RS069307 - DAVI VÁLTER DOS SANTOS - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

108



Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo-RS:

Processo: 5025063-88.2021.8.21.0019

O ADMINISTRADOR JUDICIAL DA MASSA FALIDA DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA., já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, em atenção a intimação do Evento 98, no que tange ao envio das correspondências aos devedores das duplicatas, informar o que, atendendo ao comando judicial, na data de hoje, foram encaminhadas as correspondências digitais, por e-mail, a todas as empresas indicadas, conforme documentação anexa.

Nestes termos, pede deferimento.

Novo Hamburgo-RS, 30 de março de 2022.

Davi Valter dos Santos

Administrador Judicial

OAB/RS 69.307

Gabriela Baldin

De: Gabriela Baldin <gabriela@beckeresantos.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 30 de março de 2022 16:38
Para: 'boxflex@boxflex.com.br'
Cc: 'Davi - Becker & Santos Advogados'
Assunto: Cobrança Duplicatas - Massa Falida Tresce Indústria de Máquinas Ltda
Anexos: Tresce - Correspondência - Cobrança - BoxFlex.pdf; Guia Depósito - BoxFlex.pdf; Decisão - nomeação AJ.pdf; Duplicatas-1 - Boxflex.pdf

Prezados, boa tarde!

Pelo presente, a pedidos do Administrador Judicial da Massa Falida Tresce Indústria de Máquinas Ltda, que nos lê em cópia, atendendo ao comando judicial proferido pelo Magistrado da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo, enviamos a correspondência e documentos, os quais seguem em anexo.

Nos colocamos à disposição para o que for necessário.

Cordialmente,

Gabriela Luiza Baldin



GABRIELA LUIZA BALDIN
ADVOGADA - OAB/RS 103.674

(51) 99594-7913
@beckeresantos
www.beckeresantos.com.br

Novo Hamburgo-RS, 30 de março de 2022.

A/C
BoxFlex Componentes para Calçados Ltda.
Avenida dos Municípios, n. 101
Bairro Canudos – Novo Hamburgo/RS
CEP 93.544-750

Prezado(a) Senhor(a):

Na condição de Administrador Judicial, designado pelo Douto Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo-RS, da **Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda.**, servimo-nos da presente para informar que foi identificado o valor do crédito de **R\$ 83.007,00 (oitenta e três mil e sete reais)**, decorrente de duplicata mercantil, a ser pago à Massa Falida.

Sendo assim, diante do que dispõe o artigo 22, III, “I”, da Lei 11.101/05, bem como dos termos da decisão publicada nos autos do processo falimentar a seguir reproduzida, foi determinado a este Administrador Judicial o seguinte:

“(…) por força do disposto no Art. 22, III, “I”, determino ao Administrador que encaminhe simples correspondência aos devedores que estiverem indicados nos títulos, sem efeitos de cobrança, dando conta que aqueles que assim pretenderem, para sua conveniência, poderão obter documento de quitação administrativa pela massa, pagando exclusivamente os valores de face estampados nos títulos.”

Portanto, ante o exposto, pelo presente, com arrimo na decisão judicial, para aqueles que pretenderem, por sua conveniência, quitarem o débito em aberto, **será disponibilizado documento de quitação administrativa, sem acréscimos de juros e correção monetária.**

Informamos, em conjunto, que a guia para quitação do respectivo valor, via depósito judicial, está anexada ao presente comunicado.

Ademais, para o que for necessário, ficamos à disposição de Vossa Senhoria para os devidos esclarecimentos, de segundas às sextas-feiras, das 14 horas às 17 horas, pelo telefone (51) 3524.4547, bem como no e-mail **davi@beckeresantos.com.br.**

Atenciosamente.

Davi Válter dos Santos
Administrador Judicial
OAB/RS 69.307

Gabriela Baldin

De: Gabriela Baldin <gabriela@beckeresantos.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 30 de março de 2022 16:46
Para: 'comercial@cootegal.com.br'
Cc: 'Davi - Becker & Santos Advogados'
Assunto: Cobrança Duplicatas - Massa Falida Tresce Indústria de Máquinas Ltda
Anexos: Tresce - Correspondência - Cobrança - Cotegal.pdf; Guia Depósito - Cotegal.pdf; Duplicatas-5 - Galopolis.pdf; Decisão - nomeação AJ.pdf

Prezados, boa tarde!

Pelo presente, a pedidos do Administrador Judicial da Massa Falida Tresce Indústria de Máquinas Ltda, que nos lê em cópia, atendendo ao comando judicial, proferido pelo Magistrado da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo, enviamos a correspondência e documentos, os quais seguem em anexo.

Nos colocamos à disposição para o que for necessário.

Cordialmente,

Gabriela Luiza Baldin



GABRIELA LUIZA BALDIN
ADVOGADA - OAB/RS 103.674

(51) 99594-7913
@beckeresantos
www.beckeresantos.com.br

Novo Hamburgo-RS, 30 de março de 2022.

A/C
Cooperativa Textil Galópolis Ltda.
Rua Antônio Chaves, n.º 383
Bairro Galópolis, Caxias do Sul-RS
CEP 95.090-030

Prezado(a) Senhor(a):

Na condição de Administrador Judicial, designado pelo Douto Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo-RS, da **Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda**, servimo-nos da presente para informar que foi identificado o valor do crédito de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, decorrente de duplicatas mercantis, a ser pago à Massa Falida.

Sendo assim, diante do que dispõe o artigo 22, III, "I", da Lei 11.101/05, bem como dos termos da decisão publicada nos autos do processo falimentar a seguir reproduzida, foi determinado a este Administrador Judicial o seguinte:

"(...) por força do disposto no Art. 22, III, "I", determino ao Administrador que encaminhe simples correspondência aos devedores que estiverem indicados nos títulos, sem efeitos de cobrança, dando conta que aqueles que assim pretenderem, para sua conveniência, poderão obter documento de quitação administrativa pela massa, pagando exclusivamente os valores de face estampados nos títulos."

Portanto, ante o exposto, pelo presente, com arrimo na decisão judicial, para aqueles que pretenderem, por sua conveniência, quitarem o débito em aberto, **será disponibilizado documento de quitação administrativa, sem acréscimos de juros e correção monetária.**

Informamos, em conjunto, que a guia para quitação do respectivo valor, via depósito judicial, está anexada ao presente comunicado.

Ademais, para o que for necessário, ficamos à disposição de Vossa Senhoria para os devidos esclarecimentos, de segundas às sextas-feiras, das 14 horas às 17 horas, pelo telefone (51) 3524.4547, bem como no e-mail **davi@beckeresantos.com.br**.

Atenciosamente.

Davi Válter dos Santos
Administrador Judicial
OAB/RS 69.307

Gabriela Baldin

De: Gabriela Baldin <gabriela@beckeresantos.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 30 de março de 2022 16:41
Para: 'faleconosco@liquigas.com.br'
Cc: 'Davi - Becker & Santos Advogados'
Assunto: Cobrança Duplicatas - Massa Falida Tresce Indústria de Máquinas Ltda
Anexos: Tresce - Correspondência - Cobrança - Liquigás.pdf; Guia Depósito - Liquigás.pdf; Duplicatas-2-4 - Liquigas.pdf; Decisão - nomeação AJ.pdf

Prezados, boa tarde!

Pelo presente, a pedidos do Administrador Judicial da Massa Falida Tresce Indústria de Máquinas Ltda, que nos lê em cópia, atendendo ao comando judicial, proferido pelo Magistrado da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo, enviamos a correspondência e documentos, os quais seguem em anexo.

Nos colocamos à disposição para o que for necessário.

Cordialmente,

Gabriela Luiza Baldin



GABRIELA LUIZA BALDIN
ADVOGADA - OAB/RS 103.674

(51) 99594-7913
@beckeresantos
www.beckeresantos.com.br

Novo Hamburgo-RS, 30 de março de 2022.

A/C
Liquigás Distribuidora S/A.
Rua José Gomes Ferreira, n.º 280
Betim-MG
CEP 32.684-394

Prezado(a) Senhor(a):

Na condição de Administrador Judicial, designado pelo Douto Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo-RS, da **Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda**, servimo-nos da presente para informar que foi identificado o valor do crédito de **R\$ 22.260,00 (vinte e dois mil, duzentos e sessenta reais)**, decorrente de duplicatas mercantis, a ser pago à Massa Falida.

Sendo assim, diante do que dispõe o artigo 22, III, "I", da Lei 11.101/05, bem como dos termos da decisão publicada nos autos do processo falimentar a seguir reproduzida, foi determinado a este Administrador Judicial o seguinte:

"(...) por força do disposto no Art. 22, III, "I", determino ao Administrador que encaminhe simples correspondência aos devedores que estiverem indicados nos títulos, sem efeitos de cobrança, dando conta que aqueles que assim pretenderem, para sua conveniência, poderão obter documento de quitação administrativa pela massa, pagando exclusivamente os valores de face estampados nos títulos."

Portanto, ante o exposto, pelo presente, com arrimo na decisão judicial, para aqueles que pretenderem, por sua conveniência, quitarem o débito em aberto, **será disponibilizado documento de quitação administrativa, sem acréscimos de juros e correção monetária.**

Informamos, em conjunto, que a guia para quitação do respectivo valor, via depósito judicial, está anexada ao presente comunicado.

Ademais, para o que for necessário, ficamos à disposição de Vossa Senhoria para os devidos esclarecimentos, de segundas às sextas-feiras, das 14 horas às 17 horas, pelo telefone (51) 3524.4547, bem como no e-mail **davi@beckeresantos.com.br**.

Atenciosamente.

Davi Válter dos Santos
Administrador Judicial
OAB/RS 69.307

Evento 109

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

31/03/2022 10:14:58

Usuário:

SECFIN - SISTEMA FINANCEIRO - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

109

Evento 110

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___99

Data:

06/04/2022 11:16:55

Usuário:

RS056343 - FELIPE CRAVO SOUZA - PROCURADOR

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

110

EXMO. SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL EMPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO

Processo: 5002846-95.2014.8.21.0019

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL, já devidamente qualificado nos autos da ação onde litiga contra **TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.**, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., por seu procurador in fine assinado, expor e requerer o que se segue:

Em atenção aos termos da nota de expediente retro, vem a parte informar que efetuou a devolução dos valores via depósito judicial, conforme segue em anexo.

Requer, por fim, que toda publicação referente a este processo seja realizada exclusivamente em nome dos procuradores **DR. MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA, OAB/MG 63.440**, **DRA. FLÁVIA DE ALMEIDA MOURA DI LATELLA, OAB/MG 109.730** e **DR. FELIPE CRAVO SOUZA, OAB/RS 56.343** e que eventuais intimações via postal sejam encaminhadas aos mesmos procuradores no seguinte endereço: Rua Sergipe, 1167, bairro: Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-171. Ressaltando que apenas os aludidos advogados possuem poderes para o recebimento de todos os atos, publicações, notificações e intimações, sob pena de nulidade, nos termos do artigo 272, do Código de Processo Civil.

Nesses termos, pede deferimento.
Porto Alegre, 06 de abril de 2022



MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA
OAB/MG 63.440

FELIPE CRAVO SOUZA
OAB/RS 56.343



FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA
OAB/MG 109.730

MARIANA BACKES
OAB/RS 114.289



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

GUIA DE RECOLHIMENTO DE DEPÓSITO
DEPOSITAR SOMENTE NO BANCO DO ESTADO DO RGS - BANRISUL

Nº da Guia 019.22/5374641	Data de Emissão 22/03/2022	Agência 0290	Conta Judicial 744652.6-08
Nome do Depositante BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A BANRISU		CPF/CNPJ 92.702.067/0001-96	Processo 5002846-95.2014.8.21.0019
Comarca Comarca de Novo Hamburgo			Valor R\$ 4.471,21

Autenticação Mecânica - Via da Parte



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

GUIA DE RECOLHIMENTO DE DEPÓSITO
DEPOSITAR SOMENTE NO BANCO DO ESTADO DO RGS - BANRISUL

Nº da Guia 019.22/5374641	Data de Emissão 22/03/2022	Agência 0290	Conta Judicial 744652.6-08
Nome do Depositante BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A BANRISU		CPF/CNPJ 92.702.067/0001-96	Processo 5002846-95.2014.8.21.0019
Comarca Comarca de Novo Hamburgo			Valor R\$ 4.471,21

89610000044-8 71211210101-9 92253746410-4 29074465260-0

Autenticação Mecânica - Via do Banco



BANRISUL DEPÓSITO JUDICIAL REMUNERADO
*** CODIGO DE BARRAS ***
89618000049 71211218101 92253746418 29874465268
*** LINHA DIGITÁVEL ***
8961800004975211218101922537464189290744652600
FORMA DE PAGO: DÉBITO EM CONTA
AGÊNCIA: 0100 / CONTA: 9960359996
80881000034 0244 01829700032022 *****4.471,21
035807702080E8276726098E2AF86E092415
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE: 0800-646.1515
OUVIDORIA: 0800-644.2280

Evento 111

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AO_EVENTO___106

Data:

09/04/2022 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

111

Evento 112

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

11/04/2022 19:15:36

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

112

Evento 113

Evento:

PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE

Data:

11/04/2022 19:17:11

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

113



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Vistos,

Cumpra-se a parte final do Evento 105 e dê-se nova vista ao Administrador para prosseguimento.

Diligências.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 11/4/2022, às 19:17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10017627273v2** e o código CRC **e86c5b48**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10017627273 .V2

Evento 114

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:
11/04/2022 19:17:12

Usuário:
AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:
5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:
114

Administrador:
Davi Válter dos Santos

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
20/04/2022 00:00:00

Data Final:
27/04/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:
DAVI VÁLTER DOS SANTOS

Suspensões e Feriados:
Tiradentes: 21/04/2022

Evento 115

Evento:
EXPEDICAO_DE_OFICIO

Data:
13/04/2022 17:28:12

Usuário:
AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:
5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:
115



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Local: Novo Hamburgo

Data: 13/04/2022

OFÍCIO Nº 10017737089

(Ao responder, favor mencionar o nº do processo)

Senhor(a), Gerente:

Pelo presente, a fim de instruir os autos do processo de falência em epígrafe, solicito a Vossa Senhoria, que providencie na abertura de conta judicial em favor do Sr. DAVI VÁLTER DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº **003.789.830-24**, devendo ser efetuado na conta a ser aberta, o depósito do valor de **R\$ 3.201,54 (três mil, duzentos e um reais e cinquenta e quatro centavos)**, a título de honorários a serem reservados a tal profissional, nomeado Administrador Judicial da Massa Falida.

Para tanto, saliento que o montante supramencionado deverá ser retirado/resgatado da conta judicial nº **0290.744652.6-08** vinculada ao referido processo, conforme guia de depósito judicial que segue em anexo.

Sem mais para o momento, e certo de v. providências, envio-lhe as mais cordiais saudações.

Destinatário: Ao(À) Ilmo^a Sr.^a **GERENTE do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL)** -

Endereço(s): Agência 0290 – **Novo Hamburgo/RS**

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 13/4/2022, às 17:28:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10017737089v2** e o código CRC **a39983b2**.

Evento 116

Evento:

EXPEDICAO_DE_ALVARA_ELETRONICO_AUTOMATIZADO____NR_22500092415

Data:

14/04/2022 14:24:43

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

116

Evento 117

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER___AO_EVENTO___114

Data:

19/04/2022 14:02:37

Usuário:

RS069307 - DAVI VÁLTER DOS SANTOS - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

117

Evento 118

Evento:

PETICAO___REFER___AOS_EVENTOS___106_E_114

Data:

19/04/2022 14:02:37

Usuário:

RS069307 - DAVI VÁLTER DOS SANTOS - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

118



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL
EXPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO-RS:

PROCESSO: 5002846-95.2014.8.21.0019

O ADMINISTRADOR JUDICIAL DA MASSA *FALIDA DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA.*, nomeado nos autos processo em epígrafe, vem, respeitosamente, ante Vossa Excelência, em atenção aos despachos dos Eventos 105 e 113, dizer e requerer o que segue:

1. Das correspondências aos devedores da falida:

Inicialmente, quanto às correspondências encaminhadas, conforme comprovado no Evento 108, não houve manifestação dos credores e nem mesmo se prontificaram a efetuar qualquer pagamento, pelo menos até a presente data. Desse modo, caso ocorra qualquer manifestação ou pagamento futuro, será informado a este Juízo.

2. Dos honorários da administração judicial e reembolso de despesas:

No que diz respeito aos honorários da Administração Judicial, informa que está ciente da reserva do valor de R\$ 3.201,54 (três mil duzentos e um reais e cinquenta e quatro centavos), bem como da expedição de alvará do



percentual de 60% (sessenta por cento), correspondente ao valor de R\$ 4.802,30 (quatro mil oitocentos e dois reais e trinta centavos), razão pela qual junta, nesse momento, a respectiva Nota Fiscal.

Ainda, apresenta, nesta oportunidade, os comprovantes de despesas com diligências efetuadas, a fim de localizar bens de devedor em processo judicial no qual a Massa Falida figura como credora, requerendo o **reembolso** do valor total de **R\$ 69,15 (sessenta e nove reais e quinze centavos)**, nos seguintes dados bancários: **banco Banrisul (041), Agência: 0290, C/C 358523190-6, CPF: 003.789.830-24, titular: Davi Válder dos Santo, CPF n.º 003.789.830-24.**

Por fim, considerando que houve a obtenção de ativo, em favor da massa, consistente no pagamento pelo Banrisul, do valor de R\$ 4.471,21 (quatro mil quatrocentos e setenta e um reais e vinte e um centavos), requer-se a expedição de alvará no percentual de 10% (dez por cento), referente aos honorários estipulados, conforme determinado no despacho do Evento 105.

3. Do processo no qual a massa falida figura como credora:

No que diz respeito ao processo n.º 019/1.05.0062298-1, em que é credora a Massa Falida, a administração judicial informa que, até o presente momento, não foram localizados bens passíveis de penhora para satisfazer a dívida.

Contudo, por se tratar de situação basta peculiar, apresentará manifestação a parte, evitando tumulto processual.

4. Dos IPTUs referidos no processo:



Além das questões já suscitadas, considerando que já houve autorização desse Douto Juízo para pagamento dos IPTUs incidentes sobre o imóvel após a quebra e até a arrematação, reitera-se o pedido para que seja intimada a municipalidade para, no prazo de até 10 (dez) dias, trazer ao feito a relação de eventuais débitos pendentes do referido período, para posterior pagamento, pela massa.




Por fim, com a adoção das diligências e providências indicadas, requer nova vista, para adoção das providências necessárias ao pagamento dos credores, já com os valores totais finais remanescentes vinculados ao presente feito.

Por último, se coloca à disposição desse Douto Juízo para o que for entendido necessário ao bom andamento do presente processo.

Nesses termos, pede deferimento.

Novo Hamburgo-RS, 19 de abril de 2022.

DAVI VÁLTER DOS SANTOS
ADMINISTRADOR JUDICIAL
OAB/RS 69.307

 Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo - RS Secretaria da Fazenda Fone: (51) 3594-9999 - http://www.novohamburgo.rs.gov.br				Série do Documento Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e	
Becker & Santos Advogados Becker Pinto e Santos Advogados Associados João Antonio da Silveira, 409 - centro CEP 93510-300 - Fone (51) 3566-4846 - Novo Hamburgo - RS Inscrição Municipal 72847 - CPF/CNPJ 09.236.672/0001-75					
Identificação da Nota Fiscal Eletrônica					
Natureza da Operação Tributação no município		Data de Competência/Emissão 18/04/2022	Data de Geração da NFS-e 18/04/2022 20:35:55	Código de Verificação de Autenticidade 6E E3 E9	Número da Nota Fiscal 705
Número do RPS	Série do RPS			Data de Emissão do RPS	
Consulte a autenticidade deste documento acessando o site: https://www.issnetonline.com.br/novohamburgo/online/					
Dados do Tomador de Serviços					
CNPJ/CPF 92.069.442/0001-02	Inscrição Municipal 28963	Razão Social Tresce Industria de Maquinas Ltda			
Endereço TREZE DE MAIO		Número 102	Complemento	Bairro INDUSTRIAL	
CEP 93320-510	Cidade / UF Novo Hamburgo / RS		Telefone (51)1587-2942	e-mail	
Local dos Serviços					
Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul					
Descrição dos Serviços					
Recebimento de honorários de Administração Judicial Valor aproximado de tributos R\$ 867,30 (18,06%) fonte IBPT					
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN					
Atividade do Município 3511 - SN - ATIVIDADES JURIDICAS			Alíquota 4,6637	Item da LC116/2003 1714	Cód. Nacional Atividade Econômica 6911701
Valor Total dos Serviços R\$ 4.802,30	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 4.802,30	Total do ISSQN R\$ 223,96	ISSQN Retido Não
Desconto Condicionado R\$ 0,00					
Retenções de Impostos					
PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00
Valor Líquido da Nota Fiscal					R\$ 4.802,30
Informações Complementares					
I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL"; e II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI." .					



CRVA 0010 - Oficial: Elisabeth Pereira
Rodrigues Schwab CPF: 089.270.650-34, Rua
Confraternização, 636 - Pátria Nova, Novo
Hamburgo - RS. Fone: (51) 3582.0101

Recibo nº 231509

Data: 11/03/2022 - Hora: 15:24:00

Placa: IKT-8967

Atendimento: JESSICA DANIELE DA SILVA

Recibo para: VITORIA DE OLIVEIRA PASSINI

CPF/CNPJ: 00894399020

Qtd	Descrição	Valor
1	Certidão de registro de veículo automotor.	11,60
1	Cópia fotostática -	0,50

PAGO
CRV: 231509/215 NH

ISSQN: R\$ 0,35
Total: R\$ 12,45

RECIBO

Vitória de Oliveira Passini, CPF 035.012.660-73, declara, para todos os fins, que **RECEBEU** de Becker e Santos Advogados, portadora do CNPJ n.º 09.236.672/0001-75 a quantia de **RS 7,00 (sete reais)** a título de despesas de deslocamento ao Fórum de Novo Hamburgo, em **15** de fevereiro de 2022.

Novo Hamburgo, **15** de fevereiro de 2022.



Assinatura

Tresce

RECIBO

Vitória de Oliveira Passini, CPF 035.012.660-73, declara, para todos os fins, que **RECEBEU** de Becker e Santos Advogados, portadora do CNPJ n.º 09.236.672/0001-75 a quantia de **RS 9,80 (nove reais e oitenta centavos)** a título de despesas de deslocamento ao CRVA-NH, em 11 de março de 2022.

Novo Hamburgo, 11 de março de 2022.



Assinatura

Tresce



Itaú Empresas

situação da transação

situação da transação: **Efetivado**

dados do beneficiário

nome: **IRIRGS**

CPF / CNPJ: **29.555.328/0001-56**

dados do pagamento

código de barras: **13694371060006690240400014891196189100000003990**

tipo de pagamento: **Boleto outros bancos**

nome do banco: **CONF NAC COOP CENTRAIS UNICRED**

data do vencimento: **28/02/2022**

pagar em: **25/02/2022**

valor do documento: **R\$ 39,90**

valor do pagamento: **R\$ 39,90**

desconto: **R\$ 0,00**

juros / mora: **R\$ 0,00**

multa: **R\$ 0,00**

total a pagar: **R\$ 39,90**

identificação do comprovante: **DESPESAS REEMBOLSÁVEIS CLIENTE TRESCE**

dados de controle

autenticação:

0FB343CC380627F40B2C54B97ACDF732B1C1C14F

transação efetuada em 25/02/2022 às 16:13:14h via Itaú Empresas na Internet.

Consultas, informações e transações, acesse itau.com.br/empresas ou ligue para 0800 100 7875, em dias úteis, das 9h às 20h ou falo com seu gerente. Reclamações, cancelamentos e informações gerais, ligue para o SAC: 0800 726 0726, todos os dias, 24 horas por dia. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, contate a Ouvidoria: 0800 570 0911, em dias úteis, das 9h às 16h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722, todos os dias, 24 horas por dia.

Evento 119

Evento:

PETICAO

Data:

20/04/2022 15:29:00

Usuário:

RS069307 - DAVI VÁLTER DOS SANTOS - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

119



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL
EXPRESARIAL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO-RS:**

PROCESSO: 5002846-95.2014.8.21.0019

**O ADMINISTRADOR JUDICIAL DA MASSA FALIDA
DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA.,** nomeado nos autos processo em
epígrafe, vem, respeitosamente, ante Vossa Excelência, em complemento à
manifestação anterior, dizer e requerer o que segue:

Compulsando os autos, esta Administração Judicial
verificou a existência de um crédito da falida reconhecido nos autos do processo n.º
019/1.05.0062298-1, oriundo de ação judicial promovida pela massa contra **Fernando
Bruno Fleck** (CPF 185.127.710-20 e RG 9004741386, expedido pela SSP/RS), decorrente
de evicção de imóvel perdido pela falida.

Como se demonstra por meio dos anexos documentos, o
administrador destituído até buscou o cumprimento de sentença que condenou
Fernando Bruno Fleck a lhe pagar quantia certa, à época (10/04/2014), de R\$ 366.465,53
(fls. 364 e seguintes dos autos físicos do feito n.º 019/1.05.0062298-1), mais custas e
honorários advocatícios, pedindo o benefício da gratuidade da justiça ou,
subsidiariamente, o recolhimento das custas ao final.



Não obstante, o pleito foi indeferido, sendo determinada a extinção do feito (fl.411), porquanto as custas iniciais não foram recolhidas.

Isso significa, ao atual Administrador, salvo melhor juízo, uma violação à garantia constitucional de acesso à justiça, pois a **Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas Ltda.** é de poucos recursos, quase nada possuindo para fazer frente às despesas judiciais.

Lado outro, esgotando tais recursos, até haveria, no limite, um saldo para fazer frente a tal despesa; porém, duas questões constituem entraves a tal impulso. Primeiro, a incerteza de que há bens em nome do devedor passíveis de penhora. Em pesquisa em seus dados não sensíveis do devedor **Fernando Bruno Fleck**, o Administrador signatário localizou um único veículo, cujo valor, pela FIPE, não paga sequer as custas judiciais que a massa terá que desembolsar, ou seja, o custo-benefício é zero.

Segundo, não se desconhece que há correntes doutrinárias que divergem em torno do prazo prescricional para o requerimento do cumprimento de sentença, questão que o atual Código de Processo Civil deixou de disciplinar. Demais disso, em 22 de dezembro de 2005, entrou para o ordenamento jurídico pátrio a Lei n.º 11.232, que, de acordo com **Marinoni** e **Arenhart**, pôs fim ao regime que separava o processo de conhecimento do de execução, e eliminou a necessidade de propositura de ação diversa para esta última.

Dar impulso à ação de cumprimento acima referida passa, portanto, por enfrentar, naqueles autos, uma discussão em torno da imprescritibilidade da ação de cumprimento de sentença, em contraponto com entendimentos que defendem que a prescrição se dá nos termos da Lei Civil e da Súmula 150 do STF.



Estamos falando, portanto, de um risco que precisa ser avaliado e a decisão de insistir na execução reclama uma análise prévia sob o aspecto da proporcionalidade *stricto sensu* (vantagens e desvantagens), respondendo à seguinte pergunta: o devedor terá patrimônio suficiente suscetível de penhora, já que pagar as custas iniciais, à altura, implica esgotar as forças da massa.

Pois bem. Há razões para se acreditar que o devedor, vindo de família conhecida e abonada neste Município, que sempre se fez representar por advogados contratados; que mora, pelo que oficiosamente, soube, o Administrador, em uma Chácara em Estância Velha; que se disse representante comercial, morador de Estância Velha-RS (conforme procuração acostada à fl. 332 da aludida ação de cumprimento então extinta), mantenha matrimônio em nome de terceiros, frustrando, logrando, com isso, frustrar o cumprimento de sentença. Daí a necessidade de aferir, primeiramente, se há patrimônio oculto, o que demanda acessar seus dados sensíveis, para o que há necessidade de autorização judicial, pois, do contrário, o risco de um insucesso para a Massa Falida é demasiado grande.

Pelo exposto, a Administração Judicial postula à Vossa Excelência autorização judicial para acessar tais dados sensíveis, requerendo se digne Vossa Excelência:

a) expedir ofício aos órgãos de praxe (CEEE, RGE, CORSAN, COMUSA), telefonia fixa, móvel e internet (Vivo, Tim, Claro e Oi), além de serviços de televisão por assinatura SKY e NET, para verificar endereços atuais em que o devedor está recebendo estes serviços, se for o caso;



b) expedir ofício ao convênio CCS-BACEN, para que informe ao Juízo a existência de todo e qualquer relacionamento havido entre o devedor e as instituições financeiras do sistema, incluindo a data de início e de fim do relacionamento, detalhando a natureza do(s) relacionamento(s), ou seja, os tipos dos bens, direitos e valores envolvidos (tanto no caso dos relacionamentos ativos, quanto daqueles já encerrados ou inativos), bem como a existência e identificação dos representantes legais ou convencionais vinculados aos eventuais relacionamentos, inclusive em que atue como procurador;

c) que seja deferido e determinado o envio de ofício ao Banco Central do Brasil para que informe ao juízo a existência de todas as contas bancárias e/ou aplicações financeiras cadastradas em nome do devedor;

d) que seja deferido e determinado o envio de ofício ao sistema CCS (cadastro de clientes do sistema financeiro nacional) e Bacen-Jud, para que informem ao juízo a existência de todas as posições de investimento de valores mobiliários em nome do devedor, dos últimos (5) cinco anos;

e) que seja deferido e determinado o envio de ofício ao SISBAJUD para que informe ao juízo todas as aplicações financeiras existentes em nome do devedor;

f) que seja deferido e determinado o envio de ofício à Junta Comercial do Rio Grande do Sul para que informe da existência de empresas em nome do devedor;



g) que seja deferido e determinado o envio de ofício aos Registros de Imóveis de Estância Velha e Novo Hamburgo-RS, a fim de que enviem ao juízo eventuais matrículas de imóveis existentes, porventura, em nome do devedor;

h) que seja deferido e determinado o envio de ofício ao Registro de Pessoas Naturais de Novo Hamburgo e Estância Velha-RS, para que remeta certidões de nascimento de eventuais filhos do devedor;

i) que seja deferido e determinado o envio de ofício aos Tabelionatos de Novo Hamburgo, São Leopoldo e Estância Velha-RS, a fim de que remetam a juízo eventual contrato de União Estável em que seja contratante o devedor;

j) que seja certificado nos autos a Vara Cível e o número dos respectivos processos em que tramitaram os inventários de **Bruno Gotardo Fleck** e **Astra Klaser Fleck** (ou **Astra Fleck**), pais do devedor.

Nesses termos, pede deferimento.

Novo Hamburgo-RS, 20 de abril de 2022.

DAVI VÁLTER DOS SANTOS
ADMINISTRADOR JUDICIAL
OAB/RS 69.307

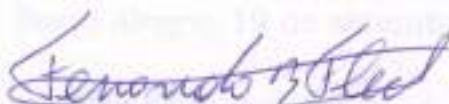
Carlos Alberto Bencke OABRS 57.940
Lori Teresinha Cunegatto OABRS 62.433



PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de mandato, **FERNANDO BRUNO FLECK**, brasileiro, casado, representante comercial, residente e domiciliado(a) em Estância Velha, na rua das Hortênsias, 140, ap. 301, constitui(em) seus procuradores aos advogados **CARLOS ALBERTO BENCKE** (OABRS 57.940, CPF 070209880-91) e **LORI TERESINHA CUNEGATTO** (OABRS 62.433, CPF 061765180-91), brasileiros, casado o primeiro e solteira a segunda, residentes e domiciliados nesta Capital, integrantes da sociedade de advogados **BENCKE ADVOCACIA E CONSULTORIA**, estabelecida em Porto Alegre, na Rua Saldanha Marinho, 33, sala 903, CEP 90110-270, para, em conjunto ou separadamente, independente da ordem de nomeação, representarem-no(a)(s), em juízo ou fora dele, especialmente para pedir vista dos autos da apelação cível 70020698056, **sem prejuízo dos poderes outorgados para Marilene Grub**, outorgando-lhes, além dos poderes da cláusula *ad judicium*, mais os especiais de transigir, desistir e substabelecer.

Porto Alegre, 13 de setembro de 2007


FERNANDO BRUNO FLECK



264

PROTOCOLADO EM 21/09/2014

11-200-2014-9541-PAJ0011 7/7

**EXMº SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
COMARCA DE NOVO HAMBURGO**

TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA., nos autos da **AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO**, processo nº **10500622981**, que promove contra **FERNANDO BRUNO FLECK**, nesse MMº Juízo, vem diante de Vossa Excelência, om fulcro nos artigos 475-I e 475-R, ambos do Código de Processo Civil, expor e requerer o que segue:

O Requerido foi condenado a devolver à Exequirente o valor que pagou pela aquisição de um terreno CR\$ 24.112.320,00, que restou frustrada, devidamente corrigido e com juros de 6% até o advento do novo Código Civil, e de 12% ao ano após sua entrada em vigor, bem como honorários sucumbenciais de 10%.

Autorizou a dedução do valor correspondente a US\$ 2,000.00 que o denunciado à lide lhe pagou, em 23 de novembro de 1995, o que importou em R\$ 1.929,40 considerando-se que neste dia a cotação do dólar era de R\$ 0,9647.

Assim, o caso em tela versa sobre obrigação por quantia certa, sendo a sentença um título executivo judicial, líquido, certo e exigível, nos termos dos artigos 475-N, inciso I e 586, ambos do Código de Processo Civil.

Considerando que o requerente é credor do requerido no montante de R\$ 366.465,53 (trezentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), valor este atualizado desde a data da propositura da ação, acrescido de 10% referente a honorários advocatícios, mais custas processuais e, conforme demonstrativo de cálculo em anexo, resta ao Requerido pagar o débito.



265

PELO EXPOSTO, requer:

a) O prosseguimento do processo, procedendo-se o cumprimento e execução da sentença, nos mesmos autos, com fulcro no artigo 475-I, do Código de Processo Civil;

b) A intimação do requerido, na pessoa de seu advogado, para pagar a dívida no valor de R\$ 366.465,53 (trezentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, ou, querendo, opor impugnação aos cálculos apresentados ao cumprimento da sentença, no mesmo prazo, conforme determina o artigo 475-J, § 1º, do Código de Processo Civil.

c) Seja acrescido ao valor da condenação multa de 10%, nos moldes do artigo 475-J, "caput", do Código de Processo Civil, caso a requerida não efetue o pagamento da dívida no prazo de 15 (quinze) dias.

**NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.**

NOVO HAMBURGO, 10 de abril de 2014.

**ADALBERTO PACHECO DOMINGUES
OAB/RS Nº 21.485**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



ggbmt

019/1.05.0062298-1 (CNJ:.0622981-82.2005.8.21.0019)

Vistos.

Anotar a fase de cumprimento de sentença.

À distribuição para alteração no valor da causa para a quantia referida à fl. 364.

À contadoria para apuração do valor das custas iniciais.

Recolhidas, intime-se a parte sucumbente para efetuar o pagamento espontâneo, em 15 dias, pena de acréscimo da multa de 10% e prosseguimento dos atos executórios.

Após, independente de pagamento, dê-se vista ao credor.

Em 01/07/2014

Ramiro Oliveira Cardoso,
Juiz de Direito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



019/1.05.0062298-1 (CNJ:.0622981-82.2005.8.21.0019)

Vistos e examinados os autos.

Diante da decretação de autofalência da empresa exequente, intime-se o Administrador Judicial, Dr. José Antônio Ramos Fernandes, inscrito na OAB/RS sob o nº 33.037, para promover a regularização da representação processual, bem como o andamento do feito, n prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

Dil. legais.

Em 18/12/2015

Joseline Mirele Pinson de Vargas,
Juíza de Direito.

393
CK

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS.

PROCESSO Nº 019/1.05.0062298-1

AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO

RÉUS: ESPÓLIO DE DANILO BERNARDO NOSCHANG E OUTROS

MASSA FALIDA DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA., representada por seu Administrador Judicial, vem, a presença de V. Exa., a fim de dizer e requerer o que segue:

1 – Ratifica os termos da petição de fls. 364/365 da falida, informando que o débito, atualizado até 14.03.2016, totaliza R\$ 524.569,55, já computada a multa de 10%. Requer sejam fixados honorários advocatícios para a fase de cumprimento de sentença.

2 – Requer, que as custas eventualmente devidas sejam recolhidas ao final, quando a Massa dispuser de recursos,

3 – Apresenta em anexo, a planilha de atualização do débito e procuração.

TERMOS EM QUE, PEDE DEFERIMENTO.

NOVO HAMBURGO, 15 DE MARÇO DE 2016.


JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES
ADMINISTRADOR JUDICIAL

COM. RUIZOS

PROTÓCOLO GERAL DE NOVO HAMBURGO

24-MAR-2016 15:28 049913 2/2

**José Antônio Ramos Fernandes - Advogado**

Rua Getúlio Vargas, 574, sala 107 - Sapiranga - RS

Fones (51)- 5994593

Página

1

Data: 14/03/2016

Atualização das Parcelas de TRESCE IND X FERNANDO BRUNO FLECK

Forma do Cálculo:

Parcelas Atualizadas Individualmente

De 10/04/2014 a 14/03/2016 p/ IGPM (100 %)

Pró-Rata Nominal no 1º mês e Pró-Rata Nominal no último mês

IGPM = Índice Geral de Preços do Mercado (FGV)

Forma dos Juros

De 10/04/2014 a 14/03/2016 juros Legais de 1,0000 % ao mês, sobre o valor corrigido, sem capitalização

Multa de 10,0000 % sobre o valor corrigido + juros

Data	Descrição	Valor da Parcela	Correção (%)	Valor Corrigido	Valor dos Juros	Total Atualizado
10/04/2014	Principal	R\$ 343.203,94	16,25037	R\$ 398.975,82	R\$ 92.296,41	R\$ 491.272,23
10/04/2014	Amortizado	R\$ 14.272,18-	16,25037	R\$ 16.591,45-	R\$ 3.838,16-	R\$ 20.429,61-
	(pago)					
	Parcela Sem Multa					
10/04/2014	Custas pagas	R\$ 3.213,37	16,25037	R\$ 3.735,55	R\$ 864,16	R\$ 4.599,71
	Parcela Sem Multa					
*** Totais:		R\$ 332.145,13		R\$ 386.119,92	R\$ 89.322,41	R\$ 475.442,33

Multa (BC = 491.272,23): R\$ 49.127,22

Total: R\$ 524.569,55

Inclui multa de 10%, art. 475, -J do CPC



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



395

019/1.05.0062298-1 (CNJ:.0622981-82.2005.8.21.0019)

Vistos.

O mero fato de ser a exequente massa falida, por si só, não enseja a concessão de gratuidade de justiça ou autorização de pagamento das custas ao final.

Assim, intime-se a exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar a alegada impossibilidade de efetuar, nesse momento, o recolhimento das custas processuais da fase de cumprimento de sentença, sob pena de indeferimento.

Dil. legais.

Em 15/06/2016

Joseline Mirele Pinson de Vargas,
Juíza de Direito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



397

019/1.05.0062298-1 (CNJ):.0622981-82.2005.8.21.0019)

Vistos.

Tendo em vista que não houve a comprovação da insuficiência de recursos alegada, indefiro o pedido de gratuidade de justiça postulado pela exequente.

Intime-se, inclusive para pagamento das custas processuais no prazo de trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição (NCPC, art. 290).

Dil. legais.

Novo Hamburgo, 01 de novembro de 2016.

Joseline Mirele Pinson de Vargas,
Juíza de Direito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Novo Hamburgo



Página: 1/1

Data: 24/03/2017

Conta de Custas

Processo.: 019/1.05.0062298-1

Número CNJ.: 0622981-82.2005.8.21.0019

Valor da Ação.: R\$ 366.465,53

Natureza.....: Fase de Cumprimento de Sentença

Valor da UPF.: R\$ 18,2700

Autor.....: Tresce Indústria de Maquinas Ltda (CNPJ/CGC

Valor da URC.: R\$ 34,61

Requerido.: Fernando Bruno Fleck

Código	Descrição	Valor Indexado	Valor (em R\$)	Receita
CONTADOR				
J3 [16]	• Conta de custas	2,0000 URC	69,30	cód. 482
J24.a.Ctd	• Guias para pagamento de impostos e taxas	0,0500 URC	1,80	cód. 482
ESCRIVÃO				
J1.B [16]	• Atos e termos - Letra B	60,0364 URC	2.077,90	cód. 482
TAXA JUDICIÁRIA				
TxJA7 [2]	• Taxa Judiciária	180,5032 UPF	3.298,19	cód. 451
Total para Custas Judiciais (cód. 482)			R\$ 2.149,00	
Total para Taxa Judiciária (cód. 451)			R\$ 3.298,19	
Total de Custas a Pagar.....			R\$ 5.447,19	

Guias desta Conta...

Guia	Pagante	Valor	Proporção	Impressa
170005693	Tresce Indústria de Maquinas Ltda	R\$ 5.447,19	-	Não

Observações:

CUSTAS INICIAIS DA FASE DE CUMP DE SENTENÇA

FASE DE CONHECIMENTO: SEM CUSTAS, CFE FL.361

Total Geral da Conta....: R\$ 5.447,19

Paulo G. Sapori
Juiz Escrivão
ID-4274828

Sonia Helena Cheguem da Silva
CONTADOR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



409

019/1.05.0062298-1 (CNJ:.0622981-82.2005.8.21.0019)

Vistos.

Tendo em vista que não houve pagamento das custas, cancelo a distribuição da presente fase de cumprimento de sentença, conforme disposto no artigo 290 do Código de Processo Civil.

Intime-se.

Dil. Legais.

Novo Hamburgo, 07/07/2017.

Joseline Mirele Pinson de Vargas,
Juíza de Direito.

402

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVO HAMBURGO - RS.

PROCESSO Nº 019/1.05.0062298-1
AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO
RÉUS: ESPÓLIO DE DANILO BERNARDO NOSCHANG E OUTROS

Protocolo Geral IN - 14-Fa-2019-15155-038803-12

MASSA FALIDA DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA., representada por seu Administrador Judicial, vem, a presença de V. Exa., a fim de dizer e requerer o que segue:

1 – A Massa Falida requereu o recolhimento das custas ao final, quando dispu-
ser de recursos. Em decorrência foi proferido despacho cuja intimação ocorreu através da NE
429/2017, conforme termos que seguem:

“429/2017 05/05/2017 4ª Vara Cível da Comarca de Novo Hamburgo Nota de
Expediente Nº 429/2017 019/1.05.0062298-1 (CNJ 0622981-82.2005.8.21.0019) - Tresce Indus-
tria de Maquinas Ltda (pp. Adalberto Pacheco Domingues 21485/RS, Ana Lucia dos Santos Jesus
19808/RS, Giovana Giovenardi 48439/RS e Matheus Bonenberger Domingues 81442/RS) X Es-
polio de Danilo Bernardo Noschang (sem representação nos autos) e Fernando Bruno Fleck (pp.
Marilene Grub 49063/RS) , Diva Noschang e outros (pp. Valdecir Antonio Albarello 19505/RS)
e Paulo Roberto Noschang (pp. Hiram Bandeira Pagano 88282/RS) e Viviane Leni Noschang
(pp. Geraldo Borges Azevedo 22406/RS e Valdecir Antonio Albarello 19505/RS). “...Tendo em
vista que não houve a comprovação da insuficiência de recursos alegada, indefiro o pedido de
gratuidade de justiça postulado pela exequente. Intime-se, inclusive para pagamento das custas
processuais no prazo de trinta dias, sob pena de cancelamento da distribuição (NCPC, art. 290)...”
A exequente para efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R\$ R% 5.447,19 (atua-
lizado até 24/03/2017). Poderá requerer a guia via internet fnovohamb4vciv@tj.rs.gov.br. Novo
Hamburgo, 8 de maio de 2017”

2 – Como não houve manifestação dos intimados, foi proferido despacho publi-
cado a NE 732/2017 determinando o cancelamento da distribuição da fase de cumprimento de
sentença, conforme disposto no art. 290 do CPC. Dessa decisão foram intimadas as mesmas par-
tes e advogados acima nominados.

3 – Como pode ser visto dos autos, a petição de pagamento das custas ao final
foi formulada pela **MASSA FALIDA DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA.,**
representada por seu Administrador Judicial.

4 – No entanto, até a presente data o Administrador Judicial não foi intimado do
despacho publicado na NE 429/2017 e tampouco da decisão publicada na NE 732/2017.

29 000 000 7808 1610 X 54.7

410

Desta forma, é evidente que não houve o trânsito em julgado da r. decisão em relação à Massa Falida, vez que não havia sido intimada até esta data, sendo que somente teve conhecimento através de consulta feita no site do TJRS.

5 – Nesta senda, a Massa Falida opõe Embargos de Declaração da r. decisão que determinou o arquivamento do cumprimento de sentença, vez que, como já noticiado nos autos, a parte autora teve sua falência decretada pelo Juízo da Vara de Recuperação e Falências de Empresas da Comarca de Novo Hamburgo.

6 – O diferimento do pagamento das custas ao final é medida que se impõe, para possibilitar o acesso à Justiça. Nesse sentido, existem inúmeros julgados do TJRS, dentre os quais cita-se a Primeira Câmara Cível do Eg. TJRS, a qual já decidiu que “o estado falimentar é fato concreto, incontroverso e que dispensa qualquer comprovação de ausência de bens ou de recursos para arcar com tais despesas”, ou seja, custas, preparo, etc., como pode ser visto da ementa que segue:

“Núm.:70012845392 Tipo de processo: Agravo de Instrumento Tribunal: Tribunal de Justiça do RS Classe CNJ: Relator: Henrique Osvaldo Poeta Roenick Órgão Julgador: Primeira Câmara Cível Comarca de Origem: CANOAS Seção: CIVEL Assunto CNJ: Decisão: Monocratica Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. MASSA FALIDA. CUSTAS PROCESSUAIS. DIFERIMENTO. PROVIMENTO LIMINAR DO AGRAVO, NA FORMA DO QUE DISPÕE O ART. 557, § 1.º-A, DO CPC. À Massa Falida, por razões óbvias, há ser concedido o benefício do diferimento no pagamento das custas processuais, na medida em que o estado falimentar é fato concreto, incontroverso e que dispensa qualquer comprovação de ausência de bens ou de recursos para arcar com tais despesas, ao menos momentaneamente. AGRAVO PROVIDO LIMINARMENTE.(Agravo de Instrumento, Nº 70012845392, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Henrique Osvaldo Poeta Roenick, Julgado em: 06-09-2005)[0] Data de Julgamento: 06-09-2005

7 – Outrossim, considerando que a Massa postulou o pagamento das custas ao final, o que foi omitido na r. decisão, a questão é passível de ser sanada através de Embargos de Declaração, para que seja deferido o pleito de recolhimento das custas ao final, conforme faculta o art. 98 do CPC/2015.

8 – ANTE AO EXPOSTO, requer se digne V. Exa. acolher os presentes Embargos de Declaração para sanar a omissão e deferir pedido da Massa Falida de Tresce Indústria de Máquinas para pagamento das custas ao final, conforme faculta lei.

TERMOS EM QUE, PEDE DEFERIMENTO.

NOVO HAMBURGO, 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

JOSÉ ANTÔNIO RAMOS FERNANDES
ADMINISTRADOR JUDICIAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO



44

019/1.05.0062298-1 (CNJ):.0622981-82.2005.8.21.0019)

Vistos.

Razão não assiste o embargante.

Com efeito, indefiro o pedido de pagamento das custas ao final, uma vez que o artigo 82 do Código de Processo Civil de 2015 dispõe claramente que as custas processuais, salvo na hipótese da parte ser beneficiária da justiça gratuita, devem ser pagas por ocasião de cada ato processual, antecipadamente.

Nesse passo, diante da ausência do recolhimento das custas, correta a decisão que cancelou a distribuição da fase de cumprimento de sentença.

DI.

Novo Hamburgo, 22/10/2021.

Daniel Pellegrino Kredens,
Juiz de Direito.

	<p>Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por: Signatário: DANIEL PELLEGRINO KREDENS Nº de Série do certificado: 790C8D9F0A592333 Data e hora da assinatura: 26/10/2021 14:53:59</p> <p>Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 01910500622981019202165267</p>
--	---

Evento 120

Evento:

COMUNICACAO_ELETRONICA_RECEBIDA____JULGADO__OUTROS_PROCEDIMENTOS_DE_JURISDIC

Data:

25/04/2022 20:17:35

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

120

Evento 121

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

25/04/2022 20:23:18

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

121

Evento 122

Evento:
OUTRAS_DECISOES

Data:
01/05/2022 15:16:40

Usuário:
AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:
5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:
122



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Vistos,

Versa o presente sobre a autofalência de TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

Destituído o anterior Administrador Judicial pela decisão do Evento 80, o novo profissional nomeado deu andamento ao processo, enviando correspondências aos devedores da falida, com lastros em créditos prescritos.

No Evento 118, o Administrador noticiou a ausência de respostas, até então, e postulou o ressarcimento das despesas e a expedição de alvará no percentual de 10% (dez por cento) dos novos ingressos, (10% de R\$ 4.471,21) .

Com relação ao processo n.º 019/1.05.0062298-1, em que é credora a Massa Falida, informou que não foram localizados bens passíveis de penhora.

Requeru a intimação do município para informar o valor do IPTU devido após a quebra e até a arrematação.

No Evento 119 postulou a expedição de ofícios para a localização de bens ou ativos do executado.

É o relato.

Examino.

Ciente das despesas da massa com a expedição das cartas. Defiro o ressarcimento por alvará. Defiro ainda o pagamento ao Administrador de R\$ 447,12 (quatrocentos e quarenta e sete reais e doze centavos) equivalentes à 10% do recente ingresso ao ativo.

Para fins de intimação do município quanto ao IPTU, informe o Administrador a matrícula do imóvel, a DIC municipal, se dela souber, e as datas a constar do oficiamento.

Com relação ao processo n.º 019/1.05.0062298-1, muito embora as providências devessem ser postuladas nos autos daquele feito, observo que foi encaminhado para digitalização, o

que importará em demora no envio e respostas, que poderá prejudicar o Administrador em avaliar a possibilidade de sucesso do feito e a conveniência em adiantar as custas processuais lá exigidas, pelo que defiro o postulado, encartando-se as respostas em sigilo nos autos.

Expaça-se o alvará.

Diligências.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito**, em 1/5/2022, às 15:16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10018165323v4** e o código CRC **7fae339a**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10018165323 .V4

Evento 123

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

01/05/2022 15:16:40

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

123

Administrador:

Davi Válter dos Santos

Prazo:

5 Dias

Status:

FECHADO

Data Inicial:

12/05/2022 00:00:00

Data Final:

19/05/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

DAVI VÁLTER DOS SANTOS

Suspensões e Feriados:

SUSPENSÃO DE PRAZOS: 17/05/2022 a 17/05/2022

Evento 124

Evento:

ATO_CUMPRIDO_PELA_PARTE_OU_INTERESSADO____DEPOSITO_DE_BENS_DINHEIRO____CONFIRM

Data:

06/05/2022 11:00:43

Usuário:

SECFIN - SISTEMA FINANCEIRO - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

124

Evento 125

Evento:

JUNTADA_DE_PECAS_DIGITALIZADAS

Data:

09/05/2022 14:59:25

Usuário:

RBLUME - ROBERTA TISATO BLUME - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

125



Novo Hamburgo, 05 de Maio de 2022.

Ofício 10017737089

Processo 5002846-95.2014.8.21.0019

Em cumprimento a determinação contida no ofício em epígrafe, informamos que foi efetuada a transferência solicitada através do pagamento da guia de depósito judicial enviada em anexo. Segue comprovante.

Continuamos à disposição para qualquer informação adicional.

Atenciosamente

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
Agência Novo Hamburgo, RS

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text 'Rosane Gilbert S/A' and 'Supervisora'.

Exmo. Sr. Dr.
Alexandre Kosby Boeira
Juiz de Direito
Vara Regional Empresarial
Comarca de Novo Hamburgo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

Nº da Guia	Data de Emissão	Agência	Ano Judicial
019.22-5399968	14-04-2022	0200	2444866-27
Nome do Depositante	CPF/CPF		Processo
Davi Váiter dos Santos (TERCEIRO)	007.789.830-24		50107846-95, 2014.8.21 (8119)
Cidade			Valor
Comarca de Novo Hamburgo			R\$ 3.201,54

$$\gamma_{\text{eff}} = \ln \gamma_{\text{eff}} = \ln \left(\frac{1}{\gamma_{\text{eff}}} \right) = \ln \left(\frac{1}{\gamma_{\text{eff}}} \right) = \ln \left(\frac{1}{\gamma_{\text{eff}}} \right)$$

53. $144x^2$

BARISOL DEPOSITO JUEGOS PERMANENTE

144 (00119) DE SAKRAS 47
9354000032 01541210101 312F3355900 20P.74440020

*** I TRIM LIGL (AVE) ***
 89b14808272321541210105492751843600c233747451.603

FORMA DE PAGAR: APORTA EM DINHEIRO
AGÊNCIA: 0240 / CONTAS: 925/939/943

~~E~~082901203 0P44 B:567385F2822 ++++++1.001.59
UJAGDFA:299261FCB94DCDDCESEEDXRB178?

SERVICIO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE: 0800-696.1515
QUANDO: 0800 696.2600

Evento 126

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__123

Data:

11/05/2022 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

126

Evento 127

Evento:

JUNTADA_DE_CERTIDAO___SUSPENSÃO_DO_PRAZO___17_05_2022_ATE_17_05_2022_MOTIVO___S

Data:

18/05/2022 10:16:39

Usuário:

BIANATC.ADM - FABIANA TAVARES COSTA - ADMINISTRADOR DO SISTEMA

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

127

Evento 128

Evento:

PETICAO___REFER___AO_EVENTO___123

Data:

18/05/2022 17:18:57

Usuário:

RS069307 - DAVI VÁLTER DOS SANTOS - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

128



**Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Regional Empresarial da
Comarca de Novo Hamburgo-RS:**

Processo: 5002846-95.2014.8.21.0019

**O ADMINISTRADOR JUDICIAL DA MASSA FALIDA
DE TRESCE INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA.,** vem, respeitosamente, ante Vossa
Excelência, ante à intimação do Evento n.º 123, dizer e requerer o que segue:

Primeiramente, manifesta ciência acerca da expedição do
alvará e aguarda ressarcimento dos valores, pelas despesas com a expedição das cartas,
bem como o pagamento da quantia de R\$ 447,12, equivalente a 10% do recente ingresso
monetário ao ativo.

Ademais, atendendo ao comando judicial, proferido no
despacho do Evento n.º 122, o Administrador Judicial informa a matrícula do imóvel,
para fins de intimação do município de Novo Hamburgo, registrada sob o n.º 23.179,
bem como o seu DIC Municipal, de n.º 21834, dizendo que o período, para constar no
ofício respectivo, deve contemplar todos os valores vencidos até a data de 09/04/2015.

Em proveito, é importante reportar para esse Juízo a
situação trazida nos e-mails e documentos disponibilizados em anexo, os quais dizem
respeito à cobrança das duplicatas emitidas pela COOTEGAL. Com vistas ao
atendimento do despacho do Evento n.º 97, como já informado, a Administração



Judicial contactou a referida empresa, na tentativa de buscar antigos valores devidos à massa. Contudo, conforme teor da documentação anexa, além de inexistir, tecnicamente, possibilidade de execução ou cobrança dos valores então pertencentes à massa, nada mais pode ser feito com vistas a recuperação dos pretensos ativos em questão. Com relação aos demais devedores, não houve qualquer retorno para os contatos deste Administrador Judicial.

Por último, se coloca à disposição desse Douto Juízo para o que for necessário ao bom andamento do presente processo e aguarda a expedição dos ofícios requeridos na manifestação do Evento n.º 119, já determinados, para posterior avaliação.

Nesses termos, pede deferimento.

Novo Hamburgo-RS, 18 de maio de 2022.

DAVI VÁLTER DOS SANTOS
ADMINISTRADOR JUDICIAL
OAB/RS 69.307



Davi Válter dos Santos <davi.valter@gmail.com>

RES: Cobrança Duplicatas - Massa Falida Tresce Indústria de Máquinas Ltda

Marcio Andre Kich - Cootegal <marciokich@cootegal.com.br>

20 de abril de 2022 10:54

Para: Davi Válter - Becker & Santos Advogados <davi@beckeresantos.com.br>

Cc: gabriela@beckeresantos.com.br, Zanin - Zanin e Miola Advogados <zanin@zaninemiola.adv.br>

Bom dia

Agora sim.

Att.



De: Davi Válter - Becker & Santos Advogados [mailto:davi@beckeresantos.com.br]

Enviada em: quarta-feira, 20 de abril de 2022 09:06

Para: Marcio Andre Kich - Cootegal

Cc: gabriela@beckeresantos.com.br; davi@beckeresantos.com.br; Zanin - Zanin e Miola Advogados

Assunto: Re: Cobrança Duplicatas - Massa Falida Tresce Indústria de Máquinas Ltda

Prezados, bom dia!

Desculpe, não identificamos anexos contendo informações a respeito da negociação havida.

No aguardo, cordialmente,

Davi Válter dos Santos.



DAVI VÁLTER DOS SANTOS
SÓCIO DIRETOR - OAB/RS 68.397

(51) 98456-0083
@beckeresantos
www.beckeresantos.com.br

Em qua., 20 de abr. de 2022 às 08:23, Marcio Andre Kich - Cootegal <marciokich@cootegal.com.br> escreveu:

Srs.

Bom dia

Segue em anexo, informações sobre a negociação havida com a Falida TRESCE.

Ficamos a disposição.

Att.



De: Comercial [mailto:comercial@cootegal.com.br]

Enviada em: quarta-feira, 30 de março de 2022 16:49

Para: Marcio Andre Kich - Cootegal

Assunto: Fwd: Cobrança Duplicatas - Massa Falida Tresce Indústria de Máquinas Ltda

Boa tarde Marcio,

Verifica se esse e-mail é para vocês.

Att,



----- Mensagem encaminhada -----

Assunto: Cobrança Duplicatas - Massa Falida Tresce Indústria de Máquinas Ltda

Data: Wed, 30 Mar 2022 16:45:40 -0300

De: Gabriela Baldin <gabriela@beckeresantos.com.br>

Para: comercial@cootegal.com.br

CC: 'Davi - Becker & Santos Advogados' <davi@beckeresantos.com.br>

Prezados, boa tarde!

Pelo presente, a pedidos do Administrador Judicial da Massa Falida Tresce Indústria de Máquinas Ltda, que nos lê em cópia, atendendo ao comando judicial, proferido pelo Magistrado da Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo, enviamos a correspondência e documentos, os quais seguem em anexo.

Nos colocamos à disposição para o que for necessário.

Cordialmente,

Gabriela Luiza Baldin



GABRIELA LUIZA BALDIN
ADVOGADA - OAB/RS 106.671

(51) 92594-7918
@beckersantos
www.beckersantos.com.br

 **Informações Tresce 18-04-2022.pdf**
2605K



Caxias do Sul – RS, 18 de abril de 2022.

Ao

Administrador do processo falimentar da empresa Tresce - Dr. Davi Válter dos Santos
Cidade de Novo Hamburgo – RS

Assunto: Processo falimentar nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS

A COOPERATIVA DE TRABALHO TÊXTIL GALÓPOLIS LTDA-COOTEGAL, estabelecida na Rua Antônio Chaves, nº 383, bairro Galópolis, cidade de Caxias do Sul – RS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.222.609/0001-01, neste ato representada por seus diretores **Fernando Marchioro e Marcio Andre Kich**, vem, respeitosamente, a presença de V. Senhoria, apresentar informações sobre o alegado crédito da massa falida, nos seguintes termos:

No ano de 2007, a Cooperativa contratou com a falida a execução de uma máquina, a qual seria desenvolvida pela falida e a cooperativa pagaria por etapas concluídas / executadas.

Cooperativa de Trabalho Têxtil Galópolis Ltda
Rua Antonio Chaves, 383 – b. Galópolis – Caxias do Sul (RS) CEP 95090-030
Fone (54) 3284-1193/ www.cootegal.com.br

Página 1





A COOTEGAL adquiriu e forneceu todas as materiais-primas e peças para a construção da máquina e a TRESCE forneceu mão-de-obra.

Ocorre, que depois de algum tempo, a falida começou a apresentar dificuldades financeiras e comunicou a cooperativa que não mais conseguiria levar adiante o projeto de execução da máquina.

Em razão disso, a cooperativa acordou com a falida que retiraria a máquina no estado em que se encontrava e que pagaria o valor de R\$ 25.000,00 dos R\$ 60.000,00 contratado. Acordou também que este saldo somente seria devido se a Cootegal conseguisse colocar a máquina em funcionamento ou tivesse algum uso e fosse aproveitada.

Como tal, efetuou o pagamento dos R\$ 25.000,00 conforme encontra-se mencionado na própria duplicata e retirou a máquina inacabada. Sequer tinha sido concluído 50% da mesma.

A cooperativa investiu ainda um valor considerável para tentar colocar a mesma em operação, entretanto, não foi possível, pois nem mesmo a experiência desta outra empresa contratada, especialista em construção de máquinas, conseguiu colocar a máquina em funcionamento.

Ou seja, a falida trouxe prejuízos para a cooperativa pois comprometeu-se em executar um serviço de desenvolvimento da máquina e não concluiu.

Assim, a falida não tem direito de receber valor algum da cooperativa, ao contrário, trouxe prejuízos.

Conforme comprovam as fotografias em anexo, a máquina está desativada na sede da cooperativa, pois não foi possível concluir o projeto ao qual a falida iniciou e se comprometeu.



Handwritten signature in blue ink.

Cooperativa de Trabalho Têxtil Galópolis Ltda
Rua Antonio Chaves, 383 – b. Galópolis – Caxias do Sul (RS) CEP 95090-030
Fone (54) 3284-1193/ www.cootegal.com.br

Handwritten signature in blue ink.



Referida máquina está a disposição do juízo para confirmação do alegado.

DIANTE DO EXPOSTO, vem, respeitosamente, a presença de V.Senhoria, dizer que o valor pretendido pela falida não procede e que inclusive a cooperativa foi prejudicada, pois pagou um valor por um produto inacabado e que era responsabilidade de execução e entrega por parte da falida.

COOPERATIVA DE TRABALHO TÊXTIL GALÓPOLIS LTDA

Marcio Andre Kich
Diretor

Fernando Marchioro
Diretor-Presidente

Cooperativa de Trabalho Têxtil Galópolis Ltda
Rua Antonio Chaves, 383 - b. Galópolis - Caxias do Sul (RS) CEP 95090-030
Fone (54) 3284-1193/ www.cootegal.com.br

Evento 129

Evento:

CONCLUSOS_PARA_DECISAO_DESPACHO

Data:

19/05/2022 16:58:41

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

129

Evento 130

Evento:

PROFERIDO_DESPACHO_DE_MERO_EXPEDIENTE

Data:

19/05/2022 17:07:34

Usuário:

AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

130



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Vara Regional Empresarial da Comarca de Novo Hamburgo

Rua Bayard Toledo Mércio, 66 - Bairro: Canudos - CEP: 93548011 - Fone: (51) 3553-5500 - Email: frnovohambvre@tjrs.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 5002846-95.2014.8.21.0019/RS**

AUTOR: TRESCE INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA.

DESPACHO/DECISÃO

Vistos,

Ciente das informações e documentos do Evento 128.

Cumpram-se as diligências deferidas na decisão do Evento 122 e oficie-se, ainda, ao município de município de Novo Hamburgo para informar os valores vencidos de IPTU e TAXAS, até a data de 09/04/2015, do Imóvel de matrícula n.º 23.179, e DIC Municipal de n.º 21834.

Por fim, cadastre-se as Fazendas Públicas no processo (União - Fazenda Nacional, Estado do RS e município de Novo Hamburgo).

Diligências.

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE KOSBY BOEIRA, Juiz de Direito** em 19/5/2022, às 17:7:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10019314476v3** e o código CRC **01465a5f**.

5002846-95.2014.8.21.0019

10019314476 .V3

Evento 131

Evento:
EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:
19/05/2022 17:07:35

Usuário:
AKBOEIRA - ALEXANDRE KOSBY BOEIRA - MAGISTRADO

Processo:
5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:
131

Administrador:
Davi Válter dos Santos

Prazo:
5 Dias

Status:
FECHADO

Data Inicial:
31/05/2022 00:00:00

Data Final:
06/06/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:
DAVI VÁLTER DOS SANTOS

Evento 132

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__131

Data:

29/05/2022 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

132

Evento 133

Evento:

CIENCIA_COM_RENUNCIA_AO_PRAZO___REFER___AO_EVENTO___131

Data:

30/05/2022 10:13:22

Usuário:

RS069307 - DAVI VÁLTER DOS SANTOS - ADVOGADO

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

133

Evento 134

Evento:

EXPEDIDA_CERTIFICADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA

Data:

30/05/2022 12:37:42

Usuário:

RBLUME - ROBERTA TISATO BLUME - SERVIDOR DE SECRETARIA (VARA)

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

134

Intimado:

MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

Prazo:

30 Dias

Status:

ABERTO

Data Inicial:

10/06/2022 00:00:00

Data Final:

22/07/2022 23:59:59

Procurador Citado/Intimado:

GUSTAVO KRAMMES BELMONTE

Suspensões e Feriados:

Corpus Christi: 16/06/2022

Evento 135

Evento:

CONFIRMADA_A_INTIMACAO_ELETRONICA___REFER__AO_EVENTO__134

Data:

09/06/2022 23:59:59

Usuário:

SECJE - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO -

Processo:

5002846-95.2014.8.21.0019/RS

Sequência Evento:

135